UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

ÁREA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS

DISCURSO: SUJEITO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA

JOÃO PAULO MARTINS DE ALMEIDA

Democracia impedida: imprensa, memória e *impeachment* no Brasil

Maceió

2021

JOÃO PAULO MARTINS DE ALMEIDA

Democracia impedida: imprensa, memória e *impeachment* no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Linguística.

Orientadora: Prof. Dra. Mª Virgínia Borges Amaral

Maceió

2021

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A447d Almeida, João Paulo Martins de.
Democracia impedida : imprensa, memória e *impeachment* no Brasil / João Paulo Martins de Almeida. – 2021.
150 f. : il.

Orientadora: Maria Virgínia Borges Amaral.
Dissertação (mestrado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 137-150.

1. Golpes de Estado. 2. *Impeachment* - Brasil. 3. Imprensa. 4. Neoliberalismo. 5. Análise do discurso. I. Título.

CDU: 81'42:343.537.91(81)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO PAULO MARTINS DE ALMEIDA

Título do trabalho: "DEMOCRACIA IMPEDIDA: IMPRENSA, MEMÓRIA E IMPEACHMENT NO BRASIL"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Maria Virgínia Borges Amaral

Profa. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Silmara C. Dela Silva

Profa. Dra. Silmara Cristina Dela da Silva (UFRN)

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL/Ufal)

Maceió, 27 de janeiro de 2021.

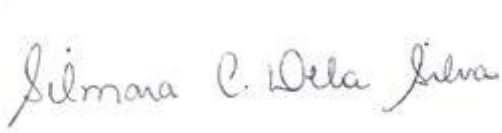
JOÃO PAULO MARTINS DE ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Linguística.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Maria Virgínia Borges Amaral

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) – UFAL
(Orientadora)



Professora Dra. Silmara Cristina Dela Silva

Universidade Federal Fluminense – UFF

(membro externo)

Professor Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) – UFAL

Maceió

2021

À minha mãe, Judit,
quem primeiro me ensinou
a entender os sentidos de democracia.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa que resultou nesta dissertação é uma construção, antes de tudo, coletiva, ainda que apresentada de maneira individual. Duas laudas de agradecimentos não são suficientes para expressar o quão significativa é a contribuição de cada um dos que aqui representam a multiplicidade de vozes que, como diz a teoria pêcheutiana, estão a constituir os meus próprios dizeres interdiscursivamente – estão a me constituir, porque, sem palavras, pouco de mim restaria.

Eu não seria capaz de conciliar o emprego e a vida acadêmica, ambos que tanto de mim exigem, sem o auxílio e a dedicação paciente e abnegada de meu marido, Fábio. Você é a razão de fazer com que eu (re)encontre meu equilíbrio e minhas forças; você é quem me ensina qual o sentido de família e de lar. Sem o seu zelo e convicção, navegar nas contradições advindas entre manter coisas tão díspares como o trabalho/emprego, meu ofício e provimento, e a academia, meu constante aprendizado, verdadeiro deleite e horizonte profissional, seria tarefa muito mais difícil.

Eu não seria capaz de chegar até aqui sem os cuidados, o carinho, o amor e toda a educação – formal e moral – que minha mãe Judit pôde oferecer a mim e a meus irmãos. Mulher que sempre buscou extrair de nós o melhor, que enxergava nossas qualidades quando nós mesmos não as víamos. Mulher que nos serviu de exemplo para observar o que há de bom e de ruim no Brasil, que nos orienta a como agir no microcosmo político das relações familiares, das relações com os professores, com os vizinhos, com os amigos e namorados. Mulher que, acima de tudo, valorizou a educação de seus filhos e os formou, sozinha, dando-nos a chance de que, numa sociedade assolada pelo individualismo do capital, conseguíssemos "vencer na vida" sem perder a sensibilidade.

Eu não seria capaz de ousar tentar a seleção de mestrado não fosse o exemplo da minha mais longeva amizade. Teresa, já se passam vinte e três anos que nos conhecemos nos bancos da escola, na quinta série do primário do Colégio Pio XII, em Recife. Desde então, nossa amizade se entrelaça com nossas vidas acadêmicas, nossas vidas amorosas, nossa vida familiar. Sem a sua presença em minha vida, querida amiga, sem o seu exemplo de conquistas acadêmicas e profissionais, sem a sua compreensão de mim mesmo, este trabalho seria incompleto. Chegamos até esta etapa – celebremo-la, tal como a celebramos quando eu te liguei e disse "passei!" quando

saiu o resultado da seleção, ou quando a você recorri para anunciar a hipótese mais ousada que levantava durante o processo de escrita. Celebremos!

Também não seria capaz de atravessar os seminários, as aulas, as trocas intelectuais das disciplinas e da pesquisa sem o companheirismo e as argutas observações de meus colegas de mestrado: André, Cíntia, Rosane. Obrigado por estarem comigo nos primeiros passos dados na Análise do Discurso. Obrigado, em especial, à Rosane, por ser uma excelente ouvinte e uma amiga tão intensa e prestativa.

Tampouco lograria entender melhor a ciência que me guiou nesta dissertação sem a excelência docente das professoras Belmira Magalhães e Silmara Dela Silva e dos professores Helson Sobrinho e Sóstenes Éricson. Foram eles que me apresentaram um novo olhar sobre o que eu conhecia como a Análise do Discurso, que me revelaram um pulsante trabalho da AD em Alagoas e no Brasil, que me mostraram uma outra face do ambiente universitário: a academia pode ser acolhedora. E foi. Com estes mestres, foi mais prazeroso sentir-se novamente aluno, assim como também foi intelectualmente enriquecedor, uma necessidade que se colocava nessa fase de minha vida, em que novos olhares e descobertas precisavam de ser guiados por pessoas experientes e capazes de me orientar. Meus sinceros agradecimentos – e saudades – por nossos encontros.

Eu não seria capaz, por fim, de conduzir esta pesquisa sem o olhar atento, sem as provocações filosóficas, sem a acuidade e precisão de minha orientadora, professora Maria Virgínia Borges Amaral. Sou imensamente grato de tê-la escolhido e de ter sido por ela recepcionado como orientando, por ter sua confiança em meu trabalho exposta em tantos momentos – por receber orientações valiosas nos nossos encontros de discussão da pesquisa, nas nossas aulas, nos debates do GrAD, tão bem conduzidos por ela, com seu trato e elegância com as palavras que lhe é característico.

E de tanto reafirmar nas linhas acima que não seria capaz, reverto agora esta situação: agradeço, principalmente, à Universidade Federal de Alagoas, não somente por me tornar mais capaz como cidadão e como profissional, mas por abrir as suas portas para os estudantes, para a comunidade, por ser essa ponte entre a sociedade que queremos estudar e transformar e a ciência que se demanda para esta tarefa. Meus agradecimentos à universidade pública, gratuita e de qualidade, um elemento central para resistirmos e para transformarmos o Brasil.

“Num tempo
Página infeliz da nossa História
Passagem desbotada da memória
Das nossas novas gerações
Dormia a nossa pátria-mãe, tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações”

(Chico Buarque)

RESUMO

A presente dissertação analisa o discurso da imprensa ao mobilizar os sentidos de “impeachment” no processo de afastamento de Collor e Dilma da Presidência da República, detendo-se com maior ênfase neste último acontecimento. Partimos dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso para compreendermos como os dizeres sobre o *impeachment* trazem impressos a materialidade histórica na materialidade linguística e imagética. Para isso, primeiramente observamos as condições de produção do discurso jornalístico a respeito do *impeachment*, examinando como ele se processa no contexto histórico, analisando em que tipo de sociedade esse discurso se dá – uma sociedade que se organiza sob a égide da Formação Social Capitalista. A partir do *corpus*, constituído de materialidades oriundas de veículos de imprensa hegemônicos, acompanhamos o discurso dos jornais e revistas acerca do *impeachment*, bem como o que deles se pode extrair sobre as organizações sociais e políticas que o engendram. Sabe-se que a sociedade brasileira viveu dois momentos diferentes da experiência neoliberal, tendo o impedimento acompanhado tanto o início desse projeto quanto o seu aprofundamento. Os dois acontecimentos aqui estudados, separados entre si por mais de duas décadas, guardam nexos de memória, que resgatam sentidos já consolidados sobre o *impeachment* a partir de 1992, ao mesmo tempo em que inauguram novos significados, tendo como base o arranjo político-social dos campos progressista e conservador do Brasil na conjuntura de 2016. O enunciado “impeachment” é tomado como a sequência discursiva de referência (SDr) para a análise, consoante Courtine (2016), porque este dizer sobre o processo de impedimento organiza os outros enunciados pré-existentes sobre o assunto, ora reformulando-os, ora ressignificando-os. Fazemos um gesto interpretativo no intuito de apontar não apenas as possibilidades parafrásticas e polissêmicas de “impeachment”, mas também na perspectiva de indicar que esse dizer, quando se atualiza em conjunção com a memória, gera um acontecimento que discursiviza o *impeachment* como um instrumento da luta política de classes.

Palavras-chave: Golpe. *Impeachment*. Imprensa. Neoliberalismo. Análise do Discurso.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the journalistic discourse when it mobilizes the meanings of "impeachment" in the process which removed Collor and Dilma from the Brazilian Presidency, emphasizing the latter. Using the theoretical-methodological framework of the Discourse Analysis, we tried to understand how what is said about impeachment show the historical materiality printed into the linguistic and imagetic ones. For this purpose, we first observed the conditions of production of the journalistic discourse regarding the impeachment, examining which way it processes in the historical context, thus analyzing the type of society such discourse takes form – a society that is organized under the aegis of the capitalist social formation. Using the clipping of the *corpus* as a starting point, constituted by discursive materialities taken from hegemonic press vehicles, we follow the discourse of newspapers and magazines on impeachment, as well as what can be extracted from them when it comes to the social and political organizations that bring forth such discourse. It is known that Brazilian society underwent two different moments of the neoliberal experience, being accompanied by the impeachment both in the beginning and in the deepening of such project. The events studied here, separated from one another by over two decades, keep a memory link with each other, recovering already consolidated meanings about impeachment set in 1992 while also inaugurating new ones, having as its basis the social-political arrangement of the progressive and the conservative wings in the 2016 Brazilian conjuncture. The statement "impeachment" is taken as the discursive sequence of reference (DSR), in accordance to Courtine (2016), because this particular statement about the impeachment process organizes other pre-existing sentences on the subject, either reformulating or resignifying them. We make an interpretative gesture in order to not only indicate the paraphrastic and polysemic possibilities of "impeachment", but also consider the perspective that indicates that this materiality, once updated in conjunction with the memory associated with it, generates an event which discursivizes the impeachment as an instrument of the political class conflict.

Keywords: Coup. Impeachment. Press. Neoliberalism. Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO I – DISCURSO, IMPRENSA E HISTÓRIA.....22

1.1 Os dizeres da imprensa sobre o *impeachment* à luz da Análise do Discurso..... 26

1.2 Ideologia, interpelação e a função social do aparelho ideológico da imprensa 34

1.3 Dispositivos analíticos e o *corpus* de pesquisa 39

1.4 O conceito de condições de produção em Análise do Discurso 43

1.4.1 Condições de produção no contexto histórico brasileiro 44

1.4.2 Condições de produção no período dos anos de 2008-2016 59

CAPÍTULO II – MEMÓRIA E ACONTECIMENTO..... 71

2.1 O papel da memória na discussão sobre o *impeachment*..... 72

2.2 O *impeachment* de Fernando Collor de Mello 79

2.3 Acontecimento histórico e acontecimento discursivo 84

2.4 A mobilização da memória discursiva para a construção do discurso do *impeachment* em 2016 93

CAPÍTULO III – O GOLPE-*IMPEACHMENT* DE 2016 98

3.1 O impedimento como expediente jurídico, político e midiático..... 100

3.2 Política de silêncio e tensão discursiva entre as materialidades “golpe” e “impeachment” 109

3.3 Do que se pôde e deveu dizer sobre as manifestações pró-*impeachment* na imprensa 116

3.4 O golpe-*impeachment* de 2016 e seu efeito metafórico na manifestação do político 128

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 133

REFERÊNCIAS..... 140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 25

Figura 2 31

Figura 3 33

Figura 4 33

Figura 5 47

Figura 6 47

Figura 7 51

Figura 8 52

Figura 8a 52

Figura 8b 52

Figura 8c 52

Figura 9a 54

Figura 9b 54

Figura 10 58

Figura 11 67

Figura 12 68

Figura 13a 81

Figura 13b 81

Figura 14 82

Figura 15 82

Figura 16 84

Figura 16a 84

Figura 16b 84

Figura 16c 84

Figura 17 86

Figura 18 94

Figura 19 119

Figura 20 121

Figura 21 121

Figura 22 122

Figura 23 122

Figura 24 124

Figura 25 126

Figura 26 128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 41

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o discurso da imprensa ao mobilizar os sentidos de "impeachment" em dois momentos da chamada "Nova República"[1], em 1992 e em 2016. O gesto interpretativo desta pesquisa faz alusão não apenas ao sentido político-jurídico do termo, o qual se tentou estabilizar no discurso midiático, como também intenta recuperar outros tipos de impedimentos – de sujeitos, de conflitos de classe, de sentidos, da própria democracia – que são operados no funcionamento discursivo quando se instalam as condições para o acontecimento de um processo de *impeachment* na experiência brasileira.

A formação da imprensa no Brasil tem como marco inicial o ano de 1808, nos primórdios do que viria a ser uma nação independente, quando da transferência da Corte portuguesa para a América, no apagar das luzes da relação Metrópole-Colônia. O fazer jornalístico se dá, inicialmente, na relação entre as incipientes elites brasileiras com a Coroa portuguesa, que encontraram na Imprensa Régia uma maneira de obter *status* social e proximidade com os núcleos do poder. Desde então, a mídia, mormente a impressa, ocupa papel central na política – e na História – brasileira, movimentando-se dubiamente, a partir de um lugar privilegiado em sua relação com o poder, ora de maneira observadora, ora atuando como verdadeira protagonista nos ditames do destino nacional.

Nosso objetivo maior nesta pesquisa é o de examinar este duplo movimento do discurso da imprensa na formação da opinião pública, compreendida como "um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que [visa] transformar algumas demandas setoriais em vontade geral" (MOREL, 2018, p. 33). A partir deste entendimento, a contribuição desta pesquisa se dá pela discussão colocada que equivoca a imprensa como um sujeito ideológica e politicamente neutro. Nosso percurso analítico busca problematizar exatamente o lugar de privilégio ocupado pela "imprensa hegemônica" (como nos referiremos aos grandes grupos capitalistas detentores de mídia) numa sociedade cujo funcionamento se dá pela luta de classes, tendo como condutor de tal discussão o aparato teórico da Análise do Discurso e seu objeto: o discurso. Por discurso, compreendemos, conforme Orlandi (2020a, p. 20), que se trata de "efeito de sentido entre locutores", isto é, as relações de linguagem, que servem para comunicar ou não comunicar, são relações tocadas pela ideologia e pela história,

[1] Equivocaremos este dizer, sempre marcando-o com aspas. Mais à frente, na seção 3.2 deste trabalho, explicitaremos o porquê de problematizar tal nomenclatura sob uma perspectiva discursiva.

relações de sujeitos, de sentidos por eles construídos, compartilhados, negados, cujos efeitos são múltiplos e variados.

Para proceder às análises que faremos, tanto do material linguístico quanto do imagético que tomamos como *corpus*, alicerçamo-nos nos dispositivos teóricos colocados pela Análise do Discurso a fim de compreender como a imprensa atua numa sociedade capitalista e como ela própria se compreende enquanto instituição. Dado que a instituição jornalística também é social, o discurso da imprensa hegemônica atua na institucionalização social dos sentidos (MARIANI, 1998). Por estar ideologicamente inscrita numa posição de classe em conformidade com o grande capital (PÊCHEUX, 2014), entendemos que a imprensa se inscreve na formação discursiva neoliberal[2] para produzir efeitos de relativização dos impactos deste projeto, investindo contra políticas ou grupos políticos que se opõem ao neoliberalismo. Apresenta-se, pois, como se compreendesse a sociedade à maneira de uma grande empresa a ser gerenciada sob ações burocráticas, tendo como horizonte o que constitui a matriz de sentidos da própria imprensa hegemônica, que se consolida, enquanto instituição, fincada nesses valores: a propriedade privada e a acumulação de capital e lucro.

No anunciado movimento duplo da imprensa hegemônica, em sua leitura e tradução dos fatos e na formação da opinião pública, percebe-se que seus interesses se encontram, de maneira pontual, com os tímidos avanços da democracia brasileira: assim ocorreu em 1992, quando a mídia impressa, inicialmente apoiadora do ex-presidente Collor, passou a clamar pela troca de turno da presidência e pela mudança na agenda econômica, simulando, em sua cobertura, um alinhamento aos anseios populares, ao clamor das ruas, que pediam por mais democracia, transparência e pela saída de cena do errático governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Com seu impedimento, chegava ao poder um grupo que consolidou a experiência neoliberal no país, experiência esta que constituía um dos pressupostos colocados pela mídia para que o governo funcionasse, como anunciado numa das capas analisadas de *Veja*, quando da chegada de Itamar Franco ao poder: “O que é preciso para dar certo” (VEJA, 1993). Em um outro momento, já em 2016, a imprensa assume, de saída, um papel de desestabilizador do *jogo democrático*, acionando a memória de décadas passadas para fomentar a ideia de afastamento de uma presidenta. Assim, capaz de interpelar e

[2] Uma formação discursiva neoliberal atualiza os princípios do liberalismo que, segundo Montano e Duriguetto (2011, p. 49), “é uma tradição heterogênea, organizada [...] em dois aspectos que lhe garantem unidade interna: o primeiro é constituir uma corrente de pensamento organizada em torno dos interesses da classe da burguesia; em segundo lugar, consiste numa tradição centrada no conceito de liberdade”.

mobilizar sujeitos através de seu discurso, a imprensa fez circular sentidos em prol de um *impeachment* controverso, fundado na contradição do resgate da memória que pedia por mais democracia quando, em verdade, o que se propunha com aquele segundo processo era o aprofundamento da experiência neoliberal e, logo, menos direitos.

Mais especificamente, procuramos compreender nesta dissertação o funcionamento do discurso da imprensa sobre o *impeachment* numa sociedade que, embora se entenda formalmente como democrática, permanece profundamente excludente, clivada pela luta de classes e subjugada à Formação Social Capitalista; logo, *impedida* da realização da soberania popular. Na cobertura da imprensa sobre um processo como o *impeachment*, procuraremos saber o que/quem se impede, como se impede, por que se impede: tudo isto interessará a esta pesquisa. O impedimento de presidentes e de seus projetos políticos leva ao silenciamento do protagonismo de determinadas classes – da democracia mesma? Responder a esta questão e outras que tais será nossa ambição neste trabalho.

O capítulo 1 desta dissertação procura colocar em perspectiva a historicidade de nosso objeto, contextualizando a relação entre a imprensa e a sociedade capitalista brasileira até o momento em que o *impeachment* se torna um acontecimento – analisando, assim, as condições de produção do discurso da imprensa ao retratar os dois momentos em que tal evento irrompe em nossa história política. Para dar conta desse primeiro gesto de análise, recorremos à teoria que fundamenta a Análise do Discurso (doravante AD), apontando os construtos mobilizados que nortearam a presente pesquisa. Ancoramo-nos, nesta tarefa, nas formulações de Authier-Revuz (1990), Bethania Mariani (1998, 1999), Dela Silva (2008), Eni Orlandi (1987, 2001, 2020), Freda Indursky (2003, 2016, 2019), Florêncio *et al* (2016), Helson Sobrinho (2018, 2019), Jean-Jacques Courtine (2006, 2009, 2016), Maria Virgínia Borges Amaral (2007, 2016) e Michel Pêcheux (2014, 2015) sobre a teoria do discurso. Também evocamos as reflexões de Louis Althusser (2007) a fim de compreendermos a constituição dos sujeitos midiáticos através do fenômeno da interpelação ideológica – e como a própria imprensa serve de aparelho que sustenta o Estado, como um braço da ideologia dominante.

Por meio destas exposições, intentamos demonstrar que o *impeachment* do ex-presidente Collor de Mello e o da ex-presidenta Dilma Rousseff se tornaram factíveis por terem sido aventados pelos porta-vozes, na mídia, dos grupos políticos que não detinham, então, o poder maior do Estado brasileiro. A imprensa, por se inscrever numa

formação ideológica que, por sua vez, realiza-se materialmente em *formações discursivas*, põe em funcionamento a circulação de sentidos. Como funciona sob a lógica do mercado, a *formação ideológica* (FI) com a qual se identifica, assim como a entende Pêcheux (2014), alinha-se à FI dominante da sociedade burguesa, qual seja, a capitalista. Assim, é possível afirmar que a imprensa está no espectro da Formação Discursiva do Capital; através de seu discurso, ela tende a refutar projetos que contrariem a ampla participação popular numa sociedade ordenada pela lógica necessariamente excludente do capital. Por isso mesmo, no Brasil, o projeto neoliberal, que compreende o Estado como mínimo e burocrático-gerencial, em contraste a um Estado robusto e inclusivo, capaz de dirimir desigualdades sociais, encontrou guarida em setores empresariais perfilados ideologicamente a grupos da centro-direita política, que melhor atende às demandas do lucro e da organização burocrática burguesa. É previsível e esperado, portanto, que a imprensa hegemônica apoie projetos políticos que lhes represente. Isso se torna mais claramente perceptível no segundo *impeachment* da história brasileira, quando a participação da mídia se dá de forma mais contundente, conforme analisamos ao fim deste trabalho.

Uma vez colocados os principais pressupostos teóricos da Análise do Discurso e inscrito nosso objeto na história, passamos, no capítulo 2, a tratar especificamente dos conceitos de *memória* e de *acontecimento*. Trazemos Pêcheux (2015) uma vez mais para entender que um *acontecimento discursivo* é marcado em um "ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória", marcando, assim, um *acontecimento discursivo*, que permite a inscrição de um acontecimento histórico no interdiscurso. Conceito caro à Análise do Discurso e fundamental para a discussão aqui trazida, não seria o interdiscurso completamente compreendido sem que houvesse uma reflexão sobre o papel da memória, que nele age; por isso mesmo, acionamos Robin (2016) para refletir em que quantia a memória (histórica e discursiva) se encontra no interdiscurso: o quanto de memória nele se encontra; o quanto se apaga e se ressalta; o quanto se silencia; o quanto "se preenche e se satura de memória, e o quanto é dessaturado".

É ainda nesta segunda parte do trabalho que fazemos um primeiro gesto interpretativo, ao analisarmos a cobertura da imprensa sobre o *impeachment* de Collor. O nosso intuito é o de perceber como se deu este acontecimento na mídia, apontando, através das reflexões de Mariani (1998), como a própria imprensa se percebe e faz circular o seu discurso socialmente. A autora entende que o discurso jornalístico é

semelhante ao discurso pedagógico autoritário[3], que vê o professor como detentor de um saber científico ante um aluno que nada sabe, que não pode opinar, duvidar, debater, pois o que se coloca é uma verdade inquestionável. Há uma aproximação, segundo Mariani (1998), entre este discurso pedagógico e o discurso jornalístico: os fatos noticiados "falam por si", e os sujeitos midiáticos, tais quais professores, apresentam esses fatos de maneira didática para o leitor-aluno, usando-se do didatismo e de sua voz de autoridade para interpretar o mundo, o que leva a um direcionamento do sentido, como se fosse único, já-dado, já-interpretado, produzindo um efeito ilusório da verdade e da informação. Esse funcionamento discursivo é decorrente de uma *desmemória jornalística*[4], uma desmemória da instituição jornalística, que, como diz Mariani (1998, p. 81), 'esquece' o mundo como a base da interpretação, o que resulta na "ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos" – e não sujeitos-agentes do processo discursivo.

O impedimento de Collor e a discussão sobre o papel discursivo da imprensa a partir de Mariani (1998) são trazidos para nos determos mais detalhadamente, em nossa análise final, ao retorno da memória e aos efeitos de sentido por ela mobilizados, com o fito de estabelecer relações de similaridades e diferenças entre aquele *impeachment* e o de 2016. Trabalhamos com algumas sequências discursivas extraídas do discurso da imprensa, composto de manchetes e textos de periódicos físicos e de veiculação *online* de grandes empresas midiáticas, como os portais *Memória Globo* e *G1*, das Organizações Globo; o *UOL*, controlado pelo Grupo Folha, também detentor da *Folha de S. Paulo;* e a revista *Veja*, do Grupo Abril. Além das sequências discursivas, nosso *corpus* foi organizado a partir de imagens dos protestos contra os ex-presidentes supracitados, abrangendo os períodos de 1992 e de 2016.

Finalmente, no derradeiro e terceiro capítulo desta pesquisa, debruçamo-nos sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. Apesar de sustentado politicamente como tal,

[3] Orlandi (1987, p. 29), ao caracterizar o Discurso Pedagógico, observa "que tal qual ele se mostra em uma formação social como a nossa, ele se apresenta como um discurso autoritário, logo sem nenhuma neutralidade". O que significa dizer que o Discurso Pedagógico, como todos os discursos, assume posições políticas e ideológicas.

[4] "[...] chamo de desmemória discursiva um conjunto de fenômenos de discurso que possibilitam a revisão das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos da tecnologia discursiva [...]. Essas revisões podem ser mudanças semânticas, neologismos semânticos, redenominações, reformulações etc., em suma, um conjunto de fenômenos de linguagem que produzirão efeitos transgressivos ou contraintuitivos num contexto no qual reine um acordo semântico [...]" (PAVEAU, 2015, p. 237).

e guardadas as similaridades deste evento com o que lhe precedeu em sua forma jurídica e na cobertura midiática, o conteúdo do processo, os atores nele envolvidos e a própria conjuntura do acontecimento de 2016 diferem profundamente daquele ocorrido em 1992. Formalmente apresentado como um *impeachment*, setores expressivos da sociedade e da academia denunciaram o movimento, que culminou no declínio do Partido dos Trabalhadores, como um golpe de Estado[5]. A tensão entre dois discursos conflitantes – o que silencia ou minimiza o golpe em curso, aspeando-lhe; o que ignora os dizeres de movimentos sociais e se alicerça no *impeachment* como remédio legal inequívoco referendado no arcabouço jurídico burguês brasileiro – também é do escopo de nossa análise, uma vez que a imprensa se utilizou de tais artifícios para pôr em funcionamento o seu discurso e gerar, dessa forma, a mobilização de sentidos na sociedade para a aceitação desse processo.

A relevância teórica e social de nossa pesquisa, assim, assenta-se na tentativa de compreender o que se entende por imprensa hegemônica no Brasil, quais os valores que a norteiam, de que forma ela atua numa sociedade desigual como a nossa e de que forma ocorre a ressonância de seu discurso no político ao estabelecer sentidos unívocos sobre processos complexos como o *impeachment*. Ao buscar os sentidos produzidos pelo discurso das mídias na cobertura das disputas de poder em uma sociedade em permanente conflito de classes, disputas mais manifestamente evidentes em um processo de *impeachment*, nossa pesquisa também procura contribuir, desta forma, com uma reflexão: se o evento volta a acontecer como mera repetição ou como frágil farsa, sendo ele golpe (sentido com o qual corroboramos) ou *impeachment*[6], qual o sentido da democracia brasileira? O que acontece no substrato dessa sociedade que, embora nas vestes da doutrina democrática, sistematicamente exclui seu povo de exercer sua soberania? Mais importante: para que funcione, a aparente democracia no Brasil precisa ser sazonalmente impedida?

[5] Löwy (2016, p. 64) assim entende o *impeachment* de Dilma: "O que aconteceu com o Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um *golpe de Estado*. Golpe de Estado pseudolegal, 'constitucional', 'institucional', parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado". Grifo do autor.

[6] Filiamo-nos à visão de Sobrinho (2018, p. 595), ao dizer: "É preciso considerar que tanto a palavra Golpe como a palavra *impeachment* estão essencialmente marcadas, em seu caráter material linguístico-histórico, por sentidos controversos e posições-sujeito antagônicas inconciliáveis". E mais adiante: "[...] a disputa pelos sentidos **Golpe-*impeachment*** também é uma disputa pela compreensão-transformação do real da história" (2018, p. 616. Grifo do autor).

CAPÍTULO I – DISCURSO, IMPRENSA E HISTÓRIA

Para compreendermos a Análise do Discurso, sua importância e sua fundação, é necessário que se faça um breve movimento de retomada dos estudos linguísticos que permitiram sua emergência. Enquanto a AD se firmou como ciência há apenas algumas décadas, a partir dos anos de 1960, os estudos da e sobre a linguagem já percorriam seus caminhos desde remotos tempos. Contudo, somente a partir de Ferdinand de Saussure, com o *Curso de Linguística Geral* (CLG), é que a ciência da linguagem se estabelece enquanto tal. A revolução saussuriana inaugurada pelo CLG diz respeito ao corte epistemológico que ele promoveu: passa-se a ter um objeto de estudo bem delimitado – a língua –, tomada numa perspectiva diferente em relação à maneira como se a apreendia anteriormente, percebendo-a como um *sistema* dotado de regras e mecanismos inerentes a si mesmo, cuja primazia científica reside na *sincronia*, isto é, o sistema linguístico se percebe a partir de sua relação atual com os sujeitos falantes.

Por sua incipiente fundação, foi próprio da trajetória da linguística, ao longo do século XX, focar em suas questões internas, não encontrando espaço ou consenso em torno da questão semântica. Com uma demanda para organizar seu campo, seu objeto, suas questões e sua estrutura, a linguística foi ganhando contornos cada vez mais voltados para seus próprios dispositivos teóricos, mecanismos e funções; discussões sobre o componente dos sentidos das palavras e da interpretação de enunciados, ou seja, sobre semântica, ou ficaram presas ao formalismo científico predominante ou mesmo à margem em linguística, até porque esta ciência gozava de pouco tempo de sua fundação enquanto tal. Havia a percepção que o estudo da língua não deveria imiscuir-se com outros campos do saber, não sendo a semântica, assim, uma prioridade nos estudos linguísticos, tanto que a dicotomia *langue/parole* de Saussure dava prioridade à língua, entendendo a fala como uma questão instável e não pertinente à linguística propriamente dita.

Decerto que a contribuição saussuriana foi essencial para a organização não apenas da linguística, mas também para a organização de toda uma visão epistemológica que recortou e atravessou o século XX, permitindo o estabelecimento dos estudos sincrônicos e das escolas de pensamento que se baseavam no estruturalismo científico. Como um campo de saber essencial para a Análise do Discurso, a contribuição teórica saussuriana permitiu que a AD dispusesse de uma empiria (a língua), de uma materialidade significante, a partir da qual pudesse dispor para

desenvolver seus procedimentos e metodologias analíticas de interpretação. Em outros termos: "A língua é assim condição de possibilidade do discurso" (ORLANDI, 2020a, p. 20).

A importância da teoria saussuriana seria sentida já na fase da AAD-69, em que Michel Pêcheux, pensador fundamental para a Análise do Discurso, "tira proveito do fundamento do deslocamento saussuriano, ao reconhecer o traço fundamental sobre a linguística moderna a partir de Saussure: a língua é um sistema" (GADET et al, 2014, p. 42). No entanto, como aponta Florêncio *et al* (2016), a problemática de uma "linguística da língua", focada na *langue* saussuriana em detrimento da *parole*, reside no fato de que, uma vez considerada a estrutura por si mesma, pouco sujeita a mudanças, estabilizada e ideologicamente neutra, outros elementos, como a fala, o sujeito e as relações sociais, são necessariamente deixados à revelia da discussão sobre o papel da linguagem. Ainda que a linguística tenha colocado um objeto de estudo claro e delimitado – a língua –, ao qual recorremos, algo faltava para se pensar a linguagem não apenas voltada para si mesma e com sentidos únicos e cristalizados, já que os sentidos mudam a partir das diferentes posições ideológicas dos sujeitos; carecia-se de pensar a língua, pois, não somente como um sistema abstrato, mas como componente do mundo dos homens e como ferramenta transformadora deste mundo.

Na década de 1960, era mui diversa a conjuntura em que se encontrava a linguística, inscrita num horizonte teórico heterogêneo e em modificação, intrinsecamente ligada às mudanças sociais que eclodiram à época. Como nos informa Florêncio *et al* (2016):

> A França dos anos 60 não estava alheia ao turbilhão dos acontecimentos mundiais da época; pelo contrário, a Europa ocidental era um dos seus centros motrizes. O desfecho da Segunda Guerra Mundial dependeu exclusivamente de dois países não situados na Europa ocidental: os Estados Unidos (não europeu) e a União Soviética (leste europeu e parte da Ásia). **A Europa ocidental é deslocada do centro do poder internacional e passa a viver as inseguranças da guerra fria.** [...] A prosperidade da Europa ocidental [...] não ocorreu sem o aumento da desigualdade social, da exploração de classes e do afloramento dos movimentos sociais. [...] **Toda essa convulsão na conjuntura francesa [...] incidiu no campo epistemológico**, onde também ocorreu um questionamento dos saberes estabelecidos, dentre eles o estruturalismo reinante na França na década de 60. (p. 21-22). *Grifos nossos*.

Sobre este tema, Amaral (2007, p. 16) nos informa que "a AD desenvolveu-se na década de 60 em oposição a dois quadros teóricos dentro do domínio da linguagem: o do *estruturalismo linguístico* gerado a partir da produção de Ferdinand de Saussure [...] e o do projeto da *gramática gerativa transformacional*, conduzido por Noam Chomsky

na década de 50". Por isso, continua a autora (*idem, ibidem*), que "Pêcheux propõe romper com esses dois vieses da linguística a partir de uma construção de uma teoria do discurso com base no materialismo histórico".

A movimentação política, social e teórica da referida década, cujo ápice parece ter se dado nas greves trabalhistas e no movimento estudantil de maio de 1968 na França, é o panorama do nascimento da Análise do Discurso. Esta ciência surge nesta conjuntura, na tentativa de dar cabo do que não conseguia abarcar a linguística por si e para si. Os estudos da linguagem "passam a considerar sua dualidade constitutiva, isto é, seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado pelo social, pela história e, consequentemente, pela ideologia. A materialidade da língua funde-se à materialidade da história e opera nas relações sociais" (FLORÊNCIO *et al*, 2016, p. 22-23). Michel Pêcheux, fundador da Análise do Discurso, preocupa-se em estabelecer o discurso como este lugar de contato entre língua e ideologia:

> Isso lhe permite conceber, diferentemente das ciências sociais, o que é e como funciona a ideologia (pela não-transparência da linguagem: leia-se pela tomada em consideração da materialidade linguística), ao mesmo tempo em que desloca o conceito de língua em sua autonomia absoluta (como é vista na linguística) para a autonomia relativa (pensando a materialidade histórica). **Daí ser a análise de discurso por ele proposta distinta da análise de conteúdo e da análise linguística**. (ORLANDI, 2020a, p. 17). *Grifo nosso*.

Nesse sentido, a Análise do Discurso representa um novo corte epistemológico, não só na linguística, mas também nas ciências sociais, pois a AD se constituiria no entrecruzamento da linguística com outras áreas do saber científico, mormente a psicanálise de cunho lacaniano e o materialismo histórico proposto pela teoria de Marx, cuja leitura surge, em Pêcheux, também por influência de Althusser, notadamente preocupado com a ideologia; será Pêcheux quem se debruçará sobre as relações entre a linguagem e a ideologia para formular uma teoria do discurso. Abaixo, representamos um esquema que mostra a AD e seus pontos de intersecção:

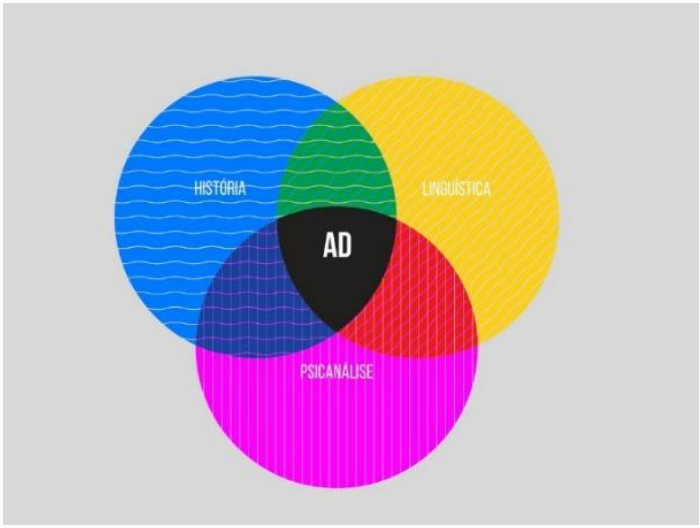


Figura 1. A zona de intersecção de saberes que compõe a AD.

A Análise do Discurso surge, pois, como uma disciplina que articula as contribuições da linguística com este mundo do ser social, essencialmente pela via da dialética e do materialismo histórico, tendo como objeto de estudo, enfim, o discurso, entendido por Florêncio *et al* (2016, p. 23) como a "relação indissociável entre língua, história e ideologia". A Análise do Discurso preocupar-se-á, pois, com a língua enquanto *práxis social e histórica*, em uso numa significação contextualizada.

> No caso particular da Análise do Discurso pêcheutiana, sua filiação ao materialismo histórico-dialético deve levar seus pesquisadores a buscarem o discurso em sua processualidade histórica. Isso significa que o analista não pode se restringir apenas à materialidade empírica do discurso e nem tomar ideias abstratas que circulam nas sociabilidades, mas tem que tratar os discursos como prática de sujeitos, no seu fazer histórico-discursivo [...]. (FLORÊNCIO *et al*, 2016, p.44).

Para a AD, a língua não é algo estático, imutável; ela produz sentido e, portanto, há um trabalho simbólico da linguagem, mediando o homem e sua realidade material. O homem só é capaz de reconhecer o mundo simbolicamente, semioticamente, e por meio da linguagem e dos discursos que nela se constroem. Por isso, as/os analistas do discurso não trabalham com a língua como mero sistema abstrato, mas, sim, com a língua enquanto pertencente à história, às culturas e às sociedades, língua esta que é falada por um sujeito historicamente marcado, ideologicamente constituído e socialmente produzido. Concebida em sua dimensão histórica, as condições de produção da linguagem – e dos discursos – são levadas em consideração. Esta é uma concepção materialista da língua, ou seja, que a vincula às condições históricas de produção, cujos sujeitos enunciatários produzem sentidos discursivos atravessados/constituídos por ideologias distintas, como reflexo da herança histórica

que os condiciona e do processo histórico em que se inserem. Os estudos em AD, portanto, ultrapassam a concepção "frasística", estrutural, da linguística, especialmente àquela linguística de cunho estritamente saussuriano.

Resgatado o estatuto do materialismo histórico, a teoria do discurso rompe com paradigmas que sustentavam que o objeto fosse determinante da significação e o sujeito o "senhor absoluto do seu dizer", dando ênfase, antes, à perspectiva de historicidade do objeto (AMARAL, 2007). Compreendemos, assim, que a linguagem é um produto de sujeitos atrelados às condições sócio-históricas, "[...] que a história não pode ser apartada do funcionamento da língua no discurso, que se pode reconhecer a Análise do Discurso como uma disciplina de entremeio no campo das ciências sociais" (AMARAL, 2007, p. 19). É exatamente nesta articulação entre língua e história que buscamos entender a historicidade de nosso objeto – o discurso da imprensa – e seus sujeitos enunciatários – a própria imprensa, ou melhor, os representantes dos que formam a imprensa hegemônica no Brasil, assim chamada por ter hegemonia de poder e capital no país, tendo ressonância significativa inclusive na agenda econômica e política através de seu discurso. Inscrita na *formação ideológica do capital*, por ter práticas que são orientadas à exploração do trabalho, à mais-valia e à obtenção de lucro, esta imprensa que tomamos como referência na pesquisa é aquela cujo funcionamento está intrinsecamente associado ao próprio sistema capitalista, seja na produção (entendendo-se, então, o jornalismo como produto das gráficas e das redações), seja na distribuição e circulação de mercadoria (que se realiza com o consumo de revistas e jornais, uma vez postos à venda, e com a publicidade de grandes empresas a lhes financiar). Logo, investigamos uma imprensa já-comprometida ideologicamente, sem o véu da "imparcialidade" a lhe encobrir.

1.1 Os dizeres da imprensa sobre o *impeachment* à luz da Análise do Discurso

Entendemos o discurso em conformidade com Orlandi (2020a), como um conjunto complexo de dizeres e de práticas sociais, sustentados em relações ideológicas perante o mundo. Segundo a professora da Unicamp:

> A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. **O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem**: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2020a, p. 13). *Grifo nosso*.

Enquanto prática social, o discurso pode se manifestar de diversas formas e ter múltiplas materialidades, sendo a língua e as imagens as que mais recorreremos em nossas análises – justamente a composição mais comumente utilizada pelo discurso da imprensa hegemônica ao dar sua leitura dos fatos. Ao expressar, historicamente, a ideologia, o discurso, pela língua e por seus elementos significativos complementares, engendra sentidos para as posições discursivas ocupadas pelos sujeitos que enunciam.

Cabe perguntar, todavia: que sujeito discursivo é este? Qual sua posição e lugar no mundo? Em que tipo de sociedade habita ele? Certamente que não estamos falando do mundo primitivo, tampouco do período medievo; já demos fartos indícios de que nosso objeto se trata de um discurso inscrito no hodierno. Para o analisarmos, pois, é imprescindível que tratemos dessa contemporaneidade e analisemos como ela se estrutura socialmente: não estamos falando de um modo de produção escravista ou feudal, por exemplo. Estamos tratando de uma sociedade constituída de classes que tem como central a exploração do homem por outrem através da venda de sua força de trabalho, equiparada, portanto, à qualidade de mercadoria; uma sociedade em que, enquanto dissolve o valor de uso do trabalho, impõe o valor de troca e a mais-valia. Esta não é qualquer sociedade na história humana; esta é a sociedade resultante de processos históricos que, há aproximadamente 300 anos, vêm modificando o tecido social, as formas de relação e de produção humanas, através de revoluções na conquista de novos territórios, na organização das cidades, na cultura e na representação política. Estamos tratando de uma sociedade inscrita no modo de produção capitalista. Conforme Netto e Braz (2012, p. 108-109):

> O modo de produção capitalista [...], que sucedeu, no Ocidente, o modo de produção feudal, é hoje dominante em escala mundial. Desde sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XIX [...], impera na economia das sociedades mais desenvolvidas (centrais) e vigora na economia das sociedades menos desenvolvidas (periféricas). O MPC é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um *sistema planetário*, [fundado] na exploração do trabalho.

Se o nosso objeto é um discurso hodierno, para descrevê-lo importa falar do capitalismo, pois é esse o sistema que rege os homens no período histórico considerado. E, se ele os rege, no discurso – nos efeitos de sentido produzidos pelo discurso – encontraremos os alicerces ideológicos que refutam ou sustentam o próprio sistema capitalista, seus valores e suas práticas. As relações de força conflituosas existentes numa sociedade cujo motor é a luta de classes se manifestam nas formulações do sujeito – no que ele diz (o dito) – sobre a realidade que o circunda, em suas formações

discursivas. O dito, contudo, revela não-ditos e mesmo o silenciado. Esse conjunto de dizeres e silêncios se estrutura nas condições históricas objetivas dos homens. Por isso, para fazermos uma análise discursiva, necessário é observar "as margens do dizer", pois elas "também fazem parte dele" (ORLANDI, 2020a, p. 28).

Como no procedimento da Análise do Discurso "necessita-se compreender e explicar o 'conjunto complexo e contraditório' (o interdiscurso) das formações discursivas em jogo numa dada formação social sob a dominação do conjunto das formações ideológicas" (AMARAL, 2007, p. 24), passemos a tratar destes conceitos para situar melhor nosso objeto, seus dizeres e "as margens de seu dizer".

A imprensa hegemônica brasileira ocupa uma posição de classe nesta sociedade sobre a qual viemos fazendo alusão. Particularmente em nosso caso, quando tratamos dos sujeitos analisados – o Grupo Globo, o Grupo Folha e a revista *Veja*, do Grupo Abril –, fazemos referência a grupos capitalistas que passam, de geração a geração familiar, o poder de concentração da mídia nacional: os donos dos principais veículos de comunicação detêm aproximadamente 50% de todo o controle da mídia[7] no Brasil, exercendo poder e dominância econômica (e política). Não a tratamos de "grande imprensa" ou "imprensa hegemônica" à toa: tais sujeitos dispõem de meios massivos para formar a opinião pública, gerando produtos que lhes garantam lucros pelo tratamento da informação, realizando, assim, práticas conformes ao capitalismo. O discurso da imprensa sobre o qual tratamos, logo, é constituído pelos valores desta formação social, particularmente os valores de *uma* das posições de classe possíveis desta sociedade: os valores e as ideias capitalistas.

Por formação social, entendemos, conforme Robin (1973), assim como posto por Amaral (2007, p. 24), "um complexo histórico constituído pela imbricação de diversos modos de produção e reestruturadas em função da *dominância* de um dos modos de produção". Para Marx (2008, p. 47), tem-se, na sociedade capitalista, um modo de produção cuja força econômica está calcada no capital, constituindo a base material desta sociedade, a sua estrutura econômica, "a base real sobre a qual se eleva

[7] A organização internacional Repórteres Sem Fronteiras (RSF), em parceria com a ONG Intervozes, através do Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil – ou, em inglês, *Media Ownership Monitor* (MOM) –, compara a concentração de mídia às propriedades de terra no Brasil. O relatório produzido pelo MOM, que analisou 50 veículos de comunicação, mostra que "cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade dos veículos: 9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à Família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da IURD, ambos do mesmo proprietário), 4 ao grupo de escala regional RBS e 3 ao Grupo Folha. Outros grupos aparecem na lista com dois veículos cada: Grupo Estado, Grupo Abril e Grupo Editorial Sempre Editora/Grupo SADA".

uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência". Nas relações de produção da sociedade, portanto, observa-se a dominância do capital – e por formação social capitalista entendemos este complexo histórico em que tal dominância opera[8].

Nas relações sociais postas pelas forças produtivas da sociedade que estamos analisando, duas classes fundamentais emergem: "a que detém os meios de produção, inclusive a força de trabalho – os capitalistas – e a que vende a força de trabalho, os trabalhadores" (AMARAL, 2007, p. 24). Se falamos de sujeitos que dispõem dos meios de produção da imprensa no Brasil – meios que abrangem desde o parque gráfico, as redações, o capital para contratar jornalistas e fazer a distribuição e circulação da notícia –, é razoável que os identifiquemos como pertencentes ao primeiro grupo. De igual modo, é legítimo dizer que o discurso da imprensa não só é permeado pelos valores capitalistas, como também precisa de se manter dominante dentro das conflituosas relações sociais entre grupos díspares numa sociedade de classes. Dessa forma, é preciso considerar a ideologia e o papel que ela tem em produzir mecanismos de sustentação que conservam as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, "necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção na sociedade de classe", uma vez que "a ideologia tem a função de 'mostrar' aos sujeitos da produção seu lugar no interior desta sociedade" (AMARAL, 2007, p. 25). No caso da imprensa hegemônica, pelas razões já elencadas, percebemos um alinhamento com a ideologia dominante, isto é, a ideologia da classe dominante, que busca simular evidências de consenso das relações sociais que são fundadas, na verdade, no conflito.

A ideologia não se apresenta facilmente, não se apreende de maneira transparente. Ela se dá em formações ideológicas específicas. Sobre elas, Pêcheux (2014, p. 32) afirma que: "Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* [...] que [...] comportam posições de classe: [...] as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia". Conforme o ensinamento pêcheutiano, as formações ideológicas são as formas de concretização da ideologia, maneiras de interpretar (e agir) no mundo: "Pretendemos [...] destacar [...] o fato de que as ideologias não são feitas de 'ideias', mas de práticas" (*idem, ibidem*, p. 130).

[8] "O capitalismo é a organização da sociedade na qual a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc. pertencem a um pequeno número de proprietários fundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e, por isto, deve vender a sua força de trabalho" (LÊNIN *apud* NETTO;BRAZ, 2012, p. 101).

Se na sociedade capitalista encontramos duas classes conflitantes, a ideologia cumpre uma função de dissimular evidências de consenso, parceria e cooperação entre as classes, como forma de manutenção da ordem vigente, qual seja, a da dominância do capital. A formação ideológica que difunde os valores capitalistas será chamada de *formação ideológica do capitalismo* (AMARAL, 2007); a que reivindica valores do trabalho, buscando sua dominância, chamá-la-emos de *formação ideológica do trabalho*. Sendo estas as formações ideológicas que, fundamentalmente, orientam a sociedade capitalista, há que se reconhecer a dominância da primeira, identificada como a ideologia da classe dominante. Já vimos que a esta formação ideológica se alinha o discurso da imprensa hegemônica.

Mais até do que uma maneira de interpretar a realidade, a formação ideológica é uma forma de se relacionar com ela, um modo de pensar e *agir* sobre a realidade, sob a ótica da luta de classes. Portanto, a formação ideológica tem um caráter social, pois representa o modo como um grupo pensa e age sobre o mundo. Ulteriormente, são as formações ideológicas que determinarão as formações discursivas que, por seu turno, constituirão o universo de sentidos dos "sujeitos-falantes". Cada formação ideológica, pois, é representada por formações discursivas.

Pêcheux (2014) entende a formação discursiva como intrinsecamente associada à formação ideológica, tanto que desenvolve este conceito da seguinte maneira:

> **Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que**, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, **determina o que pode e deve ser dito** (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa etc.). (p. 147). *Grifos nossos*.

Para o filósofo francês, a formação discursiva é tida como o lugar da constituição do sentido; a matriz mesma dos sentidos, já que o "recrutamento" ideológico ocorre pela via da FD:

> [...] as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: [...] diremos que os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (p. 147).

Podemos concluir, logo, que as formações ideológicas são compostas por práticas, atitudes e ações que são coerentes com a posição política de determinados grupos na sociedade e, atrelados a estas FI, encontram-se frases, enunciados e textos que expressam e representam tais práticas *sob forma linguística*. A formação discursiva seria, então, o conjunto destes enunciados que representam as ideias, as práticas e as posições políticas de

uma dada formação ideológica. Pode-se dizer, portanto, que a formação discursiva é a parte da formação ideológica *feita de linguagem* (feita de palavras, frases, textos etc.).

Em seu quadro teórico, Courtine (2016) estabelece que a formação discursiva é distinta em dois níveis fundamentais: o do enunciado (que aqui representaremos como [E]) e o da formulação (representado por [*f*]). Aquele, chamamos de interdiscurso; este, intradiscurso. O autor entende que o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como uma instância de formação/repetição/transformação dos elementos desta FD, governando o dizível, a "repetibilidade" no seio de uma rede de formulações, entendida como um conjunto de formulações estratificadas, desniveladas, que constituem as reformulações possíveis de um enunciado. Por ser estratificada, a instância interdiscursiva se estabelece numa dimensão vertical (onde se encontram os já-ditos); já a sua formulação (o que se diz agora) se encontra numa dimensão horizontal. Representado verticalmente, o *interdiscurso* é onde encontramos todos os dizeres já enunciados e esquecidos, representando a possibilidade mesma de dizer, o dizível; e, num eixo horizontal, o *intradiscurso*, como a instância da formulação, aquilo que se diz naquele momento em determinadas condições. Nas palavras de Courtine (2016, p. 24), "o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece assim como o lugar [...] onde a desnivelação interdiscursiva é linearizada, provocando um achatamento em uma superfície única [...] articulada". Essa "horizontalização" da dimensão vertical (ou seja, o efeito do interdiscurso se vertendo no intradiscurso) ocorre quando o sujeito enunciador se apropria de um elemento de saber da FD e a formula no intradiscurso, numa situação dada.

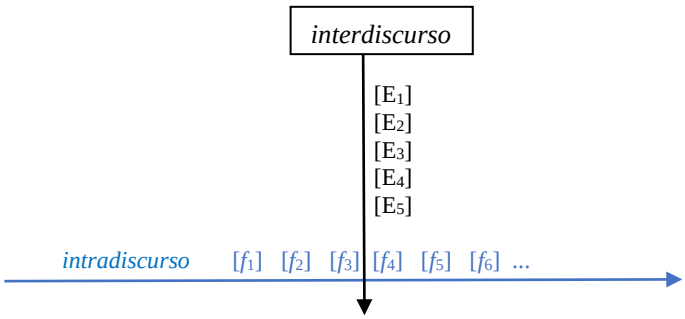


Figura 2. Esquema representativo do atravessamento do interdiscurso sobre o intradiscurso, constituindo-o.

Representamos, acima, o esquema proposto por Jean-Jacques Courtine, em que [E_1], [E_2] ... [E_5] simbolizam os já-ditos, os enunciados estratificados de uma formação discursiva que possibilitam e sustentam o dizer (o interdiscurso); já [f_1], [f_2] ... [f_6] representam a formulação mesma (o intradiscurso), o texto no qual se percebe a relação de diferentes signos linguísticos (representados pelos algarismos distintos) postos em

relação entre si numa horizontalidade sintagmática, sobre os quais incide o interdiscurso, numa relação de encaixe e aporte com o pré-construído, o já-dito e a memória (PÊCHEUX, 2014). Tomemos o discurso da imprensa como exemplo: ao falar sobre a possibilidade de um *impeachment* no Brasil de hoje, o texto, que está horizontalmente colocado (no sentido de que está sendo formulado *no momento*) é recortado por dizeres outros sobre este expediente jurídico-político, já falado por outros sujeitos e pela própria imprensa em 1992 e em 2016, porque constituíram acontecimentos históricos de nosso país; esses outros falares se constituem de forma vertical, estratificada: é o próprio interdiscurso que, acionando a memória, verte-se sobre o dizer atual, atravessando-o e, por isso mesmo, constituindo-o.

Percebemos, dessa maneira, que a formulação (o intradiscurso) está determinada pela relação que estabelece com o enunciado (o interdiscurso), "pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)" (ORLANDI, 2020a, p. 31). O interdiscurso, destarte, determina o intradiscurso: o dizer que se sustenta na memória discursiva. E é nesse jogo entre o dito, o já-dito e a possibilidade de dizer, intermediado pela história e pela memória, que se extraem os sentidos discursivos.

O discurso, como já o estabelecemos enquanto prática social, é a concretude e a existência material das formações ideológicas que, por sua vez, são *linguisticamente* materializadas nas formações discursivas. Como procedimento de análise do discurso da imprensa, pois, precisamos partir do dito, do material discursivo bruto (o texto, o intradiscurso) para, assim, alcançar o funcionamento do discurso e os sentidos por ele produzidos (AMARAL, 2007). Intentamos, a partir das manchetes (ou seja, a partir do *corpus* bruto, do "eixo horizontal" intradiscursivo) produzidas pelos veículos de imprensa sobre "impeachment", fazer uma análise que remeta à memória desse dizer (o interdiscurso, o "eixo vertical" que constitui os dizeres possíveis sobre este texto), à formação discursiva sob seu espectro, à formação ideológica que orienta o sujeito e, por fim, entender o papel de constituição desse sujeito uma vez interpelado pela ideologia. Este movimento, que tem como ponto de partida o dado empírico representado pelo texto para chegar aos discursos e aos sentidos nele engendrados, é explicado a partir da representação dos seguintes gráficos elaborados e explanados por Amaral (2007):

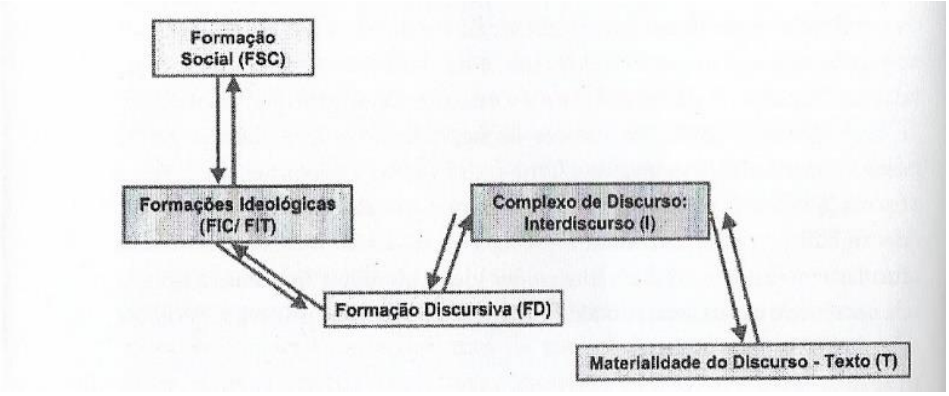


Figura 3.

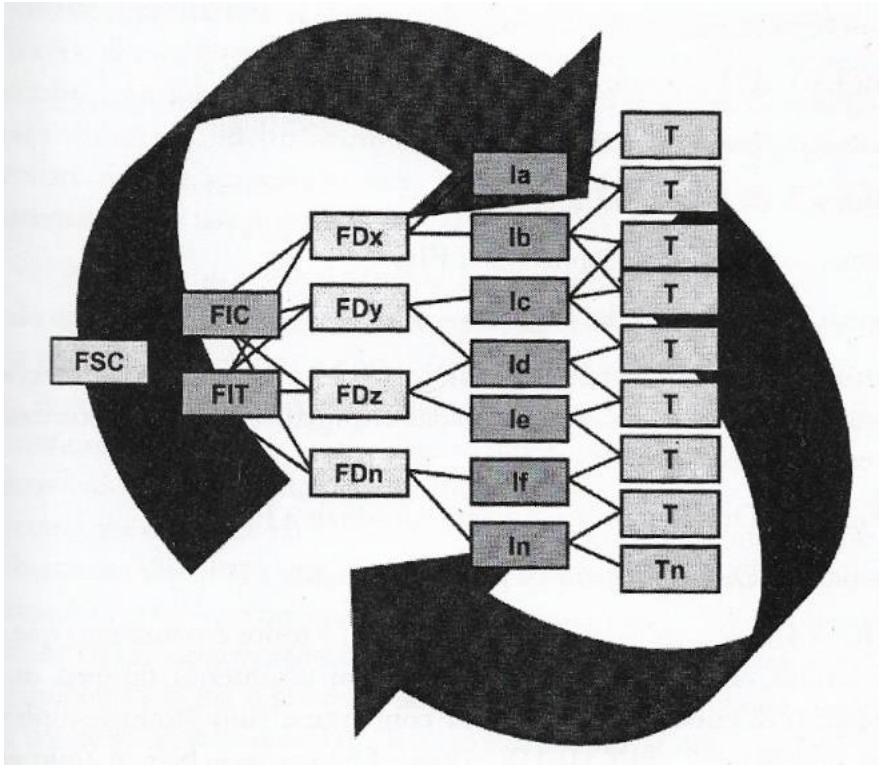


Figura 4.

Nesta[s] figura[s] mostramos que numa formação social são constituídas as formações ideológicas que a sustentam e a orientam. As formações ideológicas constituem um complexo conjunto de formações discursivas que, por sua vez, formam um complexo com dominante, o *interdiscurso*, um saber discursivo que constitui a memória do discurso, o determinante da formação discursiva. [...] a base de existência de um discurso é a formação social onde operam as relações sócio-históricas determinadas. Na formação social capitalista (FSC), produzem-se, em permanente luta de forças opostas, duas formações ideológicas fundamentais: a formação ideológica do capitalismo (FIC) e a formação ideológica que aponta para o fortalecimento do trabalho (FIT). Cada formação ideológica encontra nas formações discursivas (FD) o campo fértil para realizar sua função social. [...] as setas em espiral representam o movimento da análise: da partida, da chegada; da partida, novamente, e da chegada, sucessivamente, como só o pensamento dialético permite operar em relação à realidade investigada. (p. 26-28).

Assim, ao partir da materialidade discursiva “impeachment” (nossa sequência discursiva de referência), precisamos seguir este percurso: remeter esse texto (representado em “T” no gráfico da autora) a uma memória que se encontra no interior do interdiscurso (representado pelo “I”), mobilizando os discursos (a, b, c... n) já pronunciados sobre o *impeachment*, encontrados neste “todo complexo com dominante”. Linguisticamente manifestos na formação discursiva, essa memória do dizer pode orientar a formulação de X ou Y, alinhando-se, conforme o quadro acima apresentado, à formação ideológica capitalista ou, se formulados como Y ou Z, aproximados da formação ideológica do trabalho. Como todas são regidas sob a égide do capital, que é a ideologia dominante de nossa sociedade, é preciso analisar os sentidos que “impeachment” – nosso ponto de partida – engendra quando dito pela imprensa hegemônica, observando como o *impeachment* dito em 2016 na capa de *Veja*, por exemplo, aciona uma memória de 1992, investigando, contudo, se esta memória atualiza-se por repetição ou reformulação. Mais do que isso, é preciso observar *por que* os sentidos do discurso da imprensa sobre o *impeachment* se repetem ou se ressignificam, dado que as condições são distintas nestes dois distintos momentos do cenário do confronto político brasileiro.

1.2 Ideologia, interpelação e a função social do aparelho ideológico da imprensa

Para compreendermos os sujeitos envolvidos em nossa análise, recorremos à teoria de Louis Althusser (2007) que, em “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, introduz uma releitura da categoria de ideologia através do fenômeno da interpelação (que constitui indivíduos em sujeitos), ademais de estabelecer a distinção entre dois tipos de aparelhos de Estado, o repressivo e o ideológico. Este debate se mostra essencial para analisarmos a imprensa (aqui entendida como sujeito de nossa análise e como aparelho ideológico) e seu discurso sobre o *impeachment*. Examinemos cada um destes pontos.

Althusser (2007, p. 105) aponta que “toda formação social [surge] de um modo de produção dominante” e que “ao mesmo tempo em que produz, e para poder produzir, tem que reproduzir as condições de sua produção”, portanto devendo reproduzir tanto as forças produtivas em jogo quanto as relações de produção existentes. A reprodução da ordem capitalista requer não apenas o investimento nos meios de produção, mas nas forças produtivas – nas relações da força de trabalho, que precisa ser variada e

qualificada, pois a divisão técnica e social do trabalho é um pressuposto no regime capitalista. Como se assegurar, então, a reprodução da força de trabalho? Althusser assevera que a tendência é que esta qualificação aconteça cada vez menos *in loco* ("o aprendizado dentro da produção") e cada vez mais sendo obtida fora dela, "através do sistema educacional capitalista e de outras instâncias e instituições" (2007, p. 108). Nessa perspectiva, consideramos que a imprensa representa uma destas instâncias/instituições "localizadas fora da produção" que tem como função qualificar, ou melhor, sujeitar o indivíduo à ordem dominante, dizendo-lhe como compreender este mundo e qual o lugar que nele lhe cabe.

Acerca deste tema da institucionalização e do processo de engendramento de sentidos dados como evidentes na ordem capitalista ocidental, diz-nos Mariani (1999, p. 51):

> As instituições [...] constituem parte do processo ideológico geral de edificação de práticas discursivas e não-discursivas, processo esse que apaga para o sujeito seu assujeitamento às formações discursivas, produzindo o efeito de literalidade, de objetividade do real etc. O que chamamos de instituição é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas e condutas sociais. [...] As instituições que se estabelecem tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através dos sistemas de normas e leis (ou seja, mais discursos) que vão se organizando conforme o discurso institucional vai se moldando/transformando, e vice-versa. Esta visibilidade provoca um efeito "universalizante" de reconhecimento: em uma dada formação social, "todo mundo sabe" (ou, se não sabe, deveria saber) o que é uma escola, um jornal, uma igreja etc. O processo histórico de naturalização das instituições e dos sentidos funciona de forma a torná-los "evidentes", legítimos e necessários [...].

Compreendida a noção de instituição, refletimos, novamente junto à autora supracitada, sobre a imprensa enquanto instituição da ordem dominante, em seu discurso intricado ao discurso jurídico e retroalimentado por ele:

> [...] comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado, e, por outro, de um controle internalizado na própria atividade jornalística. Os efeitos ilusórios estão aí: o controle externo e interno, garantindo a objetividade (e neutralidade etc.), garantiria também a imprensa como digna de fé. [...] **o período em que ocorre a legitimação da imprensa como instituição é também o momento em que se está formalizando tanto uma imagem do sujeito jurídico ocidental**, que conquistou seus direitos, sendo dotado de vontades e responsabilidades, **quanto está sendo firmada a concepção predominante de linguagem verbal como instrumento de comunicação**. (MARIANI, 1999, p. 53). *Grifos nossos*.

Uma vez estabelecido que compreendemos a imprensa como uma das instituições que, pela "linguagem verbal como instrumento de comunicação", moldam/traduzem o mundo para os indivíduos fora do processo de produção,

retomemos o que estávamos discutindo a partir de Althusser. Para o autor, a reprodução da força de trabalho tem, como condição *sine qua non*, a tendência de reproduzir não apenas sua "qualificação", como também de reproduzir sua submissão à ideologia dominante (ou da prática dessa ideologia). A sujeição à ideologia dominante é o que garante a própria reprodução da qualificação da força de trabalho. Por isso, Althusser reconhece o papel da ideologia como fulcral para sua teoria.

> [...] a reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de sua qualificação, mas também, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e **uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também eles assegurem "com palavras" a dominação da classe dominante.** [...] a escola (além de outras instituições de Estado, como a Igreja, ou outros aparelhos, como o Exército) ensina a "habilidade", mas sob formas que assegurem a sujeição à ideologia dominante ou o domínio de sua "prática". (ALTHUSSER, 2007, p. 108). *Grifo nosso*.

Ao introduzir a categoria "ideologia" no seu projeto teórico, o filósofo formulará três teses que visam explicar seu funcionamento. A primeira delas diz que "a ideologia é uma 'representação' da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (ALTHUSSER, 2007, p. 126). Althusser acentua o caráter *imaginário* da ideologia, afirmando que "toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária [...], a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas decorrem" (*idem, ibidem*, p. 128). O imaginário, sobre o qual trata Althusser, não se confunde com o *irreal*, com o falseamento da realidade, o que poderia levar à concepção de ideologia como "falsa consciência"; antes, diz respeito ao *conjunto de imagens* e formas simbólicas que os homens utilizam para se relacionar com a concretude do real – os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos. O real é inatingível em sua essência, apreendido através de uma representação, imperiosamente deformada (pois que não é exata), que perpassa o imaginário.

A natureza desse imaginário é o que pressupõe a segunda tese althusseriana: "a ideologia tem uma existência material" (*id., ibid.*, p. 128). Esta existência material da ideologia se concretiza no que Althusser chamará de *Aparelhos Ideológicos de Estado* (AIEs), que tomam a forma social ou institucional representadas por diferentes segmentos da sociedade, tais como a Igreja, a escola, a família, a imprensa etc. Ao dissertar sobre aparelhos de Estado, afirmará o autor: "O Aparelho de Estado, que define o Estado como força de execução e intervenção repressoras, 'a serviço das

classes dominantes', na luta de classes conduzida pela burguesia e seus aliados contra o proletariado, é com certeza o Estado, e isso certamente define sua 'função' fundamental" (ALTHUSSER, 2007, p. 111). A definição acima se alinha mais ao entendimento de um Estado repressor, e é preciso estabelecer a diferença entre o aparato estatal que funciona pela repressão e aquele que opera por outro viés: "Os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente *pela ideologia* [...]" (*ibid*., p. 116). Concretizada materialmente nos AIEs, é através das práticas prescritas por eles que a ideologia ganha seu caráter coercitivo e material, pois regulam rituais e atos de um sujeito. Em nosso exemplo, se o indivíduo consome notícias da grande imprensa brasileira (aqui já tomada como um AIE) e acredita que o *impeachment* é a saída viável para a resolução dos problemas políticos e econômicos do capitalismo periférico brasileiro, devido à influência da qual goza a cobertura midiática (que é ideológica por excelência), devido à credibilidade, aceitação e penetração cotidiana que tais veículos noticiosos têm no meio social, este indivíduo acaba submetendo-se, *sujeitando-se* a este chamamento, a esta interpelação.

Este exemplo é ilustrativo da terceira tese de Althusser: "A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos" (2007, p. 131). O mecanismo da interpelação, portanto, é o que transforma o indivíduo em sujeito, interpelando-o, *recrutando-o*, não apenas para constituí-lo enquanto sujeito, mas também para conduzi-lo à sua própria autossujeição. O sujeito althusseriano se mostra, assim, *um sujeito assujeitado* – não entendido como restrito a um único modo de ser, mas "livre" para transitar por entre as diferentes ideologias (e, assim, sujeitar-se a elas), que a todo momento lhe interpelam a ocupar um lugar no mundo. É sob a forma da interpelação do indivíduo em sujeito que a instância ideológica de Althusser contribui para a compreensão das relações sociais.

Destas reflexões, interessa-nos aprofundar o debate sobre os AIEs (aparelhos ideológicos de Estado), uma vez que a imprensa, quase onipresente no cotidiano dos homens (e, dado o deficiente sistema educacional brasileiro, representar uma voz de autoridade que preenche esta lacuna e goza de prestígio na intelectualidade do país), apresenta-se como um aparelho ideológico cultural e da informação capaz de recrutar diversos indivíduos – aparelho ideológico capaz de *interpelar indivíduos em sujeitos*. Como tal, a imprensa hegemônica representa sua classe, que é a classe dominante, buscando o fortalecimento de seu discurso e de seus interesses perante os sujeitos que interpela. Sobre isto, assevera Althusser (2007, p. 117): "[...] nenhuma classe é capaz de deter o poder estatal por um período prolongado sem, ao mesmo tempo, exercer sua

hegemonia sobre e dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado. [...] os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não apenas o *alvo*, mas também o *lugar* da luta de classes".

Disso, depreende-se que, através de seus textos, de suas formações discursivas, há um processo de interpelação, de circulação de sentidos tecidos pela mídia, de convencimento dos indivíduos – o que viemos chamando de formação da opinião pública. Há sempre uma tentativa de buscar a hegemonia e a estabilidade dos sentidos produzidos por sua posição de classe, e o fenômeno da interpelação está ali agindo a todo momento, servindo à classe dominante, à qual a imprensa hegemônica pertence, como modo de manter a ordem vigente da sociedade capitalista. O discurso da imprensa, afinal, inscrito no processo do confronto de classes, procura ser estabilizado e busca o convencimento dos demais indivíduos, busca ser aceito e tornar-se hegemônico entre os sujeitos. Como colocado por Alves (2005):

> O discurso exerce sua condição de poder quando tem capacidade de transformar suas condições de emergência em condições de existência e de construir estas últimas em seu próprio interior, em suma, de institucionalizar-se [...]. Assim, **estabelecer um discurso é fazê-lo hegemônico, fazê-lo ouvido e repetido, construindo-se enquanto um sujeito que pode falar sobre algo a outrem**, significa recriar as condições de existência de tal forma a poder responder: Quem pode falar? O quê? Para quem? Em que lugar? **Isto é, interpelar os demais sujeitos de tal forma a buscar deles uma adesão incondicional ao proposto pelo emissor** e o reconhecimento de sua liderança intelectual, vencendo a luta política [...]. (p. 4). *Grifos nossos*.

Diante da natureza essencialmente política de nosso objeto, poder-se-ia perguntar: por que não considerar o sistema político brasileiro como o aparelho ideológico por excelência? Ora, a política, através de seus representantes, de seus porta-vozes, do ritual das eleições, apenas "ocupa a frente do palco", como coloca Althusser (2007), uma vez que a burguesia instalou outros aparelhos dominantes nos bastidores. Um destes certamente é a imprensa, um aparelho da informação e aparelho cultural, "empanturrando cada 'cidadão' com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc., através da imprensa, do rádio e da televisão" (ALTHUSSER, 2007, p. 121). A imprensa hegemônica brasileira, pois, ocupa papel preponderante na difusão de ideias que visam a sustentar a ordem dominante, nem que, para isso, necessitem subverter o poder popular, ou dele se assenhorem. Durante o *impeachment* de Collor, por exemplo, a imagem dos caras-pintadas, movimento orgânico da juventude secundarista brasileira contrária ao presidente, foi intensamente apropriada e usada nas manchetes dos jornais e revistas; no processo enfrentado por

Dilma, havia ecos desse movimento, mas também elementos que buscavam mais ativamente pedir pela urgência de seu afastamento, que ocorria em bases mui díspares daquele de Collor. De toda sorte, em ambos os eventos o aparelho ideológico "imprensa" ali se colocava como garantidora da ordem, da moral e do horizonte intelectual e político do Brasil – como a que apresentava a solução para estes problemas (o *impeachment*), sem, de fato, sanar o problema central: a profunda desigualdade social advinda de um modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho.

Como afiança Althusser (2007, p. 121): "Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam quais forem, contribuem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração". Neste diapasão, o *impeachment* aventado pela mídia não visou verdadeiramente à melhora da sociedade, mas, antes, mirava o retorno à rota da agenda neoliberal, que tanto Collor quanto Dilma ensaiaram, falhando, cada qual, ao estabelecê-la; visou-se, portanto, ao aperfeiçoamento do sistema econômico combalido que os ex-presidentes entregaram no final de sua gestão – ao aperfeiçoamento mesmo da própria ordem do capitalismo.

1.3 Dispositivos analíticos e o *corpus* de pesquisa

Ante o dispositivo teórico da Análise do Discurso e os primeiros gestos de interpretação intentados acima a partir deles, cabe começar a discussão sobre o dispositivo analítico, detalhando os procedimentos que utilizaremos para conduzir nossa descrição e posterior interpretação na análise. De acordo com Pêcheux (1980), conforme citado por Orlandi (2020a, p. 57), "todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível, oferecendo lugar à interpretação". Por isso, no trabalho da/o analista, a interpretação se inter-relaciona com a descrição, aparecendo em dois momentos do trabalho analítico, consoante Orlandi (2020a): primeiramente, é preciso estabelecer que a interpretação faz parte do objeto da análise, pois o sujeito que fala interpreta, sendo escopo da/o analista descrever esse gesto de interpretação do sujeito que está constituindo os sentidos submetidos à análise; posteriormente, é preciso dizer que, na descrição, a/o própria/o analista está envolvida/o na interpretação, pois também ela/e é um sujeito ideológico – por isso a necessidade de um dispositivo teórico que possa orientá-la/o em relação ao objeto simbólico que analisa. Não se espera, com isso, que a/o analista esteja numa posição neutra, mas que,

de posse desse dispositivo teórico, sua posição seja relativizada em face do que se interpreta, buscando a objetividade na explicação de seu objeto.

Em sua pesquisa, a/o analista deve explicitar os processos de identificação dos sujeitos submetidos à investigação, evidenciando, assim, a descrição deste sujeito em relação à sua memória, suas filiações de sentidos e os gestos de interpretação que esses sujeitos realizam. É preciso, portanto, descrever a relação do sujeito com a posição que ocupa no estado de luta de classes, pormenorizando suas respectivas formações ideológica e discursiva.

A teoria do discurso intervém como forma de elaborar um caminho para trabalhar a superfície material do discurso e sua essência histórica, com o fito de promover o desvelamento discursivo, que se apresenta como pronto, transparente e acabado, quando, em verdade, nada disso ele é. Cabe à/ao analista, portanto, explicitar estas relações, investindo, assim, no desvelamento da opacidade da linguagem, do descentramento do sujeito e do efeito metafórico (os deslizes de sentido, os equívocos e as falhas); cabe a ela/ele desvelar, destarte, o trabalho mesmo da ideologia sobre a materialidade linguística.

A construção de um dispositivo analítico pela/o pesquisadora/pesquisador ocorre quando esta/e coloca uma questão que procura compreender, particularizando-a. Dessa maneira, face aos materiais de análise que serão investigados, a/o analista inicia a constituição de seu *corpus*. De acordo com Orlandi (2020a, p. 60), "A delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. [...] Quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise de discurso se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra etc.". Como todo discurso não se fecha em si mesmo, mas, antes, inscreve-se em um processo discursivo, é daí que podemos promover um recorte e analisá-lo, recortes que representam estados deste processo em curso. A partir do recorte realizado (em nosso caso, "impeachment" e os dizeres da imprensa a ele relacionados), é preciso analisar, como faremos no próximo item deste capítulo, as condições de produção do discurso, a fim de elucidar os processos sócio-históricos mediatos e imediatos que influenciaram a produção daquelas materialidades em análise.

O recorte que delimita o *corpus* com o qual trabalharemos nesta dissertação é composto por imagens e, também, por suportes linguísticos, os quais chamaremos de *sequências discursivas*, em consonância com a lição de Courtine:

> **Precisamos primeiro** conceber as determinações específicas ao nível da formulação: **escolher uma sequência discursiva – enquanto manifestação da realização de um intradiscurso – como ponto de referência a partir do qual o conjunto de elementos do *corpus* receberá sua organização**; relacionar esta sequência discursiva a um sujeito e a uma situação de enunciação determinada; mostrar como o sujeito da enunciação e circunstâncias enunciativas são atribuíveis (referenciáveis) aos lugares dentro dos aparelhos ideológicos de uma determinada conjuntura histórica. Nós chamamos o conjunto de elementos que foram mencionados como as condições de produção da sequência discursiva da referência. (2016, p. 25). *Grifos nossos*.

Seguindo esta exposição, nossa pesquisa constitui como *corpus* sequências discursivas retiradas dos seguintes periódicos (os sujeitos em análise): *Folha de São Paulo*, *UOL* e *G1* (todos em sua versão *online*), além de trazer a revista *Veja*, que nos apresenta ao enunciado que tomaremos como *sequência discursiva de referência* – "impeachment" –, ou seja, a sequência que organiza outros dizeres pré-existentes sobre o discurso analisado e que, por sintetizá-los, é tomada como referencial. Além das sequências, também faremos análise das imagens que as acompanham, por entender que elas são elementos essenciais da composição discursiva em exame, constituindo, assim, o nosso próprio objeto de estudo: o discurso midiático sobre o *impeachment* e os efeitos de sentido recuperados/deslizados nos acontecimentos que levaram ao afastamento de presidentes em nossa recente história republicana.

Por se tratar de um *corpus* plural e disperso, buscamos sistematizá-lo e detalhá-lo conforme a tabela abaixo, apontando quais as sequências discursivas e imagens analisadas e sua localização no trabalho aqui apresentado. Assim, procuramos tornar o *corpus* mais esquematizado e conferir-lhe maior visibilidade, como que mapeando a "topografia" do percurso de análise:

Sujeito em análise	**Sequência Discursiva de Referência (SDr)**	**Sequências discursivas eminentemente linguístico-verbais**	**Sequências discursivas em que há conjugação significante do imagético-verbal**
Veja	*Capa da edição 2.474, abr. de 2016:* "IMPEACHMENT" (fig. 26, p. 125).	-	*Capa edição 1, 1968:* "O grande duelo no mundo comunista" (fig. 9a, p. 51).
			Capa edição 1.250, 1992: "A guerra do *impeachment*" (fig. 15, p. 79).
			Capa edição 1.235, 1992: "Pedro Collor conta tudo" (fig. 16a, p. 81).
			Capa edição 1.255, 1992: "CAIU!" (fig. 16b, p. 81).
			Capa edição 1.269, 1993: "O que é preciso para dar certo" (fig. 16c, p. 81).
			Capa edição 1.190,1989: "A batalha final para mudar o Brasil" (fig. 17, p. 83).
			Capa edição 2.474, 2016: "SIM 367 x 146 NÃO" (fig. 26, p. 125).
Grupo Globo (*O Globo*, *Memória Globo*, *G1*)	-	"Succedem-se atentados comunistas em Varsovia" (fig. 7, p. 47, *O Globo*).	Imagem de manifestação pelo *impeachment* de Collor, 1992: "FORA COLLOR E O FMI – FRENTE REVOLUCIONÁRIA" (fig. 13a, p. 78, *Memória Globo*).
		"Ressurge a democracia!" (fig. 10, p. 55, *O Globo*).	Imagem de manifestação pelo *impeachment* de Collor, 1992: "Anos Rebeldes. Próximo Capítulo: FORA COLLOR. IMPEACHMENT JÁ. Ass.: Povo brasileiro" (fig. 13a, p. 78, *Memória Globo*).
		"Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma" (fig. 23, p. 119, *G1*).	Imagem de manifestação pelo *impeachment* de Collor, 1992: "Não à destruição do ensino público" (fig. 13b, p. 78, *Memória Globo*).
			Imagem de caras-pintadas em manifestação pelo *impeachment* de Collor, 1992: "Fora Collor. *Impeachment* Já!" (fig. 14, p. 79, *Memória Globo*).
			Imagem de manifestação pelo *impeachment* de Dilma em Salvador, com a bandeira do Brasil e os manifestantes de verde-amarelo ocupando a imagem (fig. 24, p. 121, *G1*).

<table>
<tr><td rowspan="5">Grupo Folha (Folha de S. Paulo, UOL)</td><td rowspan="5">-</td><td>“Deter a inflação, o objetivo do governo no ano que começa” (fig. 8c, p. 49, Folha de S. Paulo).</td><td>Imagem de manifestação pelo impeachment de Dilma, 2016: “Manifestantes soltam balões durante protesto na Avenida Paulista, em São Paulo”; “FORA PT” (fig. 20, p. 117, UOL).</td></tr>
<tr><td>“As acusações de fraude orçamentária, embora pertinentes [...] para impeachment, [...] soaram [...] como pretexto de um ‘golpe parlamentar’” (p. 109, Folha de S. Paulo).</td><td>Imagem do ex-presidente Lula com a manchete “Atos pró-PT” (fig. 21, p. 118, UOL).</td></tr>
<tr><td>“Brasil tem maior manifestação contra Dilma” (fig. 19, p. 116, UOL).</td><td rowspan="2">Imagem de um policial militar abraçado a uma criança enrolada a uma bandeira do Brasil em ato pelo impeachment de Dilma (fig. 22, p. 119, UOL).</td></tr>
<tr><td>“O Brasil teve, neste domingo (13), a maior manifestação contra a presidente Dilma Rousseff, seu governo e o seu partido, o PT” (p. 116, UOL).</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Outros veículos/mídias</td><td rowspan="2">-</td><td rowspan="2">“4ª feira é o dia D da luta contra a corrupção na #LavaJato. [...] Estarei em jejum, oração e torcendo pelo país” (fig. 11, p. 63, Twitter).</td><td>Imagem de manifestação pelo impeachment de Dilma, 2016: “Anos Rebeldes. Próximo Capítulo: FORA DILLMA. IMPEACHMENT JÁ! Ass: Povo Brasileiro” (fig. 18, p. 91, Congresso em Foco).</td></tr>
<tr><td>Imagem das manifestações contra e a favor do golpe-impeachment em frente ao Congresso Nacional, 2016. (fig. 25, p. 123; SINGER, 2018).</td></tr>
</table>

Tabela 1. Sistematização do *corpus*, localizadas e explicitadas as SDr, SDs e imagens analisadas.

O *corpus*, como acima delimitado, representa a superfície linguística e discursiva, “o material de linguagem bruto coletado, tal como existe” (ORLANDI, 2020a, p. 63). Dessa maneira, o percurso que nos faz ir da superfície textual-imagética ao discurso, através do objeto definido pelo *corpus*, faz-se por etapas: 1) passa-se da superfície linguístico-imagética (sequências discursivas, imagens, textos) para 2) o objeto discursivo (a formação discursiva) e, finalmente, em direção ao 3) processo discursivo (momento em que se verifica a formação ideológica dos sujeitos).

Na primeira etapa, a/o analista incide seu primeiro gesto de análise sobre o texto, buscando o dito, isto é, a materialidade discursiva; esta “funciona como a porta de entrada para a elucidação de sentidos do discurso” (FLORÊNCIO *et al*, 2016, p. 87). Nesta fase, dá-se o processo descritivo, quando a/o analista busca nomear os recursos linguísticos empregados e as materialidades discursivas não-verbais, mas que compõem a significação, como as imagens. Uma vez concluída a descrição dos ditos, passa-se ao objeto discursivo, momento em que a/o analista passará a observar as formações discursivas distintas. É nessa ocasião em que se observam o não-ditos, apenas apreensíveis a partir dos ditos; nessa fase, as metáforas, as metonímias, os lapsos, as falhas importarão à/ao analista, constituindo as chaves das explicações oferecidas. Finalmente, a partir das FD, chega-se à etapa em que se analisam as formações ideológicas que regem as relações de sentido estabelecidas. Neste estágio, a partir do

não-dito, pode-se proceder à análise do que foi silenciado. O interdiscurso, atravessando a materialidade linguístico-discursiva trazida na descrição, precisa ser aqui explicitado, mostrando como ele promove deslizamento de sentidos, deslocamentos e condensações dos sujeitos enunciatários.

O efeito metafórico, que nos importa nessa pesquisa, precisa ser, assim, explicado como "o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual" (PÊCHEUX, 2014, p. 96), entendido não como desvio, mas como transferência, deslize, deriva de sentidos. Por isso, essa explicação deve ser dada como um gesto de interpretação do lugar discursivo ocupado pelo sujeito e de como, a partir dessa posição, ele constrói os efeitos de sentido do discurso, recorrendo à memória, aos dizeres já constituídos e à produção de mesmos ou de novos sentidos.

1.4 O conceito de condições de produção em Análise do Discurso

O conceito de condições de produção em AD diz respeito ao que já aludimos por meio de Orlandi (2020a), ou seja, às "margens do dizer" às quais estão associados os discursos. As condições de produção compreendem o sujeito e a situação de enunciação – o *contexto* em que o discurso é enunciado e que o levou a ser assim formulado, dado que a história e a situação em que o sujeito passa a produzir sentidos pelo discurso influenciam a própria produção deste.

Na compreensão de Orlandi (2020a), o contexto de formulação do discurso nos leva a pensar em duas perspectivas das condições de produção: se tratamos do contexto mais imediato das circunstâncias da enunciação, falamos de condições de produção em sentido estrito; se tratamos de um contexto que abrange as implicações sócio-históricas que permeiam aquele discurso, falamos, então, das condições de produção em sentido amplo.

Deste modo, podemos dizer que as condições estritas de produção do discurso estão mais visíveis e disponíveis, mais facilmente observáveis na superfície textual e na análise da sucessão dos eventos que levaram àquela formulação. No caso do objeto aqui analisado, por exemplo, a publicação da revista *Veja* com o dizer "impeachment" em abril de 2016, logo após o afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, é o contexto imediato, a condição de produção estrita do discurso em análise. No entanto, não se pode isolar essa situação e tomá-la de maneira estanque, como que desconectada da história que inevitavelmente a conduziu até este momento

enunciativo. Dessa maneira, é preciso analisar como o trabalho simbólico da ideologia sobre a linguagem foi operado, ao longo da história e das relações sociais que conform(ar)am a sociedade em que aquele discurso foi produzido, para situar, também, as relações de reprodução/transformação sendo ali expressas sob forma linguística. É preciso detalhar, portanto, de que maneira a carga histórico-ideológica incide sobre um discurso, discurso este que, para constituir seus sentidos, recorre à memória da formação de uma sociedade que, como a nossa, apresenta um legado de paternalismo, de nepotismo, de patrimonialismo, da promiscuidade entre a coisa pública e a privada, da exploração no seio social e das muitas rupturas de regimes políticos, chagas que se apresentam linguisticamente ainda hoje e que demandam explicações histórico-dialéticas para serem compreendidas em sua totalidade.

1.4.1 Condições de produção no contexto histórico brasileiro

Para entendermos os impasses do presente, precisamos resgatar a História do Brasil desde a Colônia, cujos traços fundamentais permanecem vivos em nossa sociedade. Segundo o historiador Caio Prado Jr. (2011), a formação da nação brasileira é interpretada como parte do sistema colonial, um modo de pertencimento ao capitalismo mercantil[9] que conferiu unidade à vida social que aqui se estabelecia – ainda que de maneira muito problemática. Nascíamos como nação-satélite, subjugada ao controle da metrópole portuguesa, que incentivava a exploração desde o início de nossa História, seja da natureza (inicialmente, com o extrativismo do pau-brasil; posteriormente, com as *plantations* de cana-de-açúcar), seja do seu povo nativo (através das sucessivas tentativas de escravizar ou submeter as populações indígenas à ideologia católica dominante). Nosso período colonial não se deu em termos equivalentes ao feudalismo europeu: o Velho Mundo começava a estabelecer as bases do capitalismo, com a conformação dos Estados nacionais, a transmutação dos feudos em cidades (os burgos) e com a ascensão de uma classe – a burguesia – que começava a ganhar notoriedade e status mediante as intensas trocas comerciais que realizava com povos das Índias e do Oriente, culminando nos empreendimentos que levaram às Grandes

[9] Dirá Caio Prado Jr (2011. p. 28): "Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. No seu conjunto, [...] a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes [...]".

Navegações e aos "descobrimentos" – da América e do Brasil, em particular. É assim que se inicia nossa História, no declínio do modo feudal de produção europeu e no desenvolvimento incipiente de seu sistema econômico capitalista.

Isto posto, não significa dizer que os traços feudais tenham desaparecido por completo, tanto na Europa quanto no Brasil: como acabamos de afirmar, o capitalismo apenas estava em sua aurora e o sistema social que aqui se desenvolvia para a organização da vida da Colônia se calcava em bases do medievo: afinal, como explicar a divisão das terras em Capitanias Hereditárias e Governos-Gerais, ou a concentração do poder e do mandonismo do senhor de engenho sobre quem nelas vivia, ou ainda a produção do trabalho humano completamente voltada à agricultura, senão como uma relação de cunho feudal entre senhores e servos? A diferença fundamental, contudo, residia no fato de que estas relações sociais se davam nas bases da exploração com vistas não à subsistência, mas ao comércio e ao lucro, ainda que este fosse apropriado pela metrópole.

A exploração do trabalho humano se aprofunda ainda mais à medida que a agricultura se torna central para a atividade econômica brasileira: com mais engenhos de açúcar, mais braços eram necessários para a lavoura. Sucessivamente fracassadas as tentativas de escravizar os indígenas, que resistiam ao jugo dos dominadores, a solução encontrada foi a de escravizar populações da África, atividade que se tornou, *per se*, uma outra forma de comércio lucrativo além do açucareiro. Estima-se que o tráfico de escravizados trouxe cerca de 4,9 milhões de viventes de forma coercitiva para o Brasil[10]. Real alicerce desta sociedade que se formava, povoando nosso território[11] e sustentando nossa economia, os escravizados constituíram "as mãos e os pés do senhor do engenho porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar ou aumentar fazenda, nem ter engenho corrente", nas palavras do jesuíta Antonil (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 79). Da lavoura de cana à extração do ouro do período colonial, passando às fazendas cafeicultoras do Brasil Império e da nascente República, grassando, assim, do século XVI ao XIX, quando finalmente abolido em 1888[12],

> [...] o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências. [...] a escravidão foi bem mais do que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de

[10] Schwarcz e Starling (2015) apontam que, no total, de 8 a 11 milhões de escravizados foram transportados para as Américas através do tráfico negreiro, o Brasil notadamente recebendo mais da metade desse contingente.
[11] A Pesquisa Nacional por Amostra de Domílicios (PNAD) de 2019 mostra que 56,2% da população brasileira declara-se como preta (9,4%) ou parda (46,8%), ante 42,7% que se declararam brancos.
[12] Schwarcz (2019) lembra que o Brasil foi o último país do Ocidente, não só das Américas, a abolir a escravidão.

> diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita. [...] Um sistema como esse só poderia originar uma sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país. (SCHWARCZ, 2019, p. 27-29).

Com a independência em 1822, não nos tornamos, verdadeiramente, autônomos. Portugal deixava como imperador um filho de sua terra – Pedro I, filho do rei de Portugal. Passávamos a deixar a órbita da metrópole apenas para encontrar outra pátria a nos dominar economicamente – a Inglaterra. Através de rupturas políticas sistemáticas[13], as elites políticas e econômicas foram construindo o Brasil, na maior parte das vezes abandonando seu povo à própria sorte e alijando-o de participar das decisões fundamentais e dos processos políticos. Toda essa herança histórica da experiência brasileira, especialmente a mácula da escravidão, permanece latente nas relações sociais e no próprio modelo econômico do Brasil hodierno, ainda fundamentalmente baseado nas *commodities* agrícolas e minerais, na sua condição de país de terceiro mundo, subdesenvolvido e periférico em relação ao centro capitalista, hoje dependente dos EUA, da Europa e, atualmente, da China.

Temos, assim, as bases sociais e econômicas sobre as quais desenvolveu-se o Brasil. Como fica, pois, a imprensa nesta sociedade?

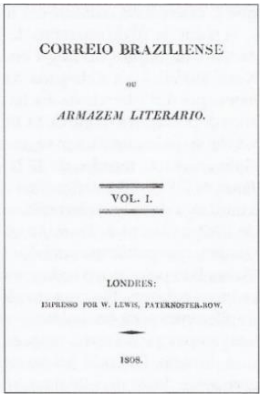
> A nação brasileira nasce e cresce junto com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. **A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira.** Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado. (MARTINS; LUCA, 2018, p. 8). *Grifo nosso*.

Ainda que houvesse ensaios de publicações impressas e práticas de leitura de voz alta para a coletividade durante o período colonial, estas experiências de transmissão e de comunicação da palavra impressa eram esparsas e, no mais das vezes, passavam pelo crivo do oficialismo e da censura prévia do governo metropolitano. Havia periódicos que falavam sobre o Brasil, mas que eram produzidos e impressos na Europa, circulantes naquele continente e normalmente recebidos no país desde o século XVIII; a distância e a demora das comunicações entre os dois hemisférios na época, no entanto, não permitia a emergência de um jornalismo brasileiro de fato. Mariani (1999, p. 57) nos recorda que:

[13] Desde a dissolução da Constituinte por Pedro I, que outorga um texto constitucional em 1824 que esgota os demais poderes ante o dispositivo do Poder Moderador, o Brasil passou por sucessivos processos de rupturas políticas: o golpe da Maioridade; o que instaura a República; o que derruba a República Velha; o que instala o Estado Novo; o golpe militar de 1964; e a "parlamentada" de 2016.

> Durante todo o período colonial, a inexistência de tipografias em função de sucessivas ordens reais, aliada à proibição de entrada de livros e jornais estrangeiros, manteve o país na obscuridade. Leitura e escrita eram atividades restritas aos círculos da elite nobre e religiosa. É apenas no início do século XIX que surge a atividade impressora no Brasil.

A imprensa no Brasil só surgiu "de forma sistemática a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa e a instalação da tipografia da Impressão Régia" (MOREL, 2018, p. 23), mostrando, desde já, a íntima relação que ela teria com o poder instituído, seja de subordinação às suas ideias, seja de divergência política.


CORREIO BRAZILIENSE

ou

ARMAZEM LITERARIO.

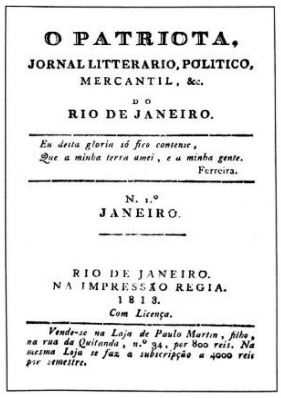
VOL. I.

LONDRES:

IMPRESSO POR W. LEWIS, PATERNOSTER-ROW.

1808.

Figura 5.


O PATRIOTA,

JORNAL LITTERARIO, POLITICO,

MERCANTIL, &c.

DO

RIO DE JANEIRO.

Eu desta gloria só fico contente,
Que a minha terra amei, e a minha gente.
Ferreira.

N. 1.º

JANEIRO.

RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença.

Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda, n.º 34, por 800 reis. Na mesma Loja se faz a subscripção a 4000 reis por semestre.

Figura 6.

Como se pode observar nas figuras acima, a influência eurocêntrica na imprensa brasileira ainda era latente em seu marco inicial, em 1808. A formação institucional da imprensa brasileira – e, por conseguinte, a produção de um discurso jornalístico propriamente brasileiro – começa no além-mar, na Europa (como se vê na fig. 5, que traz o primeiro número do *Correio Braziliense*, um dos periódicos pioneiros na imprensa brasileira, sendo produzido em Londres, no ano de 1808). Mesmo os jornais que passam a ser impressos no Rio de Janeiro não escapam à influência europeia e à ideologia dominante ocidental, sendo institucionalizada pela estrutura de poder de Portugal, ao receber o selo da Impressão Régia (como se observa no exemplar de *O Patriota*, mostrado na fig. 6, no ano de 1813). A autorização real para o próprio funcionamento da atividade jornalística revela, como novamente nos informa Mariani (1999), uma problemática cujos traços ainda perduram no hodierno: a relação simbiótica entre imprensa e poder, mormente entre os poderes jurídico e político, traduzidos/refletidos/imbricados na imprensa:

> Com a vinda de D. João VI, em 1808, é por força de um decreto real que a impressão régia inicia suas atividades, lançando um periódico intitulado *A Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo objetivo era registrar o que se passava em Portugal. **Nesse gesto político-institucional de formação da imprensa no Brasil, depreende-se o que virá a ser a marca registrada da maioria dos**

> **jornais brasileiros até bem recentemente: a submissão ao poder vigente bem como a preocupação em atender as ideias e interesses do dono**. (p. 57). *Grifo nosso*.

Com a censura prévia do Estado português ao fazer jornalístico, houve uma primeira geração da imprensa brasileira que buscava divergir do poder instituído. Tais condições fomentaram um debate político e intelectual, especialmente acentuado entre os anos que precederam a independência (1820-1821) e ao longo das Regências (1831-1840). Contudo, o que de fato predominava era o estilo panfletário (hoje em franco desuso na imprensa hegemônica, que procura simular neutralidade), a efemeridade e a pluralidade de títulos, consequência direta dos escassos suportes físicos dos jornais (chamados, então, de gazetas, folhas ou periódicos). Alguns deles eram panfletos propriamente ditos, ou ainda pasquins, formados por páginas volantes, avulsas e sem continuidade; outros, periódicos simples, de poucas páginas, que misturavam questões de Estado com discussões doutrinárias, debates acalorados e opinativos com notícias locais, internacionais e interprovinciais (MOREL, 2018).

Nem todos os jornais enveredavam pelo debate político, optando por adotar uma linha editorial mais noticiosa e mercantil, caso do *Diario de Pernambuco*, de 1825, o mais antigo em circulação da América Latina. No entanto, a mudança de uma imprensa artesanal e incipiente para uma imprensa empresarial não se daria de maneira repentina, mas de maneira gradativa, não linear, percorrendo todo o século XIX e parte do XX, quando a imprensa finalmente assume seu destino missionário de "civilizar" o Brasil, em seu papel de "quarto poder" para mobilizar os destinos do país, assumidamente regida pelo pêndulo do mercado e irremediavelmente associada à engrenagem capitalista (MARTINS; LUCA, 2018). É a partir deste ponto que passamos a tratar da grande imprensa/imprensa hegemônica a que aludimos antes, sujeito e objeto de nossa análise – *Globo*, *Folha* e *Veja* incluídos neste grupo.

A expressão "grande imprensa" designa, de maneira genérica, "o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro" (LUCA, 2018, p. 149). Do último quartel do século XIX ao início do seguinte, há um ponto de inflexão na trajetória da imprensa brasileira, quando a produção artesanal dos impressos, "graças à incorporação dos avanços técnicos, começou a ser substituída por processos de caráter industrial, marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica e a consequente diminuição da dependência de habilidades

manuais" (*id.*, *ibid.*). A luta política, que constituía o mote do jornalismo pregresso, cede espaço também aos negócios e à publicidade, exigindo métodos de gerenciamento, distribuição, inversão de capital no parque gráfico, atenção às inovações que barateassem o preço da impressão e permitissem maior quantidade de impressos produzidos. Nesse ínterim, o horizonte capitalista, através do modelo taylorista-fordista[14] de produção dominante, apresentava-se como inescapável à imprensa.

De modo semelhante ao que Jürgen Habermas entende, como trazido por Luca (2018), na Europa setecentista os jornais de cunho político foram sucedidos por aquilo que o autor denomina de "imprensa-comercial", "cujo alvorecer coincidiu com o estabelecimento, ao longo do século XIX no ocidente europeu, do Estado de direito burguês e a consequente legalização de uma esfera pública" (p. 154). Os interesses econômicos, assim, acabam por esmaecer a atuação política da imprensa, que "assume o caráter de uma empresa que produz espaço para anúncios como uma mercadoria que se torna vendável". Não se trata de transplantar para o Brasil uma realidade europeia com um século de atraso; contudo, o movimento da consolidação do direito burguês no país, que efetivamente se estabelece ao longo da República em nossa experiência de século XX, certamente guarda correspondências com a reflexão de Habermas. Numa sociedade marcada por velozes transformações – a abolição da escravatura, as paulatinas tentativas de melhorias na urbanização e na universalização da educação, a troca de regimes políticos (de Império à República; da República do café-com-leite ao Movimento de 1930; do Estado Novo à reabertura democrática e dela, enfim, à volta do fechamento com o regime militar de 1964) –, o direito e a imprensa acompanhavam estas constantes metamorfoses e, como diferentes, mas simbióticos, aparelhos ideológicos de Estado, caminhavam juntos, retroalimentando-se, integrando-se em um só painel que, a despeito das mudanças de costumes e de regimes, consolidavam a predominância da burguesia brasileira depois de séculos de experiência colonial e monárquica.

Não só registrando, testemunhando e veiculando nossa História, mas nela agindo como parte intrínseca da formação do nosso país, a grande imprensa/imprensa hegemônica, vocacionada pelas demandas do mercado, vai se conformando a favor do

[14] Lembra-nos Netto e Braz (2012) que, desenvolvida por Frederick W. Taylor, o taylorismo se refere à organização de forma hierarquizada e sistematizada do trabalho industrial, ou seja, cada trabalhador desenvolveria uma atividade específica no sistema produtivo da indústria (especialização do trabalho), sendo monitorado segundo o tempo de produção. Cada indivíduo deve cumprir sua tarefa no menor tempo possível, sendo premiados aqueles que se sobressaem. Dando prosseguimento a Taylor, Henry Ford aplica o taylorismo para o desenvolvimento da linha de montagem da produção automobilística em larga escala – aplicada a demais setores, o fordismo se caracteriza pelo método de produção em massa.

lucro e, logo, dos grupos políticos que favoreciam este ambiente. Passaremos a analisar, a partir de agora, as condições de produção nas quais se originaram os veículos que tomamos como referência neste trabalho, entendidos como parte da imprensa hegemônica brasileira, ou seja, uma imprensa inserida num contexto de expansão do capitalismo no século XX, cujos interesses alinham-se às demandas dos negócios e do capital, necessariamente tocando o político, mas para dele se assenhorar ou tutelar na direção do fortalecimento do próprio capitalismo. Dirá Silva (2005, p. 21) que:

> Eles [os veículos de imprensa hegemônica] possuem interesses diretos e indiretos no desenvolvimento do sistema capitalista, pois são sujeitos interessados enquanto empresa. Possuem relações capitalistas com os demais agentes. A força da imprensa se dá pelo seu poder dissuasório, de convencimento, e de criação de visão de mundo, o que está também diretamente relacionado com a necessidade de reprodução do sistema (seja pela defesa de práticas políticas, seja pela defesa de padrões de consumo, por exemplo). Interligando esses dois aspectos está o caráter de possibilitar e facilitar o gerenciamento em torno das necessidades capitalistas: através da formulação, a organização e a ação vigilante em torno da execução do planejado. Isso nos leva ao papel político e *partidário* desempenhado pela imprensa, a partir do qual ela cumpre o papel de estado maior das relações do capital, em conjunto com outras formas associativas.

Comecemos pela história do Grupo Globo. Fundado em 1925 por Irineu Marinho, *O Globo* funcionou como voz dissonante da já desgastada República Velha, alinhando-se aos levantes militares que desafiavam o presidente Artur Bernardes desde o movimento tenentista que tomou o Forte de Copacabana em 1922 (o que mostra, desde já, a aproximação do Grupo Globo com o militarismo). Também mostrava simpatia e preocupação pelas causas liberais e da ascendente burguesia brasileira em seus textos. As excludentes regras do jogo político dominante, entre cafeicultores paulistas e as oligarquias mineiras revezando-se no poder, eram cada vez mais questionadas, especialmente devido ao contexto do adensamento das camadas médias urbanas que começavam a despontar no Brasil – as quais, além de não se sentirem representadas pelo poder oligárquico instituído, formavam o público-alvo dos jornais. Questionava-se, assim, o modelo político vigente, buscando-se um que fosse mais alinhado à nova realidade demográfica e urbana brasileira, que contemplasse um ambiente favorável aos negócios e à industrialização.

Foi na imprensa, alinhada a tal pensamento, que se dava esta disputa política, disputa que se daria, também, no golpe de 1964 e nos *impeachments* de 1992 e 2016, mormente neste último, quando os valores liberais do Grupo Globo, que os sustenta ideologicamente, passam a não mais ser compatíveis com a agenda social que o governo de Dilma Rousseff tenta conciliar, sem sucesso, com a austeridade fiscal implementada

em seu novo mandato. A influência de *O Globo* na condução da economia do país – ou melhor, em sua crítica, disputando-a politicamente – foi definitiva (e bem sucedida) também neste caso, tal como na crítica que fazia à República Velha.

Figura 7. 1ª edição de *O Globo*, 29 de julho de 1925. Percebam-se elementos que já apontam a vocação liberal e urbana do jornal nas manchetes "A cidade esburacada"; "Uma importante questão para o Brasil: o que o Sr. Ford vem fazer no Pará", canto superior direito; "Um índice no nosso progresso: é assombroso o *augmento* dos *automoveis*", abaixo; e a "ameaça *communista*" em "*Succedem-se* os *attentados communistas* em Varsóvia", canto inferior esquerdo.

O Globo floresceu desde então, especialmente ao longo da ditadura militar brasileira, à qual apoiou abertamente, participando de todos os momentos da vida nacional e ampliando seu alcance: além de outros periódicos, detém rádios e a emissora televisa hegemônica há anos no Brasil, a Rede Globo de Televisão. Agora, investe em sua presença no mundo digital ao produzir conteúdo jornalístico para o portal *G1*. O Grupo Globo continua sendo controlado pela família Marinho: inicialmente sob a batuta de seu fundador, Irineu Marinho, sucedido logo depois por seu filho, Roberto Marinho. Após sua morte em 2003, o grupo segue sendo gerido por seus herdeiros.

Outro jornal de referência surgido no início do século XX foi o vespertino *Folha da Noite*, de 1921, acrescido logo depois da *Folha da Manhã*, de 1925, sob responsabilidade de ex-funcionários de o *Estado de S. Paulo*. Enquanto o *Estado* representava as elites rurais paulistas, o foco das *Folhas* era novamente o leitor urbano médio, formado por "pequenos comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais – atores ausentes no cenário dominado pelas oligarquias" (LUCA, 2018, p. 165). O periódico toma partido contra a Aliança Liberal e o governo de Getúlio Vargas, dado seu caráter de ruptura com as elites paulistas que periodicamente ocupavam o poder.

Em 1949, estreava a *Folha da Tarde* até que, em 1960, ocorre a união destes três títulos na *Folha de S. Paulo*, que se tornou referência na imprensa e o maior jornal em

circulação no Brasil em 1986, marca que ainda detém, apesar do declínio do jornalismo impresso no país. Adquirido em 1962 pelo empresário Octavio Frias de Oliveira, e ainda hoje controlado por esta família, o Grupo Folha (Folha da Manhã S.A.) igualmente controla o portal *UOL* (Universo On Line), possuindo forte presença nos meios digitais também através desta marca. A *Folha/UOL* promoveu extensas coberturas sobre as manifestações contrárias a Dilma em 2015 e 2016, além de lançar diversos editoriais pedindo por seu afastamento pouco antes da votação formal do *impeachment,* fazendo uso de seu prestígio na imprensa como voz de autoridade para ser, assim, "porta-voz dos brasileiros", sendo, verdadeiramente, porta-voz dos valores do mercado, traduzindo para o público-leitor o sentimento liberal de que, mediante o impedimento, ter-se-ia a solução para os problemas políticos, institucionais e econômicos do Brasil (quando, em verdade, tratava-se de uma defesa do favorecimentos de seus interesses privados).

Fig. 8a Fig. 8b Fig. 8c

Figura 8. Primeiras edições dos periódicos do Grupo Folha.

Observe-se o dizer da primeira edição da *Folha de S. Paulo*, referente à figura 8c. Nela, lê-se: "Deter a inflação, o objetivo do governo no ano que começa". Esta foi a manchete escolhida para tutelar/orientar o governo de Juscelino Kubitschek em 1º de janeiro de 1960, na primeira impressão da *Folha de S. Paulo* já com esse nome. A partir dessa sequência discursiva, reflitamos um pouco mais sobre o que acima mencionamos: a posição de porta-voz assumida pelo jornal. Neste diapasão, o discurso jornalístico assume um "tom didático", assim como podemos perceber na manchete-orientação trazida pela *Folha*. Ao se referir ao sujeito porta-voz do discurso, diz-nos Amaral (2016, p. 157): "Reveste-se de competência para definir conceitos, divulgar novas ideias, definir e explicitar os sentidos de tais ideias; apresenta-se como aquele que detém o saber e está capacitado para ensinar, transmitir informações". Pêcheux (1990, p. 17)

situa o porta-voz "ao mesmo tempo como ator visível e testemunha ocular do acontecimento [...]. O porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa e sob seu olhar". Falando "em nome de", o sujeito porta-voz tenta estabilizar os sentidos da mesma FD de seus representados, inscrevendo-se na defesa de sua posição. Contudo, a fala do porta-voz, como no caso em tela, pode não coincidir com os interesses de seus representados, o que explicita que a posição "porta-voz" pode trazer deslocamentos e contradições constitutivas.

A imprensa hegemônica assume uma posição-sujeito de porta-voz da sociedade, trazendo como evidente um "sentimento geral" de que fiscaliza os demais poderes, ao mesmo tempo em que dissimula não fazer parte de uma posição de classe que a inclui entre esses mesmos poderes. Ao designar-se como porta-voz da sociedade brasileira, tem-se o efeito de evidência e de transparência da linguagem: passa-se a impressão de que a imprensa, em comunhão com os valores da sociedade, está a orientar governos para que sejam funcionais e operacionais, sendo didática com eles para que percebam quais são seus objetivos ("deter a inflação") e para que sejam, assim, bem-sucedidos, como podemos ver na manchete. No entanto, ao equivocarmos este discurso, percebemos sua própria opacidade, uma vez que, pelo discurso economicista que norteia tais manchetes, como a aqui trazida, permeia uma agenda liberal, não social; tutela-se o governo, ou se intenta tutelá-lo, não pelo dever de cuidar dos seus cidadãos, dando ênfase a uma parte do fazer estatal: o de tão-somente resolver problemas econômicos que favorecem o ambiente de negócios, ambiente este em que o próprio jornalismo hegemônico se encontra imerso.

Assim, poder-se-ia questionar: periódicos como a *Folha*, que detém a marca de ser o mais lido do Brasil, ocupando a posição-sujeito de "porta-voz do brasileiro", seria de fato porta-voz da sociedade brasileira? Sua posição de classe, que advém do fato de que detém poder e prestígio e, por isso, pode influenciar outros poderes, como o político-econômico; suas práticas e seus interesses, por fim, apontam para outra direção. Ao analisarmos o que defendem como "objetivo do governo" (primeiramente, "deter a inflação", e não eliminar a desigualdade, que causa distorções econômicas na distribuição de renda e, também, problemas como a inflação), podemos dizer que, ao falar pelo mercado, *simulando* que falam pelo povo, este jornal se mostra efetivamente como porta-voz deste primeiro grupo – do grupo do qual faz parte, enfim, o dos capitalistas. Desta forma, tornando invisível o fato de que constitui a burguesia brasileira, a imprensa hegemônica procura, ao inscrever-se na FD do "povo" e por ele

falar, ter legitimidade para ser-lhe seu porta-voz, para "[...] exercer com mais eficácia sua dominação, ao mesmo tempo em que se encarrega sistematicamente de *observar* as classes dominadas, para melhor assujeitá-las" (PÊCHEUX, 1990, p. 12. Grifo do autor).

Se a trajetória dos periódicos do grupo Folha é inaugurada na década de 1920, *Veja* (outro veículo identificado como "porta-voz" da sociedade brasileira), por seu turno, chega em um momento posterior da vida brasileira, mais precisamente em 1968, no apogeu da era das revistas de consumo no Brasil. A imprensa passava por outra transformação, trazendo abordagens da vida cotidiana e urbana, da política e do Estado, mas também tratando de entretenimento, das artes e da tecnologia. *Veja* era "uma revista cheia de texto, que inaugurava no Brasil o gênero das *newsweeklies*, revistas semanais de informação, na escola das americanas *Times* e *Newsweek*" (CORRÊA, 2018, p. 218). Seu fundador, o empresário Roberto Civita, foi o filho de Victor Civita, fundador do Grupo Abril e um dos pioneiros do mercado editorial de revistas no Brasil – foi de sua iniciativa, por exemplo, revistas que existem até hoje, voltadas ao entretenimento e ao consumismo, como *Capricho* (1952) e *Quatro Rodas* (1960), além de haver trazido os quadrinhos de *O Pato Donald* (1950) e de outros personagens da Disney para o mercado brasileiro. Em suma, para entendermos o lugar ocupado por *Veja* e pela editora Abril na imprensa hegemônica brasileira, recorremos a Silva (2005, p. 21): "[...] temos que ter em conta o fato de que *Veja* foi criada em 1968, e a Abril em 1950. Elas se inserem em um momento de expansão do capitalismo, desenvolvimento tecnológico e consolidação de um papel dos grandes veículos de comunicação".

Figura 9a. Primeira edição de Veja, 11 de setembro de 1968.

Figura 9b. Interior da edição 1 de *Veja*, com Marx, Lênin e Stálin a ilustrar a matéria.

Este papel de grande veículo de comunicação, inserido num contexto de expansão do capitalismo no mundo ocidental, estava claro desde a primeira edição de *Veja*, que trouxe na capa (figura 9a) a seguinte sequência discursiva: "O grande duelo no mundo comunista". Já se observa, então, uma posição da revista em relação às formações ideológicas anteriormente por nós colocadas, quais sejam, a do capital e a do fortalecimento do trabalho (AMARAL, 2007): ao falar de um "duelo" no "mundo comunista", a *Veja* se aparta desse mundo (por ela entendido como em conflito), alinhando-se, portanto, à *formação ideológica do capital*. A foice e o martelo, símbolo do comunismo, são aqui trazidos, em um pano de fundo vermelho, como que ressignificadas: o que era compreendido como a união para a luta revolucionária agora se aponta, semioticamente, ao duelo, à desunião. Perceba-se que os instrumentos camponeses e operários, símbolos da comunhão do proletariado rural e urbano na Revolução Russa de 1917, são levemente deslocados de posição; em vez de cruzados e alinhados para cima, denotando o triunfo proletário na revolução, observam-se, na capa de *Veja*, mãos de diferentes indivíduos empunhando estas ferramentas não para uni-las, mas para indicar que há uma luta em curso, um desentendimento, uma briga com potencial mortal – um *duelo*, "o grande duelo no mundo comunista", que se esfalecia ante o mundo capitalista.

A matéria que trata da chamada de capa reforça os sentidos de uma cisão e enfraquecimento do bloco comunista, principalmente na Europa, com a seguinte manchete: "Rebelião na Galáxia Vermelha" (VEJA, 1968, p. 86). No interior da matéria, constam fotos de Marx, Lênin e Stálin, explorando-se as contradições entre os diferentes momentos do socialismo dos trabalhadores, dos intelectuais e da burocracia estatal stalinista (figura 9b). No desfecho, há uma defesa explícita do individualismo: "O homem não pode ser um parafuso do mecanismo social, êle [sic] tem direito à felicidade privada, à ética individual" (VEJA, 1968, p. 92).

A revista semanal dos Civita tornou-se cada vez mais importante na vida do leitor e da nação brasileira: *Veja* converteu-se na quarta revista semanal de informação do mundo em 2008, atrás de nomes consolidados do mercado americano, como *Times*, *Newsweek* e *US World and News Report*, com um milhão de exemplares por assinatura e cerca de cento e oitenta mil em bancas (CORRÊA, 2018, p. 221). Passou por muitas transformações: como visto, de uma postura moderada durante a ditadura, sofrendo os efeitos da censura, adota posições cada vez mais inscritas na doutrina ideológica do liberalismo econômico e político vigente na virada do século XXI, investindo, nos anos

1990, em um jornalismo investigativo que levou aos momentos cruciais do *impeachment* de Collor, mas também desencadeando uma posição mais reacionária, de caráter abertamente panfletário e oposicionista, que marcou a revista nos anos de cobertura dos governos Lula e Dilma. Hoje, o semanário sobrevive com sua inserção no meio digital e ainda é detentor da maior tiragem de exemplares no Brasil, ainda que em declínio, tendo sido o Grupo Abril vendido a uma agência de investimentos sob presidência do advogado Fábio Carvalho, da *Legion Holdings*, com apoio do banco BTG Pactual. Evidencia-se, em sua trajetória, sua posição de classe, agora diretamente intricada aos mecanismos do capital financeiro.

Como buscamos fazer com os demais veículos analisados da imprensa hegemônica que tomamos como referência, também a *Veja* se mostra como representante da burguesia nacional. Isto é sustentado pela breve análise que fizemos de seus dizeres, que desvelam que seus interesses de classe são sustentados por uma matriz de sentidos alinhadas à *formação ideológica do capital*. De maneira similar ao da *Folha*, por ter capilaridade, tradição e por ser a mais lida do Brasil, a revista se sustenta como "porta-voz" da sociedade brasileira, arrogando-se ao direito de também influenciar o destino da política nacional.

Não se nega a importância e a necessidade da imprensa numa sociedade que se pretende democrática como o Brasil. Há de se rever, entretanto, o próprio discurso da imprensa, que reclama ser a instância que pode fiscalizar os poderes instituídos e publicar o que não se deseje que ganhe notoriedade, evocando esta como a função do jornalismo, uma função dada como natural, explicitada numa linguagem "neutra", "imparcial" e "objetiva". Abriga-se, assim, sob a falsa premissa da neutralidade ideológica[15], num simulacro da objetividade do discurso jurídico que é o alicerce do mundo ocidental contemporâneo. Como observa Mariani (1999):

> [...] consideramos que houve um processo histórico de assujeitamento da instituição jornalística a um já-dito constituído historicamente. São as exigências do poder religioso, político e jurídico, no intuito de preservar o *status quo* de uma elite dominante, que estão inscritas nos mecanismos de

[15] Lembremos, aqui, Althusser (2007) e a aproximação que fizemos da imprensa como um Aparelho Ideológico de Estado, portanto, não neutro, com uma posição demarcada no processo histórico de luta de classes – e, por isso mesmo, entendemos que há uma falsa premissa em dissociar a imprensa do poder de Estado e da ideologia. Ainda sobre o Estado e o mito da neutralidade ideológica nas relações capitalistas, destacamos o apontamento feito por Sobrinho (2019, p. 61): "[...] o Estado e as práticas executivas, administrativas, jurídicas e militares têm raízes nas relações de produção (base material da própria vida, nas determinações de existência). No entanto, o Estado burguês aparece como se fosse um poder 'imparcial' e 'acima' das classes. Trata-se do efeito de evidência ideológica, ou seja, o Estado aparece como se fosse uma instância de 'neutralidade' diante dos conflitos sociais, como se pudesse resolvê-los. Contudo, a gênese do Estado se dá justamente nos conflitos de classes [...]".

> funcionamento da instituição, e não uma vontade de neutralidade [...]. Ora, o discurso jornalístico funciona regido por essas "relações sociais jurídico-ideológicas": ele é responsável por manter certas informações em circulação e, com isso, contribuir na manutenção dessas mesmas relações sociais jurídico-políticas. [...] Os rituais jornalísticos, designados como devem ser, de acordo com a Lei, acabam sendo representados sob a evidência de que são unicamente e sempre assim. (p. 55).

Ao equivocarmos esta posição, procuramos não hostilizar a instituição imprensa, mas, antes, problematizar sua atuação numa sociedade de classes, evidenciando que a imprensa hegemônica, ao concentrar capital e poder, é parte da problemática da desigualdade e da consequente falta de democracia plena do Brasil. Não à toa tomou posição a favor do golpe de Estado parlamentar[16] de 2016 e assim o traduziu como um *impeachment* ao público. Assim o fizeram porque o golpe favoreceria (e continua favorecendo), em detrimento dos interesses das/os trabalhadoras/es brasileiras/os, a agenda político-econômica neoliberal defendida pelos grupos capitalistas que controlam estes jornais e revistas, atendendo, assim, a seus próprios interesses. Sobre isto, lembra-nos o jornalista Cláudio Abramo[17] (CAMARGO, 2018),

> O equívoco que existe entre os jornalistas é considerar que a grande imprensa possa ir além daquilo que é o seu papel histórico. **A grande imprensa, como já está definida pelo nome, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa.** Na medida em que essa classe está em contradição com a conjuntura nacional, os jornais podem exercer um papel de esclarecimento da opinião pública. Mas é preciso não esquecer que esse esclarecimento vai até o nível dos interesses da própria grande imprensa. Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional. (p. 275). *Grifo nosso*.

Ainda que a atuação da imprensa brasileira seja importante para evitar arbitrariedades e autoritarismos de toda sorte, que refluem amiúde como fruto de nossa herança violenta de explorações e mandonismos, há que apontarmos suas contradições.

---

[16] Santos (2017, p. 117) compreende que "[...] golpes parlamentares só ocorrem em sistemas de democracia representativa. Nestes, a ruptura tenta preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto altera a hierarquia das preferências governamentais". Adiante, o autor (2017, p. 159) distingue ainda mais o golpe militar desta nova modalidade de golpe: "[...] a novidade dos golpes parlamentares consiste em que as condições necessárias ao sucesso da nova empreitada se dissolvem em sua execução. Essa particularidade é crucial e desconhecida da bibliografia interessada na explicação idiossincrática do **golpe parlamentar no Brasil em 2016**. [...] Ao contrário de golpes militares [...], os golpes parlamentares em democracias representativas dispensam a liderança e a violência institucional escandalosa, armada ou jurídica. A cerimônia do golpismo parlamentar contemporâneo mantém quase intocados os ritos costumeiros, mas obedece a roteiro especial na proposição de leis e na utilização de rotinas conhecidas para extensa subversão política, econômica e social da ordem instituída" (grifo nosso). Ao golpe-*impeachment* de Dilma, cujos ritos jurídicos foram formalmente cumpridos, seguiu-se drástica mudança na condução da política socioeconômica do novo governo, o que parece preencher os requisitos postos por Santos para que possamos afirmar que o acontecimento de 2016 tratou-se de um golpe parlamentar.

[17] Abramo (1923-1987) foi jornalista de, entre outros veículos, o *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*. Destacou-se por sua produção jornalística profícua e por suas posições políticas, que lhe renderam atritos com as editorias dos jornais nos quais trabalhava.

Mesmo com a entrada dos grandes grupos de mídia na era digital, vê-se que persistem, na própria mídia, a influência da ideologia liberal, que prima pela gestão capitalista-empresarial, e que as práticas patrimonialistas e nepotistas, observáveis através da relação das grandes empresas de comunicação com o mundo político e pela concentração de poder destas empresas nas mãos de poucas famílias/grupos capitalistas, não são substancialmente distintas daquelas observadas no Brasil Colônia. Percebe-se, ademais, o papel dúbio e cauteloso que a imprensa assume, seja de observadora ou de protagonista ativa dos processos políticos e sociais, em seu convívio com o poder.

Influenciando a opinião pública *sobre* as instituições e seus representantes com as quais se relaciona (que são historicamente representantes de nossas elites), sem, no entanto, vincular sua própria imagem a elas, *sem desvelar explicitamente sua posição de classe*, a imprensa brasileira coloca-se acima da democracia *de facto*, postulando o que pode e deve ser dito, postulando qual deve ser o sentido mesmo de democracia – *impedindo* práticas e sujeitos se necessário for, caso se confrontem com seu papel histórico de classe. Não faltam exemplos que confirmem este fato em nossa história recente, como o do editorial de *O Globo* que celebrava o golpe de 1964 com a malfadada manchete "Ressurge a democracia!" – enquanto ela mesma sucumbia.

FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDA

EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA

TEXTO NA 6.ª PÁGINA

O GLOBO

Ressurge a Democracia!

CASTELO BRANCO ADVERTIRA OS COMANDOS: As Fôrças Armadas São Para Defender a Lei, Não a Baderna

A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO"

A ASSEMBLÉIA DE PERNAMBUCO VOTOU O "IMPEACHMENT" DE ARRAES

"A Decisão da Pátria"

Figura 10. Editorial de *O Globo* de apoio ao Golpe de 1964. Perceba-se "impeachment" do governador Miguel Arraes, ainda trazido entre aspas. *Memória Globo*.

Estas contradições, advindas da experiência capitalista brasileira em todas as suas formas e expressões – a escravidão, a hierarquia social, a exploração dos recursos

naturais e dos homens, o projeto que vilipendia a participação popular no destino nacional –, também se manifestam *na* e *pela* imprensa, pois, como preconizado por Althusser, é ela um aparelho ideológico de Estado *no qual se dá a luta de classes*, com todos os seus conflitos e oposições.

1.4.2 Condições de produção no período dos anos de 2008-2016

O ano de 2015 parecia começar triunfante para a classe trabalhadora, com a quarta vitória consecutiva nas urnas do Partido dos Trabalhadores – não fosse o amargo sabor de derrota que sacramentava a reeleição de Dilma Rousseff. Era um ano já marcado como prelúdio para o cada dia mais inevitável golpe-*impeachment* da presidenta. Quatro anos após seu discurso inaugural, em 1º de janeiro de 2011, que desenhava um horizonte e um discurso de conciliação e de progresso material para o Brasil – "uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo – um país de classe média sólida e empreendedora"[18] –, vivia-se a mais evidente luta de classes pelo poder no país. Passados treze anos de governos do PT, esgotava-se o modelo conciliatório adotado até então, que buscava atender tanto os interesses do capital quanto o da majoritária população privada de direitos.

O Partido dos Trabalhadores (PT)[19], um importante instrumento do campo das esquerdas progressistas no Brasil, surge do contexto das grandes greves sindicais na região do ABC paulista, tendo a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-metalúrgico, como seu grande líder e porta-voz do fortalecimento do discurso do trabalho em contraposição ao do capital. Percebe-se, assim, que o PT já nasce inserido dentro do contexto propiciado pela Formação Social Capitalista, buscando nela operar. Uma vez no governo, sua agenda minimizou o neoliberalismo das políticas implementadas pela gestão de centro-direita do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, especialmente no tocante às privatizações de empresas públicas. No entanto, os governos do PT nunca abandonaram, de fato, o neoliberalismo que aqui grassava, buscando minorá-lo, mas

[18] A íntegra do discurso de posse de Dilma em 1º de janeiro de 2011 está disponível no portal *G1* em: http://g1.globo.com/politica/posse-de-dilma/noticia/2011/01/veja-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma.html.

[19] O Partido dos Trabalhadores foi oficializado como partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Participou das *Diretas Já*, movimento de 1984 que reivindicava o voto direto para as eleições presidenciais ocorrido ao fim do governo do ditador João Batista Figueiredo. A história do partido pode ser vista em seu *site* oficial: https://pt.org.br/nossa-historia/.

não o descontinuar, através de movimentos que agradassem a todos os atores em cena na luta política.

O petismo acenava às grandes empresas varejistas, aos industriais, aos bancos, os quais obtiveram bilionários lucros[20] ao longo de todo o período de 2003-2016, e, principalmente, às empreiteiras, que tiveram lugar central tanto para o ensaio desenvolvimentista dos governos petistas, através das grandiosas obras de engenharia que tocavam, quanto para sua desgraça, por ocuparem o centro dos escândalos de corrupção ligados ao PT. Repetia-se, uma vez mais, a promiscuidade entre público e privado que, como vimos, remonta desde o nosso projeto colonial. O contraditório modelo de consenso de classes, em contrapartida, foi o que mais promoveu a inclusão social dos miseráveis do país, através da transferência de renda mínima às famílias carentes em programas como o Bolsa Família. Permitiu-se, também, a ascensão social via educação mediante a inclusão de negros e demais minorias nas universidades públicas pelo sistema de cotas e, para o ingresso na educação superior privada, houve fomento de programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que concediam bolsas e empréstimos aos estudantes. O crédito também era expandido, o que permitia o maior nível de consumo. Neste período, o país vivia o "boom das *commodities*" (CARVALHO, 2019), com a alta demanda do mercado externo por nossos produtos (soja, minério, carne), o PIB (Produto Interno Bruto)[21] crescia vigorosamente e o câmbio estava controlado. A estabilidade econômica permitia não só a manutenção dos programas sociais como também a geração de postos de trabalho, especialmente nos serviços e na construção civil, fazendo cair, assim, ano após ano, os índices de desemprego. Formava-se uma nova classe trabalhadora, por muitos chamada de "nova classe média", que ascendia principalmente pela via do consumo. Com mais renda, comprava-se mais, desenvolvendo-se, logo, a produção da indústria, o comércio e o setor de serviços. Conforme assevera André Singer (2018),

[20] Durante a era Lula, os bancos obtiveram mais lucro do que nos governos de FHC: 279,9 bilhões ante os 34,4 bilhões do governo de seu antecessor. Apesar da queda nos lucros no período Dilma, em plena crise econômica, quando o PIB do país encolhia a 3,8% e 3,6% por dois anos consecutivos (2015-2016), os bancos continuaram a lucrar, tendo ganhos sucessivamente continuados. Somente no 1º trimestre de 2019, os lucros atingiram 17 bilhões de reais – esses ganhos se referem somente aos dos maiores bancos privados do país: Itaú, Bradesco e Santander.

[21] O PIB de 2007 marcou 6,7%, seguido por queda em 2008 (5,1%) e recessão técnica em 2009 (-0,1%), já no contexto da crise econômica global. Em 2010, o PIB mostrava impressionantes 7,5% de alta, caindo gradativamente (4,0% em 2011; 1,9% em 2012; 3,0% em 2013; 0,5% em 2014), até o período de queda brutal no contexto da crise econômica e política no pós-reeleição de Dilma.

> Uma massa de trabalhadores fazia uso de prerrogativas antes destinadas apenas à classe média, como viagens de avião, tratamento dentário e ingresso em universidades. O Brasil parecia incluir os pobres no desenvolvimento capitalista sem que uma só pedra tivesse riscado o céu límpido de Brasília. **Lula resolvera a quadratura do círculo e achara o caminho para a integração sem confronto. Aclamado urbi et orbi, recebia aplausos da burguesia, nacional e estrangeira, e de centrais sindicais concorrentes**. (p. 11). *Grifo nosso*.

Foi uma efêmera e rara conjuntura que propiciou os termos do desenvolvimentismo petista: demanda do mercado externo aliada ao desenvolvimento do mercado interno com inclusão social, erradicação da miséria e continuidade de ganhos para as elites. Tinha-se, assim, uma típica situação em que o discurso do capital se apresenta orgulhoso diante dos conflitos por ele (aparentemente) conciliados: estávamos diante de uma *win-win situation*[22], um contexto de ganho mútuo. Até que veio o abalo sísmico de 2008 no sistema econômico mundial, cujas réplicas foram sentidas ao redor do globo. Não seria diferente com o Brasil, que sentiu o sismo de forma mais vigorosa a partir do ano de 2013.

A crise econômica de 2008, desencadeada nos EUA, foi resultado do "estouro da bolha imobiliária" do sistema de financeirização do capital que sustentava o mercado norte-americano. O capital financeiro[23] construíra um sistema que basicamente permitia aos bancos conceder irrestritamente linhas de crédito do tipo *subprime* (de segunda linha) sem maiores garantias: ao tomador de empréstimo, era possível financiar um imóvel, mesmo sem ter os meios (renda, salário, patrimônio) de quitá-lo. Com mais gente procurando imóveis, os preços destes começaram a subir e os bancos passaram a taxar mais os juros sobre os empréstimos – mas, como não havia renda de fato, o calote era inevitável. Avolumando-se, assim, o endividamento das pessoas em financiamentos, logo veio a quebra dos bancos credores, prontamente socorridos pelos governos dos EUA e da Europa. A crise atingiu de imediato, e em cheio, o centro do capitalismo. Com a quebra dos bancos e a falta de crédito, veio a recessão, o número de desempregados cresceu em todo o mundo, catalisando, também, o processo de recrudescimento da agenda dos direitos sociais em países como Grécia e Portugal.

[22] Em inglês, literalmente uma "situação de ganha-ganha", em que todos os atores envolvidos saem beneficiados.

[23] Netto e Braz (2012, p. 242) apontam que a financeirização do capital, calcado em operações de crédito e de ações, de caráter eminentemente especulativo, é a face contemporânea do capitalismo, resultante da superacumulação e da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registradas entre os anos 70 e 80: "Propiciado pelos recursos informacionais, que garantem comunicações instantâneas entre agentes econômicos situados nos mais distantes rincões do planeta, esse processo tem suporte na gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro".

Apesar da crise no ambiente externo, o PIB brasileiro se recuperou de uma recessão técnica de -0,1% registrada em 2009 para impressionantes 7,5% já em 2010 (IBGE, 2020). Além dos números macroeconômicos positivos, o país assistia à construção de grandes obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olímpiadas de 2016. Esse era, literalmente, o palco armado na periferia para a crise social desencadeada em 2013, à soleira da chegada dos efeitos deletérios da crise do capitalismo de centro. Paradoxalmente, as benesses acima listadas permaneciam acompanhadas de problemas seculares do Brasil: a desigualdade social, embora apaziguada pela política petista, não era profundamente atacada e reformada, tendo-se apenas o horizonte do consumo como maneira de se integrar à sociedade, sem, de fato, haver uma transformação substancial dela. A vida urbana, que se tornou predominante na demografia brasileira[24], apresentava-se com carestias muito profundas, tirando da invisibilidade os sertões do Brasil nos quais sempre persistiu o gigantesco fosso entre incluídos e excluídos socialmente, colocando nossa principal mazela, agora, na praça pública da urbe. Nas cidades, o trabalhador encontra um custo de vida alto, com precários serviços públicos de saúde, educação, transporte e segurança. Aliás, a exponencial explosão da violência e da criminalidade durante a era dos governos Lula e Dilma, mesmo com o progresso material que ajudaram a implementar, em parte elucida o descontentamento social que surge em 2013, que demandava, inicialmente, maior presença estatal em serviços públicos e maior leque de direitos para a população.

Não será objeto de profunda análise, neste trabalho, o acontecimento de junho de 2013. Afinal, este fenômeno ainda recente é matéria mais que suficiente para trabalhos inteiros dedicados a ele, e não nos esqueçamos que estamos, aqui, colocando as condições de produção estritas que mobilizariam os sentidos para o *impeachment* de 2016, como aventado pelo discurso da imprensa. No entanto, é tarefa difícil, mesmo impossível, não fazer um nexo de causalidade entre o afastamento da ex-presidenta Dilma e os eventos que ocorreram em junho de 2013, durante seu primeiro mandato.

Partimos do pressuposto, como entendido pela antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2019), de que o movimento de 2013 teve como causa um Brasil que, em um momento de maturidade democrática, acostumado à liberdade e a reclamar por seus direitos desde 1988, demandava maior aprofundamento da democracia. Essa tese se

[24] O último censo demográfico realizado pelo IBGE no Brasil, datado de 2010, indicava que mais de 160 milhões de pessoas (84% da população) moravam na área urbana, contra os quase 30 milhões de habitantes da zona rural.

centra na ideia de que, quanto mais acesso à democracia e/ou participação popular no consumo e no protagonismo representativo, maiores as chances de as pessoas terem a liberdade de se manifestar e pedir pela ampliação de benesses, uma vez que têm as condições de, em se percebendo como desiguais, manifestarem-se sem a repressão ostensiva do Estado.

O catalisador de 2013 foi um movimento – MPL, Movimento Passe Livre – que protestava pela melhoria dos serviços públicos de transporte na cidade de São Paulo. A faísca se espalhou por todas as grandes cidades do país. Logo, demandava-se por melhores hospitais e escolas "padrão FIFA" (em contraposição à Copa do Mundo que aqui se realizaria) e por mais segurança pública num país fundado na e devastado pela violência, herança direta de nosso passado colonial que marginalizou sistematicamente grande contingente de sua população ao longo de nossa história escravocrata – primeiramente, explorando sua mão de obra; depois, abandonando-a quando liberta. Somente entre 2005 e 2015, o número de homicídios no Brasil havia crescido em 11% – a despeito do reformismo fraco na redistribuição de renda que o PT implementava (SINGER, 2018). À pauta da segurança pública, junta-se uma profunda crise de representatividade política, que foi materializada em atos que buscavam impedir a presença de partidos que historicamente marchavam nas ruas, mormente os de esquerda. Propiciado pelas emergentes redes sociais de então, que ainda não dispunham de algoritmos que formavam as "bolhas" opinativas e, portanto, misturavam vários segmentos que se comunicavam no ambiente virtual e iam às ruas, o movimento de 2013 começava aí a ganhar contornos tão heterogêneos que beiravam à amorfia, sem uma pauta bem definida, sem líderes, tendo como liame o profundo descontentamento das distintas classes que compunham a receita conciliatória do lulismo abrigadas sob um só símbolo: a bandeira do Brasil.

Junho de 2013 começa com a imprensa hegemônica tratando os atos como violentos, na medida em que o confronto entre os protestantes e a repressão desmedida da Polícia Militar paulista causava danos a propriedades públicas e privadas. Com o surgimento das pautas múltiplas e antipolíticas, atrelando a imagem do sistema político a casos de corrupção e, logo, às mazelas do país, há uma inflexão na cobertura midiática do evento, que passa a tratá-lo de forma elogiosa e positiva. Sem promover a mobilização das bases sociais que constituíam o lulismo, nem entender as demandas que vinham das ruas, as esquerdas vão sendo eclipsadas por uma direita enfurecida nas ruas, que, através da imprensa, começava a mobilizar também as massas contra o governo

Dilma, mobilizando sentidos de que a corrupção, em particular a corrupção do PT, era o grande, e talvez o único, mal do país. Basta lembrar que 2013 começou com uma demanda específica, contra os vinte centavos de aumento nas passagens do transporte público de São Paulo. Em seu ápice, entretanto, no dia 20 de junho de 2013, uma pesquisa do Ibope apontava que "quando levadas em consideração as opiniões dos manifestantes [...], o desejo de mudança do ambiente político ficou em primeiro lugar, tendo sido mencionado por 65% dos presentes, com 50% fazendo referência especificamente à corrupção. [O] transporte apareceu em segundo, com 54% das respostas" (SINGER, 2018, p. 125). Sem haver lhe dado o golpe final, o gigante do conservadorismo nacional, contudo, havia acordado: Dilma vê sua aprovação pessoal cair de 79% em março de 2013 para 45% em julho do mesmo ano (CNI/Ibope, 2013).

Junho antecipava o debate da eleição presidencial de 2014 e seria, assim, o prólogo da crise do golpe-*impeachment*. O centro, representado então pelo PSDB, saía fortalecido; o petismo, acuado. Percebia-se um setor da sociedade cuja ascensão a tornava disponível para a interpelação, para a interiorização dos sentidos das mensagens de menos Estado e mais mercado, muitas das quais postas em circulação pela imprensa, que identificam o Estado como o governo e, logo, como corrupto e inepto. Grupos liberais e conservadores se aproveitariam da insatisfação popular para moldá-la e explorá-la politicamente. Tal ocorreu nas manifestações pró-*impeachment* de Dilma que se desenrolam a partir de 2015, tão logo ela é reeleita.

A eleição de 2014 foi ganha pela quarta vez pelo PT por uma vitória muito apertada: Dilma saía vitoriosa com apenas 51,64% dos votos válidos ante os 48,36% do candidato derrotado, Aécio Neves (TSE, 2014), que contestou o resultado das eleições tão logo as perdeu, criando um clima de instabilidade política desde o fim do pleito. Lembra-nos Grigoletto e Sobrinho (2018, p. 38-39) que "imediatamente após a eleição, o candidato derrotado e o seu partido solicitam ao TSE 'auditoria para verificar 'lisura' da eleição'". Como nos afirma Indursky (2016, p. 77-78):

> O candidato derrotado, tomado de ressentimento por não ter sido eleito, passou a conclamar os eleitores descontentes com os resultados das urnas a se manifestarem. E seu objetivo era o de fomentar a revolta junto aos eleitores descontentes, de modo a fazer prosperar a tese do *impeachment*, lançada logo após a divulgação oficial dos resultados da eleição presidencial.

Aécio e o PSDB passam a circular discursos de ódio contra o PT, seus eleitores e o Nordeste, região em que o partido ainda detém altos índices de aprovação eleitoral. Ainda em 2014, adentrando 2015 e tendo o ápice em março de 2016, os pleiteantes

derrotados à presidência fomentaram, nas redes e também nas ruas, discursos golpistas, misturados a um nacionalismo exacerbado, com extensa cobertura midiática.

À desestabilização política promovida pela direita brasileira, somou-se o fato de que, em 2014, o Congresso havia sido renovado como o mais conservador de então. As condições de governabilidade eram muito diferentes daquelas da era Lula e das quais a própria presidenta teve de lidar no primeiro mandato. A crise, que começava a atingir o Brasil devido ao arrefecimento do ciclo das *commodities*, começa a ser sentida nos resultados cada vez mais pífios do crescimento do PIB – de 3,0% em 2013 para 0,5% em 2014. Com os previsíveis efeitos da recessão econômica que se instalava, o frágil consenso construído entre uma agenda social e a agenda do capital financeiro começava a se desfazer, visto que o momento econômico impedia a plena continuidade dos programas sociais *e* da lucratividade das grandes empresas: algum dos lados sofreria baixas. E, como dito pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), talvez a agremiação que melhor represente as elites industriais do país, não seriam eles a "pagar o pato"[25].

Na composição do novo quadro econômico do governo, Dilma faz o contrário do que prometera: em vez de fomentar um maior desenvolvimentismo estatal, contrata Joaquim Levy, representante do capital financeiro (ex-diretor superintendente do banco privado Bradesco), para ser seu Ministro da Fazenda, e assim impor um ajuste fiscal nas contas públicas, que derretiam. Ao fazer este movimento, tido como "estelionato eleitoral" pela imprensa[26], a presidenta também perde a base lulista e de esquerda que lhe dava apoio, ficando ainda mais acuada, uma vez que já não contava com o suporte dos industriais e do grande empresariado.

Concomitantemente ao comportamento errático que inicia o segundo mandato da presidenta, pesavam contra várias lideranças petistas ou alinhadas ao petismo acusações e prisões, ostensivamente noticiadas na mídia, desencadeadas pela Operação Lava Jato, uma força-tarefa de combate à corrupção composta por vários segmentos do Judiciário, capitaneada pelo ex-juiz Sérgio Moro e pelo procurador Deltan Dallagnol, entre outros personagens do direito brasileiro que permearam a década de 2010. Alinhada à mídia, com exposições diuturnas em veículos televisivos e impressos, a

[25] Liderada pelo empresário Paulo Skaf, a FIESP lançou, em 3 de setembro de 2015, a campanha "Não Vou Pagar o Pato", que, em tese, "defendia" os brasileiros contra a alta carga tributária. O pato amarelo inflável, colocado em frente à sede da FIESP na Avenida Paulista, iria se tornar um dos símbolos das manifestações pró-*impeachment*, como se verá mais adiante neste trabalho.

[26] O *UOL* trazia manchete, em 26 de março de 2015, que demonstrava esta preocupação com os rumos do governo Dilma: "'The Economist' compara campanha de Dilma a estelionato eleitoral".

Lava Jato passa, nestes anos que compreendem o prólogo do golpe-*impeachment*, a ser o ator fundamental da política brasileira. Como informa Singer (2018, p. 245), "as prisões e condenações, sob cobertura extensiva dos meios de comunicação, constituíram o roteiro completo de culpabilização e desmoralização do lulismo perante os olhos do público, o qual foi sendo mobilizado para pedir a deposição de Dilma". O instrumento da Lava Jato, que alimentava o noticiário através de delações premiadas e prisões tornadas espetáculos, serviria para formar a opinião pública e orientar as ruas que viriam a pedir, em grandes manifestações, pelo *impeachment* da presidenta. Sem o consórcio entre o direito e a imprensa, como havíamos mencionado antes no item anterior, os sentidos não seriam, então, mobilizados de forma efetiva para que chegassem a produzir seus efeitos desejados na população.

Os integrantes da força-tarefa iniciada em Curitiba, na vara de juízo penal de Sérgio Moro, tinham como dever missionário transformar o aparato jurídico brasileiro em uma cruzada "anticorrupção". "Missionário" e "cruzada", aqui, não são termos usados por acidente: estes expoentes do Judiciário nacional, que começam a se imiscuir com os fazeres políticos, guiam-se por uma agenda moral que extrapolam suas funções republicanas. Agindo sem provas, mas com convicções, trazem para a discussão da *res publica*[27] elementos do discurso religioso, utilizando réguas próprias de retidão moral, que escapam à Constituição, para justificar o combate à corrupção. Dallagnol, devoto da Igreja Batista, por exemplo, chegou a afirmar em uma rede social, em um momento posterior ao golpe-*impeachment*, quando do julgamento que levaria à prisão do ex-presidente Lula, que estaria "em jejum, oração e torcendo pelo país", ao que seu colega de Lava Jato no Rio de Janeiro, o juiz Marcelo Bretas, também ele evangélico, endossa-lhe: "Caro irmão em Cristo, como cidadão brasileiro e temente a Deus, acompanhá-lo-ei em oração, em favor do nosso País e do nosso Povo [sic]".

[27] Expressão latina que significa "coisa pública", "coisa do povo", aqui referido aos patrimônios e aos direitos do povo brasileiro que vêm sendo deteriorados, de forma célere, desde 2016.

Figura 11. *Tweet* de Deltan Dallagnol, em que religião e justiça se cruzam. Reprodução do *Twitter*.

Como já vimos, a confusão entre o espaço público e o privado, definida em seu conceito de cordialidade por Sérgio Buarque de Holanda (2014), é uma das características que marcam a história do Brasil. Também o é o fato de a ideologia cristã sempre ter nos orientado, desde a Colônia, através da Igreja Católica e das missões jesuíticas, até os dias de hoje, quando ainda se observa o crucifixo colocado acima dos ministros no plenário do Supremo Tribunal Federal, por exemplo: o cristianismo está indelevelmente incrustado em nosso DNA histórico, em nossos discursos e em nossas práticas sociais.

Apesar do desvio ético de suas funções num Estado laico, os dizeres dos personagens "lavajatistas" acima representam uma transformação pela qual vem passando o país e que atuou como um dos balizadores ideológico-morais da sociedade brasileira para o entendimento da esfera pública. A Lava Jato parece ser um ponto de convergência não só entre direito e imprensa, mas também de outro pilar do discurso capitalista: o da moral religiosa. Só que, no Brasil, o que se observa é a ascensão da religião evangélica e de seu discurso mais radicalizado em relação aos costumes, sentidos que começam a ser transferidos no trato da coisa pública.

Os evangélicos constituíram-se como um dos mais ferrenhos opositores do petismo a partir das eleições de 2014. Este núcleo de apoio ao *impeachment* da presidenta Dilma enxergava a longevidade do PT no poder e suas condutas contraditórias com ressentimento – e não sem razão. Nascido na periferia do poder político, o Partido dos Trabalhadores forjou seu caminho até a chegada ao Planalto com forte base popular. Contudo, uma vez encastelado no ambiente palaciano de Brasília, enredado nas práticas sistêmicas duvidosas que são próprias de nossa política, procurou manter-se no poder para, assim, continuar seu projeto civilizatório. O custo foi alto: enquanto operava a máquina pública, o partido perdeu o lastro com o real das periferias

brasileiras que lhe servia de substrato, deixando de perceber fenômenos sociais importantes, como a excessiva violência causada pela hiperurbanização.

Como já referimos, a vida do trabalhador nas cidades brasileiras vem se tornando muito custosa e árdua, o que propicia, por isso mesmo, a expansão de igrejas em bairros carentes que recebam e acolham as pessoas com seus problemas – alcoolismo, violência doméstica, desestruturação familiar, dívidas, depressão. A igreja evangélica, que chega nos rincões dos subúrbios brasileiros, age na micropolítica, onde o Estado não os alcança, a não ser em operações policiais que matam e oprimem o morador da comunidade. Hoje presentes não só nas periferias, os evangélicos são 31% da população brasileira, só perdendo para os católicos (51%) na composição dos que professam algum tipo de fé no país e, segundo as projeções do pesquisador demográfico José Eustáquio Alves (2019), em 2032 o primeiro grupo deve ultrapassar os seguidores da Santa Sé como maioria consolidada da sociedade brasileira.

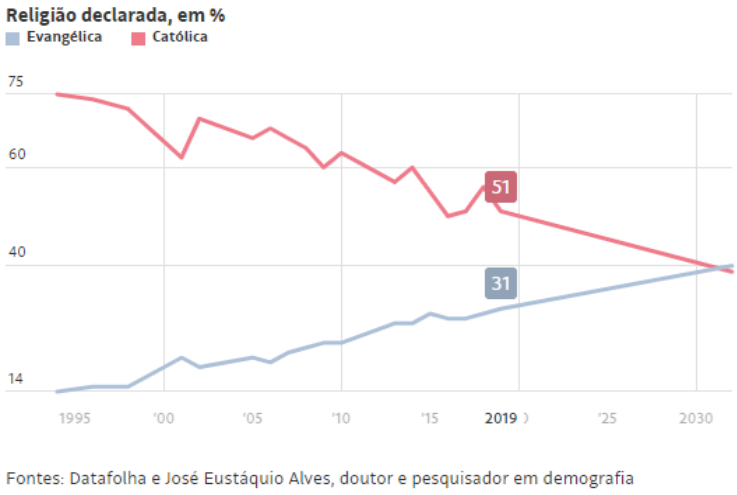


Figura 12. Gráfico da composição demográfica religiosa do Brasil em 2019.

Como observado por Nobre (2020, p. 37), "o eleitorado evangélico é, de um lado, forjado na experiência de discriminação da maioria católica e, de outro lado, tem enorme peso demográfico, graças a um crescimento vertiginoso nas últimas três décadas". Percebe-se, assim, que essa parcela evangélica foi se avolumando no país concomitantemente ao longo da trajetória política do PT no cenário nacional, desde as eleições em que participaram pela primeira vez, em 1989. Não é de se surpreender que os evangélicos não se sentissem devidamente representados na vida social, de forma mais ampla, nem na política, de forma mais estrita, que assumia, então, as formas do petismo. As candidaturas de Anthony Garotinho, em 2002, e de Marina Silva, em 2010

e em 2014, quando a candidata chegou a pontuar à frente de Dilma durante o primeiro turno, deixaram clara a viabilidade eleitoral do voto e dos anseios evangélicos.

Têm-se, assim, as bases sociais dos que viam a necessidade de "responder ao sistema", que os oprimiu durante anos, para se sentirem "no poder" novamente: a imprensa hegemônica e a burguesia nacionais, dentre elas a jurídica, órfãs do poder político desde 2002; e os evangélicos, que desde sempre estavam à margem. Identificados em seu projeto comum de derrubada do petismo por meio da Operação Lava Jato como método de fazer política, esses grupos eram

> [...] parcelas do eleitorado que passaram a se sentir alijadas de qualquer arena de decisão relevante. Grupos que, durante anos, sentiram-se subjugados pela sensação de que "todo mundo" era corrupto. E que "todo mundo" estava ganhando, menos eles. Que "todo mundo" participava de alguma maneira das decisões, menos eles. Subitamente, essa sensação que parecia solitária encontrou milhares de outras solidões. Nas redes e nas ruas. (NOBRE, 2020, p. 39).

A expansão acelerada da internet permitiu a criação de polos aglutinadores anti-institucionais. A selvageria com que esses grupos disputavam o espaço democrático tem muito a ver com sua inexperiência de organização política, que só tinham 2013 como modelo em que se espelhar. Sem formatação partidária, sem obedecer a regras ou hierarquias das organizações clássicas, os grupos que se consolidam nas ruas pelo golpe-*impeachment* de Dilma em 2015 – MBL (Movimento Brasil Livre), Vem Pra Rua e congêneres – "elegem como modelo negativo a lógica partidária [...] e como modelo positivo a lógica do chefe, do líder que carrega todas as aspirações de quem nunca teve organização ou influência em qualquer esfera de decisão política" (NOBRE, 2020, p. 40). O messianismo cristão, nesse sentido, que se alicerça em um indivíduo a guiar seu rebanho, é também elemento do tipo de discurso político que se engendrava no Brasil.

2015, como apontamos, começava com a vitória eleitoral de Dilma e do Partido dos Trabalhadores, mas também encerrava a sua própria derrota. O ano foi marcado pelos protestos massivos na Avenida Paulista e nas principais capitais do país contra o PT, contra a presidenta, contra o lulismo e todas as parcas conquistas sociais que ele representou. Singer (2018, p. 21) chama a atenção para o sistema capitalista periférico "incompleto" do Brasil, que "funciona bem do ponto de vista da acumulação". Na esteira de Caio Prado Jr., o autor entende que aqui "nunca existiram resquícios feudais, mas [...] as fundações de uma sociedade mercantil-escravagista ligada ao capitalismo central que dominou os trezentos anos de colonização". Por isso, continua, "no Brasil, posições reformistas fracas como o lulismo têm conteúdo perigoso [...]. Embora não

ameacem o sistema capitalista, afetam o modo de reprodução". E, exatamente por afetá-lo, precisam ser apeados do poder.

O caráter errático da atuação de Dilma em 2015 "abriu uma avenida para o antilulismo", e as engrenagens neoliberais, deixadas em pausa desde 2003, puseram-se a funcionar com força. Michel Temer, o vice-presidente da chapa presidencial vitoriosa, do PMDB, partido fisiológico de centro que se serviu do petismo, costurou com José Serra, do PSDB, a formulação jurídica e o programa econômico que serviriam de ponte para a classe média e para o empresariado aceitar a forçosa transição do poder chamada de *impeachment* – a "Ponte para o Futuro", que fundamentalmente buscava aprofundar (como assim o fez) o projeto neoliberal no país, congelando investimentos públicos na saúde e na educação e retirando direitos trabalhistas –, tudo isso involucrado no efeito de transparência da linguagem do discurso que promovia "flexibilização e modernização" do país e da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Para que isso acontecesse, entretanto, era essencial que a derrubada da presidenta estivesse recoberta de apoio social, e, nesse sentido, a mobilização da Lava Jato e a distração de seu espetáculo na cruzada anticorrupção nos meios de comunicação foi parte fundamental no processo.

A *Folha de S. Paulo*, dias antes da maior manifestação popular contra um presidente no país, em 13 de março de 2016, ouvia dez *empresários* – saliente-se a posição dos ouvidos – que afirmavam que "em função dos desdobramentos da Lava Jato, precisava haver *impeachment*, *do contrário a economia estaria à deriva*" (SINGER, 2018, p. 272. Grifo nosso). Depois da manifestação, *O Globo* afirmava que "os milhões de manifestantes de domingo [...] forçam uma definição sobre um futuro de uma presidente acuada em palácio".

Em 17 de abril, estas condições, somadas, propiciariam o golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Mas os sentidos para seu impedimento já estavam sendo incitados. A imprensa hegemônica, ao mobilizar "os milhões de manifestantes", ao "não ver outra saída" e "ao priorizar a economia", ou melhor, a economia sob seu ponto de vista de classe, que visava ao arrocho fiscal e ao recrudescimento das condições de vida da classe trabalhadora, foi um alicerce estrutural neste impedimento da democracia.

CAPÍTULO II – MEMÓRIA E ACONTECIMENTO

Após termos apresentado, no capítulo anterior, os conceitos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa que deu origem a esta dissertação, procurando dar conta da historicidade de nosso objeto, voltar-nos-emos agora à análise da categoria *memória*, debruçando-nos especificamente sobre como uma determinada memória, a do impedimento do ex-presidente Fernando Collor de Mello, retorna e incide sobre uma atualidade, atravessando a tênue fronteira da paráfrase e da polissemia, para constituir, em 2016, o afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff. Neste ponto de encontro de uma memória com uma atualidade, entendemos, como Pêcheux (2015), que há um *acontecimento discursivo*.

Concebemos que os impedimentos brasileiros foram *acontecimentos discursivos* na medida em que os dois eventos mobilizaram a memória discursiva, assim definida por Courtine (1981, p. 51):

> Introduzimos, assim, a noção de memória discursiva na problemática da análise do discurso político. [...] toda formulação possui em seu 'domínio associado' outras formulações, que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos [...]. A introdução da noção de 'memória discursiva' em AD nos parece assim ter por desafio a articulação desta disciplina com as formas contemporâneas da pesquisa histórica, as quais insistem no valor a ser atribuído ao longo do tempo.

Após tratar de questões pertinentes à categoria memória, faremos uma breve análise do *impeachment* de Collor para compreender como a memória é trabalhada discursivamente na atualidade que se dá com o acontecimento que afasta Dilma, ao qual debruçaremos maior atenção. No processo de análise sobre o impedimento de Collor, compreendemos que ali também houve um *acontecimento discursivo*, uma vez que a memória da resistência política à ditadura, que guarda similaridades com a memória das forças políticas derrotadas no pleito eleitoral de 1989, atualiza-se brevemente no/com o *impeachment* de Collor.

Uma vez posta esta reflexão, intentamos tratar dos conceitos de *acontecimento histórico* e *acontecimento discursivo*, propondo uma distinção entre ambos, especialmente no que concerne os processos de *impeachment* aqui estudados. Daremos maior ênfase à categoria de *acontecimento discursivo*, já que procuramos investigar como a memória discursiva vai tecendo seus efeitos de sentido do que já significa "impeachment" na experiência brasileira para alicerçar a matriz de sentidos do discurso pelo golpe-*impeachment* de 2016.

Os efeitos de evidência tecidos pela *formação ideológica do capital*, que simula/dissimula as causas e a necessidade de pedir o "fora" dos atores políticos envolvidos[28] em ambos os *impeachments*, transparece para os sujeitos que clamam pelo impedimento a ilusão de que, em ambos os acontecimentos, pede-se e tem-se como retorno mais democracia, quando, na verdade, o desdobramento que se tem com o uso do *impeachment* no acontecimento 2 é de recrudescimento dela mesma. Impedimento não da pessoa/presidenta Dilma Rousseff, mas de um projeto mais popular de governo. Impedimento da própria democracia.

2.1 O papel da memória na discussão sobre o *impeachment*

Pode-se compreender a memória como "a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização [...] na história de uma formação ou grupo social" (MARIANI, 1998, p. 38). A autora (*idem*, *ibidem*) entende por memória social um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações acerca de acontecimentos passados ou presentes, em que se verifica uma predominância de uma destas interpretações e esquecimento das demais (que, apesar de não dominantes, resistem, deixando vestígios na memória e no discurso). Dessa forma, a memória social, abarcando tanto os sentidos hegemônicos, que se cristalizaram e se mostram como dominantes ante a sociedade, quanto os sentidos provindos da contra-memória, que diz respeito à memória dos excluídos, cujos sentidos foram silenciados e/ou apagados, garante a naturalização de um sentido "comum" e "coerente" à sociedade. A partir da memória social, a memória histórica oficial (a institucionalizada, a documentada pelos arquivos, bibliotecas, órgãos de Estado etc.) e a memória erudita (a mobilizada pelos historiadores em seu trabalho) se servirão para afiançar ou questionar o exercício do poder, preservando a lembrança de um passado ou efetuando a exclusão de quaisquer ameaças que escapem ao controle narrativo-memorial do gesto interpretativo dominante.

Embora interessante para o trabalho dos historiadores, Mariani (1998, p. 35) aponta que uma diferenciação entre os tipos de memória (oficial, erudita, contra-

[28] Aqui, cabe a reflexão de Sobrinho (2019, p. 63): "O poder político é o poder do capital. Por isso, colocar a política para resolver os problemas da crise econômica é deixar funcionar o jogo dos interesses capitalistas. Para fundamentar essa tese, basta perceber que, diante da crise, os males sociais não são postos como 'culpa' do Estado burguês-capitalista. Pelo contrário, **são os indivíduos e/ou a má administração (no caso, a corrupção) que são tidos como os 'culpados' da crise econômica**". *Grifo nosso*.

memória etc.) não é do interesse imediato da/o analista do discurso, uma vez que trabalhar com a memória em categorias estanques e "imobilizantes" pode fazer com que se desconsidere "as contradições constitutivas das relações de sentido, que vão entrelaçando estas diferentes memórias".

Na Análise do Discurso, portanto, o papel da memória é constitutivo, confundindo-se mesmo com o interdiscurso. Ao defini-lo, Orlandi (2020a, p. 29) inclusive o toma como memória: "A memória [...] tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nesta perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva [...]". A memória discursiva é não linear, constituída por lacunas e faltas (MARIANI, 1998). A memória do discurso, constitutiva do interdiscurso, representa um lugar onde estão os já-ditos, prontos a serem convocados, lugar de retorno a outros discursos, como repetição ou ressignificação (como paráfrase ou polissemia). Diferentemente do *conceito teórico* de interdiscurso (uma dimensão vertical de ditos possíveis, desnivelados e estratificados, *passível de acionar a memória*, dimensão esta articulada à linearização do discurso em sua realização atual), trabalharemos com a categoria memória, ou *domínio da memória*, compreendendo-a, também, como memória sócio-histórica, na medida em que o histórico influencia e se materializa no discurso.

O discurso da imprensa vai trabalhar, em seu funcionamento, com a memória, seja acionando-o para organizar filiações de sentidos pré-estabelecidos nas explicações dos acontecimentos que têm características semelhantes com eventos passados, seja noticiando algo novo, a fim de lhe constituir, assim, uma memória para o futuro. Os gestos interpretativos se movem *na* memória, tanto no movimento que faz de retorno ao passado quanto o que procura se institucionalizar para o futuro. Dirá Mariani (1998):

> Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. (p. 59-60).

Por seu turno, Régine Robin (2016, p. 19-20) nos diz: "O passado vem nos visitar permanentemente. Estes discursos sobre memória produzem uma imensa cacofonia, cheia de barulho [...], de polêmicas e de controvérsias, de argumentações simétricas ou congruentes a propósito das quais ninguém fica indiferente". Estamos

tratando da memória enquanto histórica e enquanto produto da subjetividade, mas também enquanto componente do interdiscurso que afeta o processo discursivo: ao mesmo tempo em que se aciona a memória, ela sofre alterações, já que nela se encontram lacunas, ocorrem falhas, algo se revive, ou se apaga e se silencia – por isso, mesmo alvo de furor e de polêmica, a ela ninguém resta indiferente.

Do ponto de vista da classe dominante, a memória de fato não lhe fica indiferente – por isso, há um trabalho de constituição de uma memória específica, seletiva, institucionalizada, que apaga o protagonismo de classes e raças na história do Brasil, tal qual ela é contada nos livros didáticos, nos documentos oficiais, na cobertura jornalística. Ao se apagar certas memórias de Brasil – dos índios, dos negros, dos trabalhadores, das mulheres e das lutas feministas – e ao se monumentalizar e enaltecer certa memória da classe dominante, estabilizam-se sentidos já-dados que naturalizam o passado autoritário brasileiro, o qual, em vez de ser repudiado por sua natureza perversa e desumana, ao revés, de tempos em tempos volta a nos assombrar.

> O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. (ROBIN, 2016, p. 31).

Talvez seja esta uma "questão fundamental do presente", como dito por Régine Robin, uma vez que aqui, país do capitalismo periférico, fundado como colônia de exploração e regido sob a mais sádica lógica de mercado – que aprofunda ainda mais a exploração do homem sobre o homem, nem que, para isso, seja necessário recorrer a violentas formas estatais de submissão de outrem, como o foi a escravidão; neste país, como anunciamos, *a lógica do capital precisa de formas autoritárias para se realizar* e, por este motivo, não nos toma de surpresa quando tais configurações retornam e celebram seus espelhos de outrora. Se "onde há dominação há resistência"[29], como nos diz Pêcheux (2014), mesmo com o hercúleo esforço coletivo de parte da sociedade civil brasileira, a fim de constantemente nos lembrar do autoritarismo (e de seus perigos) que constitui esta nação, a ideologia da classe dominante ainda consegue moldar a memória com a finalidade de apagá-la, mitigá-la ou mesmo ressignificá-la totalmente. Nesse contexto, a imprensa hegemônica age como importante Aparelho Ideológico de Estado da classe dominante, como já expusemos, a ponto de construir um simulacro do que

[29] A alusão aqui feita a Pêcheux é assim lida ao final de sua "Semântica e Discurso", *verbatim*: "não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso 'ousar se revoltar'". (p. 281).

seria nossa memória coletiva, selecionando aquilo que convém gozar do *status* de memorável e aquilo que precisa ser esquecido – memória-mídia[30], como cunhado por Robin (2016).

Com a profusão de informações do mundo globalizado, a memória começa a se tornar cada vez mais turva, efêmera, perdida no excesso de novos acontecimentos e de consequentes novas memórias construídas – torna-se *saturada.* E, uma vez saturada, corre o risco de ser apagada, pois seus suportes empíricos de registro e de armazenamento (o cérebro, a voz, a música, a literatura, o arquivo, o computador) têm, eles mesmos, limites.

> Esse excesso de memória que nos invade hoje poderia ser apenas uma figura do esquecimento, pois a nova era do passado é a saturação. [...] **Saturação por uma indiferença ao passado, por uma equiparação dos "demônios" nazista e comunista, por uma indistinção dos acontecimentos, uma ausência de escolha, de hierarquia dos males, como nesses discursos que, na Itália e na Espanha, demonizam sem distinção a Resistência e Mussolini, Franco e os Republicanos.** [...] Saturação, enfim, por causa dos fantasmas do "tudo guardar", que acompanham nossa imersão no mundo do virtual. Congelamento geral, patrimonialização de tudo [...]. Paixão pelo arquivamento e pela conservação. Estocamos, queremos tudo sedimentar. (ROBIN, 2016, p. 22). *Grifo nosso*.

Não à toa que a memória atravesse esse processo de indistinção dos acontecimentos e passe a ser mobilizada e moldada de maneira a convir com os interesses da classe dominante: desde a queda do muro de Berlim, num mundo cada vez mais interconectado e sem contraponto quanto à sua organização social, dominado inteiramente pela Formação Social Capitalista, desta feita nas vestes da formação ideológica neoliberal, há um esforço de apagamento de uma certa memória, que remetia às lutas e às conquistas dos trabalhadores e dos movimentos sociais empreendidas nos séculos XIX e XX. Esta memória guardava em si um *ethos* próprio, assentado em premissas como a solidariedade, a comunidade e a partilha, a dignidade dos direitos humanos, as conquistas sociais por meio da mobilização, do enfrentamento e da revolução – todos estes, princípios antagônicos, ou melhor, *memória antagônica*, ao ideário neoliberal[31].

---

[30] "No momento em que a América e a Europa Ocidental entram massivamente na era de uma nova midiatização, pela transmissão à distância da voz (o gramofone) e da imagem, primeiramente imobilizada no instante (a fotografia), em seguida móvel e animada (o cinema), [...] e muito antes da era digital, o pensamento está obcecado pelo tipo de memória implicada nessas novas mídias em relação a uma 'imagem de memória', da qual o homem é portador, ao menos, desde o fim da Idade Média. [...] **Memória-mídia ou memória da forma que se lembra? Temos sempre de lidar com a decomposição do tempo**". (ROBIN, 2016, p. 373-374). *Grifo nosso*.

[31] O conjunto ideológico que se difundiu como neoliberalismo remonta às teses defendidas pelo economista austríaco F. Hayek (1899-1992). O neoliberalismo, releitura ainda mais conservadora do

É preciso, assim, constantemente ressignificá-la, a ponto que quase totalmente inexista ou que sirva, no máximo, de reminiscência negativa, tal qual um mau recordo fruto de trauma ou pesadelo. Assim, a saturação de memória incorre em uma inversão de signos, que tem a capacidade mesma de suspender um passado próximo, como a ditadura brasileira, que, a despeito de todas as suas mazelas, passa a ser celebrada hodiernamente, num exercício de distorção da memória histórica pelos que dela se apropriam. É esta memória retrabalhada que, acionada e mobilizada, impede a sociedade de perceber a sistemática retirada de direitos sociais, a precarização do trabalho, da saúde, da educação, da vida mesma, já que todos andam muito ocupados com uma lembrança-gatilho que os fazem enxergar comunistas embaixo da cama e atrás do guarda-roupas, os movimentos sociais como o sinônimo da desordem e a universidade pública como o *locus* da balbúrdia.

Tomemos como exemplo desse trabalho de memória o discurso anticorrupção, que dominou o debate político brasileiro em vários momentos de sua História e, em especial, nos dois acontecimentos históricos do *impeachment*. Do ponto de vista ético, obviamente ele não só é necessário, como deve ser encorajado e fortalecido, pois a corrupção é "uma prática que degrada a confiança que temos e desagrega o espaço público, desviando recursos e direitos dos cidadãos" (SCHWARCZ, 2019, p. 88). É um tanto mais problemático quando este discurso, no entanto, passa a ser mobilizado como um instrumento político, de caráter seletivo e corporativo, focado apenas na corrupção do Estado, e não na corrupção das grandes empresas, bancos, indústrias – do funcionamento mesmo do capital (SOUZA, 2019). Desvia-se o olhar das práticas ilícitas do mercado (que, em nossa sociedade, conformam nosso modo de vida), ignoram-se seus crimes e apenas se apontam as condutas ilícitas do Estado – fazendo com que se diminua, assim, a confiança no bem público, que é entendido como corrupto, que existe apenas para retirar direitos, quando não roubá-los. Por contraste, o livre mercado e o Estado mínimo, que não são entendidos como corruptos, passam ilesos, como os

---

liberalismo do século XVII, preconiza um Estado mínimo por meio de privatizações de empresas estatais e de reformas que, na verdade, são contrarreformas, pois preveem a supressão ou a redução de direitos e garantias sociais que são obstáculos à reprodução do capital. Cf. Netto & Braz (2012, p. 238-239): "A ideologia neoliberal, maciçamente generalizada pelos meios de comunicação social a partir dos anos oitenta do século passado, [...] legitima o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. [...] o objetivo real do capital monopolista [no neoliberalismo] não é a 'diminuição' do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação dos direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um 'Estado mínimo', o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que **um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**".

representantes da saída civilizatória de uma sociedade mergulhada no caos da endêmica corrupção estatal.

A corrupção se manifesta em qualquer época histórica; "a história e o tempo têm, entretanto, o poder de deslocar e agregar sentidos" (SCHWARCZ, 2019, p. 89). Se resgatarmos a memória histórica, veremos que o Brasil se fundou na confusão entre o público e o privado, sendo a corrupção – o ato de oferecer vantagem indevida a agente público – o liame de ambas essas esferas de vida.

> Até mesmo na carta que Pero Vaz de Caminha escreveu quando chegou ao território há vestígios, se não de corrupção, ao menos de patrimonialismo. No final da missiva, considerada o primeiro documento escrito sobre o Brasil, o escrivão aproveita a oportunidade e roga ao rei português, d. Manuel I, que dê uma mão para o seu genro. Ele pede que o parente seja libertado do degredo em São Tomé por "furtos e extorsão à mão armada". Corrupção, favorecimento ou patrimonialismo, o recado de Caminha oscila na sua definição, mas com certeza indica o uso de vantagens privadas a partir da entrada privilegiada no espaço público. (SCHWARCZ, 2019, p. 90-91).

A temática da corrupção estatal, um dos elementos centrais a servir de subterfúgio para o impedimento da democracia em 2016, não surgiu com o petismo ou com seus antagonistas, de agora ou de antes. A corrupção que nos assola, mormente na política, faz parte do cotidiano do país, em maior ou em menor grau, desde os tempos da Colônia. Os estratagemas usados pelos governantes atuais são também reprodução dessa forma cultural das práticas ilícitas perpetradas pelas elites coloniais. É interessante observar, contudo, que, quando campos populares-progressistas estão de posse do poder do Estado – aquele que tem condições objetivas de promover mudanças na estrutura social –, o tema da corrupção se reaviva com muito vigor como forma de fustigá-los. Não obstante, lembremo-nos de que, geralmente, a imprensa brasileira guarda íntima relação com as elites nacionais, ou se beneficiando delas ou sendo por elas controladas. Apontar a corrupção do campo opositor, portanto, é um expediente recorrente em governos menos alinhados aos programas econômicos das elites, como no caso do trabalhismo de Getúlio Vargas e João Goulart. Tratar da corrupção do PT como "sem precedentes"[32], por exemplo, é também fazer um exercício de trabalho sobre a memória discursiva no sentido de reanimar a direita política na tomada do poder, na sua reconquista: é trabalho de memória para recordar as elites à qual lugar elas pertencem, e qual o perigo que se apresenta a elas quando projetos que pregam os direitos ao

[32] A afirmação proferida pelo Nobel peruano de Literatura Mario Vargas Llosa foi tornada manchete de destaque do *UOL* em 1º de março de 2016, às vésperas do golpe-*impeachment* de Dilma: "Para Vargas Llosa, 'Regime de Lula é fonte de corrupção sem precedentes'".

trabalhador, a reforma agrária e a inclusão social como plataformas são riscos para a própria manutenção dos privilégios dessas elites.

Schwarcz e Starling (2015), ao comentar os episódios controversos que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, apontam para o método já enviesado da imprensa hegemônica em narrar os acontecimentos. Carlos Lacerda, jornalista e principal opositor a Vargas, havia sido vítima de um atentado que levou à morte um oficial da Aeronáutica que o acompanhava, Rubens Vaz. Já dessa época, observa-se o papel da imprensa como agente político:

> O atentado contra Lacerda era um desastre para o governo [...]. **Além disso, havia a imprensa. Os meios de comunicação funcionavam como principal alimentador de crises do governo de Vargas**, e Lacerda era sua estrela mais estridente. [...] Lacerda perseguia Vargas num tom cada vez mais exaltado [e] **apostou na força da imprensa como fator de desestabilização do governo**. Concentrou fogo numa série de denúncias de escândalos verdadeiras ou não que comprometiam a administração de Getúlio – tráfico de influência, empréstimos irregulares, antiamericanismo, corrupção. Bem desdobradas pelos jornais e pelo rádio, essas denúncias repercutiam durante semanas e aumentavam muito a pressão sobre o governo, além de corroer sua credibilidade e contribuir para seu isolamento político e social. **A imprensa teve uma atuação decisiva para a corrosão das bases de apoio do getulismo, sobretudo entre os setores médios urbanos.** [...] **os principais órgãos de comunicação do país** – *Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário Carioca, **O Globo**, O Jornal, O Estado de S. Paulo**, Folha da Manhã*** – escancaram seu papel de protagonistas na condução da crise política que iria pôr fim ao segundo governo de Vargas. (2015, p. 407-408). *Grifos nossos*.

Essa observação nos leva à conclusão de que, em um momento crítico da história política brasileira, os órgãos de imprensa sobre os quais estamos nos debruçando tiveram uma ideologia contrária ao *establishment* governamental e ao que ele representava – Vargas adotava uma política nacionalista, com valorização da Petrobras e dos trabalhadores, tendo sido o seu governo que adotou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Tais conquistas, importantes para os trabalhadores, eclipsavam o fato de que Getúlio era um homem contraditório. Suas inclinações ditatoriais, a aproximação que teve com o fascismo italiano no período da II Guerra Mundial, durante a ditadura do Estado Novo, e as muitas denúncias de corrupção que o circundavam foram pormenorizadas por sua máquina de propaganda – mas não pela imprensa, que exatamente enaltecia tais contradições como forma, também, de solapar o que de positivo havia na era Vargas. Os jornais supracitados demonstraram se alinhar a uma ideologia diferente da varguista, ou seja, a formação discursiva destes passou a privilegiar o ataque ao governo na tentativa de miná-lo.

Quais não são, pois, as muitas similaridades com a situação brasileira em 2016, guardadas as devidas diferenças entre personagens e eventos. Se falássemos de corrupção e empréstimos irregulares (as "pedaladas fiscais"), se falássemos de falta de apoio dos setores médios urbanos, ou ainda de isolamento político e social – estaríamos falando de Getúlio ou de Dilma? Cabe salientar, assim, o papel da mídia na construção de narrativas para influenciar o espectro do poder político – e como a memória é cuidadosamente trabalhada para engendrar certos sentidos contra determinados projetos de poder.

2.2 O *impeachment* de Fernando Collor de Mello

Fernando Collor foi inicialmente celebrado pela burguesia nacional, por representar um projeto que abriria a economia para o mercado, numa década em que a globalização se acentuava velozmente. Assim foi retratado na imprensa hegemônica pouco antes de sua vitória: como um estadista jovem e moderno – o "caçador de marajás" (VEJA, 1989), que viria a combater os "parasitas" do funcionalismo público, aos quais se atribuíam as mazelas do país por receberem altos salários. Lembremo-nos que o sentido do Estado brasileiro herdado por Collor era aquele imposto pelos militares: um poder altamente centralizado, tanto no sentido de fortalecimento da máquina pública e das empresas estatais quanto no de sua burocratização e complexidade gerencial. Após a vitória de Collor, sua dificuldade em promover as mudanças neste Estado, por ele prometidas e visadas pelo mercado, fez com que sua relação com a mídia ficasse marcada por tensões e rupturas, a principal delas a que levou a seu *impeachment*.

Starling e Schwarcz (2015) trazem outros fatos sobre o comportamento dos grupos de comunicação em sua relação com Collor. A autoras reforçam a filiação da formação ideológica da imprensa com o projeto neoliberalizante representado por Collor, inclusive o fomentando nas eleições de 1989. Com a rara exceção da *Folha de São Paulo,* as mídias já apresentavam seu candidato:

> A eleição de 1989 só se decidiu na última semana e alcançou um alto grau de polarização. **Collor tinha dinheiro, propaganda e mídia**. Pouca gente na imprensa divulgava que, em Alagoas, o governador fazia o contrário do que pregava na campanha, e o motivo era simples: à exceção do jornal *Folha de São Paulo*, **ele recebeu apoio da maior parte dos donos das empresas de comunicação - em especial, o de Roberto Marinho, para quem o desastre atendia, em primeiro lugar, pelo nome de Brizola e, em seguida, pelo de**

> **Lula. Com as organizações Globo a favor, o alvo deixou de ser Sarney e a campanha concentrou-se em atacar o PT**. [...] Três dias antes das eleições, a Rede Globo levou ao ar, no programa de maior audiência da televisão brasileira – o *Jornal Nacional* –, um compacto do último debate entre os candidatos. *A versão havia sido manipulada* e era favorável a Collor: cerca de 60 milhões de espectadores viram Lula inseguro e vacilante, e Collor, enfático e preciso. (p. 492-493). *Grifos nossos*.

Em menos de três anos que separaram as primeiras eleições gerais da reabertura democrática brasileira e sua vitória eleitoral, o presidente sofreria um impedimento. Este tipo de processo ocorre de forma multifatorial, e, no caso em tela, envolvia desvios de verba pública, denúncia de corrupção na capa de *Veja*, crise econômica aprofundada, fraca sustentação política no Congresso, crise de credibilidade perante a opinião pública com consequente mobilização da sociedade civil, que organizou protestos em vários pontos do país, sendo a Avenida Paulista, em São Paulo, endereço emblemático das manifestações. Estes movimentos pró-*impeachment* foram organizados por sindicatos trabalhistas e associações estudantis, notadamente a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e a UNE (União Nacional dos Estudantes). Acuado, Collor, em rede nacional de televisão e rádio, pede à população que saia às ruas em seu apoio, vestindo as cores predominantes da bandeira nacional; como resposta, as pessoas se vestiram de preto e pintaram seus rostos com o verde e o amarelo, episódio que passou a ser conhecido como o movimento dos "caras-pintadas". Todas essas circunstâncias levariam à abertura do processo de *impeachment* pela Câmara dos Deputados e à renúncia do presidente em 29 de dezembro de 1992, antes mesmo da conclusão de seu julgamento pelo Senado.

O impedimento/renúncia de Collor marca um momento que também daria representatividade à própria conformação de uma oposição forte ao neoliberalismo econômico no contexto da redemocratização. O bloco de esquerda, capitaneado pelo PT, com quem tinha disputado diretamente as eleições, opunha-se ao presidente por ter sido ele o candidato vencedor das elites nacionais, com quem se iniciou o projeto neoliberal no Brasil, quando ocorrem as primeiras privatizações. Em sentidos de rechaço a este projeto, as entidades e sindicatos acima mencionados se faziam presentes nos protestos pelo *impeachment* de 1992, apoiando-o; em 2015-2016, estas mesmas entidades eram contra o *impeachment* da presidenta Dilma, por exemplo, o que marca seu lugar historicamente construído e estabelecido nas esquerdas.

Passemos a analisar as imagens dos protestos a favor do *impeachment* no ano de 1992, pois, conforme Florêncio *et al* (2016, p. 95), "é preciso lembrar que o discurso é efeito de sentido entre interlocutores; desse modo, a imagem, por ser uma materialidade significante, também produz sentido entre os sujeitos, por isso, é também uma materialidade discursiva". As imagens abaixo foram retiradas do acervo digital do site *Memória Globo* e da revista *Veja*, edição 1.250 de 1992, que traz, além de sequências discursivas escritas, o elemento imagético, essencial para o discurso em análise.

Figura 13a. Protestos pelo *impeachment* de Fernando Collor. *Memória Globo, 1992*.

Figura 13b. Protestos pelo *impeachment* de Fernando Collor. *Memória Globo, 1992*.

Percebam-se algumas materialidades discursivas trazidas nas faixas do protesto: nelas, é possível ler "FORA COLLOR e o FMI – Frente Revolucionária"; "Anos Rebeldes. Próximo capítulo: FORA COLLOR! Impeachment Já!"; "LADRÃO"; "NÃO À DESTRUIÇÃO DO ENSINO PÚBLICO". Todas essas materialidades apontam ao que já expusemos anteriormente: os sentidos das esquerdas, contrárias ao projeto político personificado por Collor, pleiteavam pelo fim do neoliberalismo, pela defesa do Estado e pelo próprio *impeachment* do presidente (e de sua política econômica). Note-

se, ademais, a composição da cena enunciativa[33]: a multidão, predominantemente formada por jovens brancos, apresenta alguma diversidade de raças; os símbolos nacionais estão misturados às muitas flâmulas vermelhas e ao emblema da foice e do martelo, remetendo aos ideais revolucionários e socialistas; além disso, percebe-se a presença de bandeiras de agremiações políticas progressistas, como o PT e o PV (Partido Verde), despontando em meio à manifestação. O sentido de *impeachment* se reconhecia na política partidária brasileira, ou, ao menos, não rechaçava sua participação.

Figura 14. Caras-pintadas. Lê-se: "FORA COLLOR"; Impeachment Já!". *Memória Globo, 1992*.

Figura 15. Uso das cores verde e amarela para tratar do acontecimento. Lê-se "A guerra do impeachment" na capa; no interior da revista, uma foto aérea dos manifestantes em frente à FIESP. Lê-se: "[...] os estudantes tomaram a Avenida Paulista, no coração de São Paulo". *Edição 1.250 de Veja, 1992*.

A mídia observava o desenrolar dos acontecimentos, celebrados como "irreverentes" em "quase todos os atos realizados no país" (VEJA, 1992). O foco se dava em algumas das vozes das ruas, mormente a dos estudantes. É interessante

[33] Tomaremos de empréstimo o conceito de *cena enunciativa* elaborado por Guimarães (2002;2013) como forma de nele incluir o discurso sobre o *impeachment*: "A cena enunciativa [diz respeito a] modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas". Esse é um espaço político, que "constitui-se por um conjunto de figuras da enunciação que, de algum modo, 'falam' no acontecimento".

observar a centralidade que os estudantes brancos ocupam ao representar os caras-pintadas, à revelia de uma multidão protestante composta por outras raças e etnias. Na imprensa hegemônica, tampouco se dava espaço a quem também tecia, institucional e politicamente, o *impeachment*: as esquerdas, os sindicatos e as próprias entidades estudantis, como a UNE – ou seja, quem de fato mobilizava a rua e o povo. O efeito de sentido pretendido é o de silenciar os objetivos revolucionários e anti-neoliberais pleiteados pela esquerda, apropriando-se do seu discurso e do *momentum*[34] tão-somente para promover o *impeachment* de um presidente que não mais servia aos interesses do capital. Para assim fazê-lo, promovia-se uma evidência de consenso, como exposto na matéria de *Veja*: "E o povo sai de casa para exigir moralidade, *acima das diferenças políticas, sociais e de gerações*" (grifo nosso).

Até então, não havia uma posição incisiva da imprensa pelo *impeachment*, que apenas ventilava a "pressão pela renúncia", que crescia, como apontavam os movimentos organizados de rua. Sem conciliação com o presidente, a mídia passa a adotar uma postura mais atuante pelo impedimento. Essa posição discursiva da imprensa revelou-se na capa da *Veja* (fig. 17a), que trazia Pedro Collor, irmão do presidente, a denunciar um sofisticado esquema de corrupção do mandatário – inclusive com implicações na imprensa alagoana, pois envolvia a compra do jornal "Tribuna de Alagoas" como fachada por PC Farias, seu tesoureiro. A partir daí, o *impeachment* de Collor mostrava-se inevitável. Sua renúncia é celebrada: "CAIU!" (fig. 17b). Esse enunciado ocupa o espaço do discurso da vitória comemorada pela imprensa. Várias foram as capas da *Veja* dedicadas a esse discurso, o que a deslocou do lugar de espectadora para o de protagonista no acontecimento do *impeachment.*

A imprensa hegemônica, por meio da análise que fazemos da *Veja*, não só comemorava a saída do presidente como também passa a (re)ocupar seu lugar de apontar os caminhos que o novo governo deveria tomar. É o que se pode ver no enunciado da capa da edição 1.269, de seis de janeiro de 1993: "Com a renúncia de Collor, *chega a hora de* Itamar tirar a casaca da interinidade e *consertar o governo*" (fig. 17c. Grifo nosso).

[34] De acordo com o dicionário de Cambridge, trata-se da qualidade que mantém um acontecimento em desenvolvimento ou obtendo progresso depois que se inicia.

Fig. 16a

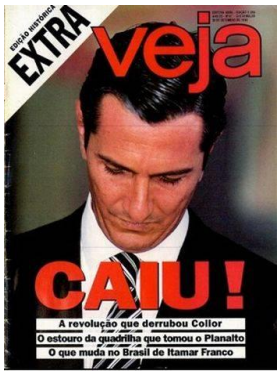
Fig. 16b 

Fig.16c

Figura 16. Três momentos de *Veja*, entre os anos de 1992 e 1993. *Edições 1.235, 1.255* e *1.269*.

Como se vê, a imprensa hegemônica (aqui referenciada pela *Veja*) agiu para *consertar*, não reformar, tão pouco revolucionar, o projeto iniciado por Collor de Mello – um projeto de essência neoliberal. Os sentidos anti-neoliberais e revolucionários das esquerdas, que foram determinantes nas manifestações de rua contra Collor, são abandonados na celebração de sua queda: fala-se em "a revolução" que o derrubou (VEJA, 1992), simulando um efeito de sentido de revolução próprio às esquerdas manifestantes, quando, em verdade, revolução alguma foi feita no sistema político brasileiro, tampouco em sua sociedade desigual. Não só se simula um falso consenso político, como a própria revista realiza uma leitura da política que é dada como a leitura da verdade, tecendo sentidos que aparecem como literais, com um efeito de evidência. A esse respeito, afirma Mariani (1999, p. 60): "[...] ao alegar seu compromisso com a 'verdade', a imprensa finge não contribuir na construção das evidências (ou mesmo, do sentido literal), atuando, assim, no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade". É o que faz a *Veja* ao apagar sua memória de apoiadora do "caçador de marajás", reapresentando-se ao público como não envolvida com essa presidência, já que o investigou ("Pedro Collor conta tudo"), comemoreu sua queda ("CAIU!"), e, então, passou a apontar "o que muda no Brasil de Itamar Franco" (VEJA, 1992), oferecendo, ademais, sentidos próprios, já-dados para que o novo governo "desse certo" (VEJA, 1993).

2.3 Acontecimento histórico e acontecimento discursivo

Uma vez feita a análise do *impeachment* de Collor como noticiado pela imprensa, e antes de analisar o *impeachment* de Dilma por esse mesmo viés, passaremos a discutir os conceitos de *acontecimento histórico* e *acontecimento*

discursivo. Ao tratar das especificidades de cada evento, optamos por separá-los; trazemos ambos os acontecimentos juntos neste item, entretanto, para estabelecer suas diferenças e semelhanças do ponto de vista da ordem do discurso sobre o *impeachment*. Para facilitar nossa exposição, chamaremos os eventos aqui tratados da seguinte maneira, obedecendo sua ordem cronológica: "acontecimento 1" se refere ao impedimento de Collor, enquanto "acontecimento 2", ao de Dilma. Buscaremos demonstrar que, a partir deles, ocorre um rompimento com os saberes que organizavam a formação discursiva dominante na política de cada época e, em consequência, sucede-se o estabelecimento de uma nova ordem do discurso – portanto, a ocorrência de um acontecimento discursivo.

O *impeachment* é um acontecimento que marca a história de uma nação. No caso do Brasil, tanto o que afastou Collor quanto o que retirou Dilma foram episódios que reorganizaram a cena política brasileira. Cada um deles, devido à importância que possuíam para o momento histórico, foram extensamente cobertos pela imprensa e fizeram com que diversos atores da política e de outros segmentos da sociedade fossem mobilizados – militares, artistas, estudantes, sindicatos, entidades de classe, empresários. Como um fato que marca as práticas sociais e a organização do sistema político de um país, com consequências diretas para o sistema econômico, sendo oficialmente documentado e inscrito na História, o *impeachment* é entendido, assim, como um acontecimento. Pelas razões que acabamos de elencar, tomaremos, em nossa hipótese, ambos os eventos empíricos aqui trazidos como inequívocos *acontecimentos históricos*, tendo como base Le Goff (1990, p. 73) em seu entendimento do que "sempre foi o 'acontecimento' em história – da história vivida e memorizada e da história científica com base em documentos [...]: é o produto de uma construção que compromete o sentido histórico das sociedades e a validade de uma verdade histórica [...]". Ou ainda, na releitura de Le Goff realizada por Dela da Silva (2008, p. 14), "o acontecimento histórico consiste em um fato que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo, passa a ser rememorado na História, fazendo parte do dizer sobre o passado de um povo, narrado pela ciência histórica".

A partir dessa compreensão, a questão que se coloca é saber se o acontecimento do *impeachment* se constitui, também, como um *acontecimento discursivo*. Cremos ser exata a avaliação de que os impedimentos brasileiros foram acontecimentos tanto

históricos quanto discursivos[35], na medida em que os dois eventos aqui apreendidos mobilizaram a memória e a história, havendo uma construção sobre o *impeachment* e seus sentidos a partir de sujeitos que, inseridos numa sociedade capitalista, navegam na contradição entre o discurso do capital e o do trabalho, ora (aparentemente) fortalecendo este último, como em 1992, ora o enfraquecendo, como ocorreu em 2016. Ainda que, em ambos, a sociedade brasileira tenha permanecido essencialmente a mesma em sua estrutura, tampouco havendo-se alterado o motor de seu funcionamento – a luta de classes –, há distinções importantes nos acontecimentos em questão, não apenas referente ao espaço temporal a os separar, mas também no que tange à emergência dos novos sujeitos históricos oriundos de cada *impeachment* e aos diferentes sentidos por eles manifestos na expressão do político. Expliquemos nossa posição, a partir de considerações tanto dos fatos que desencadearam cada *impeachment* quanto de suas consequências práticas.

Historicamente, o discurso pelo *impeachment* se origina na esquerda brasileira, que fazia oposição ao governo Collor. No espectro político, representado pela figura de Lula e do PT, foi a esquerda quem disputou com Collor as eleições de 1989, perdendo o pleito e logo formando o bloco de oposição ao governo vitorioso.

Figura 17. Contexto histórico das eleições de 1989, *Veja*, edição 1.109. Note-se os sentidos do que viria constituir o governo e a oposição, colocados à direita e à esquerda da capa.

[35] Grigoleto e Sobrinho (2018, p. 38) ponderam que o acontecimento histórico se dá quando se trata de "fatos empíricos, que se produzem em datas específicas e que são simbolizados discursivamente para, a partir daí, ganhar a estabilidade de um acontecimento histórico. Parece-nos possível sugerir inclusive que tal fato histórico – o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil – se desdobra em um acontecimento discursivo, mas isso seria análise para um outro trabalho já, não sendo o nosso foco nesse momento". Pretendemos, com esta pesquisa, responder que o afastamento de Dilma se sustenta como um acontecimento discursivo, demonstrando que de fato é desdobrado de um acontecimento histórico.

O campo político de esquerda perde “a batalha final para mudar o Brasil” – ou seja, realizar a “reforma agrária a partir de 500 hectares”, confiar “na ação das empresas estatais” e crer “no papel do governo para melhorar a vida dos pobres” foram os sentidos vencidos pelo projeto de “privatizar estatais”, combater os “privilégios na máquina do governo” e de “aumentar o bolo para dividir a renda” (VEJA, 13 de dezembro de 1989), levando Collor, um político de direita, ao poder. Havia, assim, uma disputa de sentidos entre esquerda e direita: a primeira fazendo oposição à segunda, que conquistou o poder político. Enquanto a direita ainda orientava os sentidos discursivos que clamavam o Estado mínimo e o livre mercado, a esquerda alimentava sentidos contrários, de maior cobertura estatal e proteção ao trabalhador, reclamando, também, a partir dos escândalos de corrupção noticiados na imprensa, o *impeachment* do presidente. Os sentidos de *impeachment* no acontecimento 1, assim, provém da formação discursiva de fortalecimento do trabalho reclamado pelas esquerdas, ancorada na formação ideológica do trabalho (AMARAL, 2016).

A formação desta oposição a Collor foi fruto da construção de setores sociais e políticos que remontam ao regime militar, como o próprio PT, fundado durante a ditadura, quando já a questionava. A memória do “trabalhismo” (de Vargas/João Goulart/greves gerais da ditadura/da fundação do PT) e de seus valores e preceitos básicos – direito à greve, a salário digno, a direitos sociais, como educação, cultura, saúde etc., a um Estado garantidor destes direitos, logo, “máximo” – era reavivada, e seus sentidos, ainda que não hegemônicos do ponto de vista do exercício do poder, iam se discursivizando, sendo seus efeitos de sentido percebidos já no *impeachment* de Collor. Esse conjunto caracteriza, então, *um primeiro acontecimento discursivo*: uma memória do “trabalhismo” encontrando-se na atualidade que se colocava com o afastamento do presidente.

Não foram as esquerdas, no entanto, que ascenderam ao poder com a queda de Collor: assume, pelo viés constitucional, o seu vice, Itamar Franco (PMBD), político de centro-direita. Outros personagens, como Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ganham espaço na condução do país. FHC, na condição de Ministro da Fazenda à época, ajuda na elaboração e implantação do Plano Real; *a posteriori*, o próprio viria a se tornar presidente por dois mandatos. A oposição à esquerda a Collor, capitaneada por Lula e pelo PT, segue em oposição também ao governo Fernando Henrique, marcado pela estabilidade econômica trazida pelo Real, mas também pelo alto nível de desigualdade social e pelas privatizações do aparato estatal brasileiro. O discurso desta oposição,

pedindo o “Fora, Collor” e orientando previamente o *impeachment*, terminou sendo apropriado pela centro-direita, servindo-lhe de ascensão ao poder. Desta forma, a oposição à esquerda passa a também reclamar o “Fora, FHC”: reivindicava-se tanto a saída do projeto do ex-presidente Collor quanto o do atual porque, em verdade, ambos os projetos políticos guardavam semelhanças, apesar de diferenças na superfície. Eram projetos cujas origens se davam na órbita da direita política do Brasil, cujo norte ideológico era o discurso do capital, manifesto econômica e politicamente pelo neoliberalismo, que privilegia a propriedade privada em detrimento do bem público.

Dessa maneira, é razoável dizer que, mesmo com o *impeachment*, não houve um rompimento do ideário neoliberal iniciado por Collor, mas sim uma continuidade, ou melhor, um “aperfeiçoamento” do projeto político e econômico do governo Collor nos governos Itamar e FHC. Continuidade, inclusive, na representação nos espaços de disputa política, uma vez que as esquerdas, que colocaram os sentidos de *impeachment* e constituíam a oposição, ainda não haviam conquistado o poder maior do Estado brasileiro – tiveram um breve protagonismo nas manifestações pelo *impeachment*, sendo relegadas a orbitar os espaços de oposição política, o que garantia alguma presença político-discursiva, mas não um protagonismo de fato.

Há um grande paradoxo que ilude o campo político e a disputa de sentidos quando tratamos do impedimento de Collor, como se o PT e demais partidos da oposição, apesar de terem reclamado por seu *impeachment*, tivessem saído como vitoriosos desse processo. Esse efeito de evidência de “briga” entre esquerda e direita, na verdade, traduziu-se como uma *apropriação* do discurso da esquerda pela própria direita, dando-se a ilusão de que a esquerda comandava o processo. O que ocorreu, em outros termos, foi um “golpe” (esse, sim, entre aspas) de uma facção da direita na própria direita palaciana. Tanto é verdade que a esquerda continuou distante dos ambientes políticos de relevo, precisando travar muitas outras lutas até que alguns de seus sentidos fossem, de fato, incorporados à vida pública (e com muitas concessões ao mercado para que fossem viabilizadas eleitoralmente, vide a “Carta ao povo brasileiro”, escrita por Lula no pleito de 2002).

Os sentidos deste *acontecimento discursivo* só ganharamm maior projeção e tornaram-se de fato hegemônicos com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, uma década após o acontecimento 1. Com sua vitória eleitoral, parte significativa do campo progressista, alinhada às formações discursivas do trabalho, que fizeram oposição a Collor e a FHC, viu-se inicialmente representada no governo de centro-

esquerda petista – e pôs-se a mobilizar os sentidos desse novo discurso hegemônico, que fortalecia os sentidos do trabalho; que finalmente havia alcançado a maioria da população a ponto de ser vitorioso numa disputa eleitoral. Representante da classe trabalhadora brasileira, a chegada de Lula ao Planalto representou, assim, o que Indursky (2003) entende como um *acontecimento discursivo*:

> [...] Lula lá não era mais um sonho, um objeto inalcançável de desejo, uma utopia, um impossível. E foi exatamente esta transformação, que levou da utopia à realidade, que produziu o acontecimento. **Naquela noite de 27 de outubro de 2002, fomos testemunhas de um acontecimento histórico que clamava por discurso, que reclamava sentidos, por novos sentidos, sentidos ainda não ditos, desconhecidos.** [...] a multidão se movia, se reunia, gritava, cantava. Comemorava e, ao mesmo tempo, rememorava. [...] Assistíamos a algo ainda não presenciado anteriormente, a algo ainda não nomeado na cena política brasileira. **E este novo, este inusitado construía a ruptura com o mesmo** [...]. E esta ruptura colocava pela primeira vez, nesses 500 anos de história, na Presidência da República Federativa do Brasil, um filho do povo. [...] Um homem que se chama apenas Silva. [...] **E esta ruptura certamente produz um acontecimento discursivo...** (p. 110). *Grifos nossos*.

Apesar da estratégia da direita brasileira de se apropriar do discurso orquestrado pela esquerda acerca do *impeachment* para se manter no poder, o impedimento de Collor representou um *acontecimento discursivo*, o qual pôs em funcionamento um discurso novo, "que reclamava novos sentidos", que "construía a ruptura com o mesmo" (INDURSKY, 2003). Ao trazermos a reflexão de Indursky sobre a materialidade "Lula Lá", cujos sentidos postos pelo acontecimento 1 finalmente obtinham hegemonia eleitoral, buscamos ilustrar e definir teoricamente um *acontecimento discursivo*. No entanto, ainda que ilustrativo, não temos como horizonte analisá-lo sob o ponto de vista das eleições, da conquista do poder ou da governança, mas do *impeachment*.

Este *impeachment*, que viemos chamando de acontecimento 1, representou a expressão de uma resistência, no sentido de que havia (e ainda há) uma dominância do capital na configuração do Estado burguês brasileiro. A resistência pode ser assim compreendida como a força antagônica a essa dominação, como seu efeito reativo, assim como concebe Pêcheux (2014, p. 281): "Não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso 'ousar se revoltar'".

A queda de Collor, como dissemos, realinhou o sistema político e econômico brasileiro para sua reorganização fincada em uma base ideológica neoliberal. Mas seu *impeachment* também representou uma resistência social, capaz de derrubar um presidente, ainda que apropriada por uma outra força política, a de centro-direita; resistência que havia sido inclusive silenciada pelo longo processo da ditadura e que

ganhou substância na cena política, do processo de anistia à reabertura democrática e às diretas; do processo de *impeachment* à eleição de um ex-metalúrgico. O *impeachment* de Collor, assim, rompe com os grilhões da ditadura e de uma direita totalmente descompromissada com questões sociais; uma direita a qual, ainda que no controle do poder do país, não encontrava mais respaldo social absoluto no discurso que a orientava, direita esta que precisaria ser sensível a pelo menos algumas demandas da sociedade para se conservar no poder. Os efeitos de sentido de resistência promovidos pela esquerda, com o *impeachment*, estabeleciam uma nova ordem discursiva em disputa no Brasil, e romperia com o longo "inverno discursivo" posto pela direita desde 1964.

É preciso diferenciar, agora, *acontecimento discursivo* de *discurso fundador*. Já vimos do que aquele se trata; o discurso fundacional, entretanto, "instaura uma nova ordem de sentidos", sendo ele "um momento de significação importante, diferenciado" (ORLANDI, 2001b, p. 13). Por isso, não entendemos a eleição de Dilma, ex-ministra e sucessora de Lula, como um *acontecimento discursivo* em si: se tratássemos do ponto de vista do discurso feminista, certamente assim o seria, por ser tratar de algo diferenciado (a primeira mulher Presidenta da República); sob o ponto de vista de poder político e de governo, contudo, Dilma, embora organize novos saberes e dizeres, alinha-se à formação discursiva dominante na política à época – a formação discursiva que, mesmo inserida num contexto de neoliberalismo brando, ainda reclamava sentidos discursivos de fortalecimento do trabalho, materializados nas políticas sistemáticas de inclusão social, de valorização do salário mínimo e da formalização do trabalho das domésticas, por exemplo. Todos esses novos saberes e dizeres, que se dão no governo Dilma, estão em conformidade com a FD da era Lula. Por isso, entendemos que, mesmo que ela tenha sido a primeira mulher a ocupar a presidência, tínhamos um acontecimento histórico de relevância, mas não uma nova ordenação discursiva, e sim sua continuidade.

A partir de junho de 2013, contudo, já no contexto da Operação Lava Jato e da acirrada eleição de 2014, o discurso hegemônico das eras Lula e Dilma passa a ser contestado. Quando se torna uma realidade inconteste, naquele 17 de abril de 2016, o *impeachment* de Dilma apresenta-se como novo *acontecimento*, assim como o entende Pêcheux (2015, p. 16): "no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória".

O processo de *impeachment* de 2016 (o acontecimento 2) inaugura uma série de novos dizeres e práticas que buscam sustar o discurso do governo Dilma, instaurando, também, novos sujeitos históricos, o que representa uma *ruptura* em diversos aspectos;

não se trata, aqui, de uma ruptura na perspectiva revolucionária, pois a sociedade permanecia a mesma em sua raiz; mas uma ruptura com os sentidos do discurso político vigente, a começar pela formação discursiva do governo petista de então, notadamente marcada pelo socialismo democrático conciliatório, que não pregava a revolução socialista, mas tão-somente o de minorar os efeitos do capitalismo. Mesmo essa posição ambígua passa a ser questionada, remetendo a seu exterior, ao seu contrário – a rejeição a *qualquer* projeto de traços trabalhistas. Agora, a direita, que fazia oposição ao governo, passa a reclamar o lugar ocupado pela esquerda e, também, a reclamar o próprio sentido de "impeachment", historicamente colocado e posicionado no discurso da esquerda. No deslocamento de sentidos sobre o *impeachment*, nesta nova interpretação que se tem dele, há uma ruptura: a partir dela, há um novo *acontecimento discursivo*. Instauravam-se, assim, novos sentidos, novos discursos sobre o *impeachment*, diferentes daqueles referentes a Collor. O "Fora, Dilma", embora se apresente linguisticamente semelhante ao dito anteriormente a respeito de outros presidentes, pedia, na verdade, mais do que a saída da presidenta: pedia-se a interrupção de um projeto político da esquerda. Esse é um enunciado que autoriza identificar o *impeachment* como um *acontecimento discursivo*, assim como os demais gritos de "Fora!", dirigidos aos políticos de ontem e de hoje, visto que apontam para o anúncio de um novo *acontecimento discursivo* desta ordem.

No acontecimento 1, a imprensa adota uma posição de observadora ao retratar os sentidos de "impeachment" dados pelas vozes das ruas e das esquerdas que as orientavam (representadas pelos estudantes, sindicatos, políticos de esquerda, trabalhadores): pedia-se mais transparência no trato da coisa pública e maior presença do Estado, por exemplo; na fase final do processo, com as denúncias do irmão do presidente, Pedro Collor, na *Veja*, a imprensa é mais atuante e passa a orientar o *impeachment* como necessário para recompor um governo neoliberal errático e colocar em seu lugar um mais consolidado (representados nas figuras de Itamar Franco e FHC).

No segundo acontecimento, a imprensa, que já estava em campanha contrária ao projeto político duradouro do PT, é mais atuante, *reorientando* os sentidos de *impeachment*, passando a orientar, assim, as ruas; pedia-se menos Estado e mais controle de gastos públicos, por exemplo, mas também se pedia mais transparência e menos corrupção. Esses sentidos retornavam como efeito de memória (PÊCHEUX, 2014) do acontecimento 1, remontando aos sentidos veiculados no *impeachment* de Collor, *ao mesmo tempo em que outros eram inaugurados*: a consolidação da

antipolítica e do punitivismo do Judiciário, sentidos que circulavam desde 2013 e 2014, como desdobramento dos protestos de junho e da Operação Lava Jato; a aceitação e a legitimação do discurso de ódio contra as minorias; a exaltação a certo conceito de família e de Deus; a exaltação à ditadura e a torturadores, celebrados no Congresso durante a própria votação do impedimento de Dilma; o aplauso irrestrito ao mercado, que preconiza menos Estado e mais controle de gastos públicos.

Percebe-se, dessa forma, que existem elementos de saber sobre "impeachment" que retornam pela memória no acontecimento 2, mas como efeito de pré-construído (*idem, ibidem*), de já-dito, aquilo que já se disse sobre *impeachment* e que retorna de modo a ressignificá-lo, porque o acontecimento 2 difere substancialmente do 1: já expusemos que no *impeachment* de Collor os atores que reclamavam esses sentidos eram distintos; que houve uma continuidade das práticas políticas, logo, do programa econômico neoliberal por ele ensaiado, mas apenas posto efetivamente em prática após sua destituição. A oposição que clamava pelo impedimento se apresentava como os novos sujeitos históricos importantes na cena política brasileira, fazendo seus sentidos irem adentrando o discurso político-econômico no país, consolidando-se como a oposição política ao neoliberalismo e causando rupturas dentro do sentido hegemônico neoliberal de então, *fissura permitida pelo impeachment de Collor*. No processo de Dilma, por seu turno, a receita conciliatória de classes da era Lula, marcada por um reformismo fraco que buscava atender, concomitantemente, uma agenda social e neoliberal, é fortemente questionada por atores da direita (políticos, empresários – neles incluídos os da imprensa –, as classes média e alta), que reclamavam menos atenção à agenda social da era petista e um retorno ainda maior ao neoliberalismo.

Por romper com a ordem discursiva dominante de então, a qual procurava harmonizar relações inconciliáveis entre o capital e o trabalho (e, talvez, rompida exatamente porque deixava muitas lacunas e contradições para ser questionada), o *impeachment* de Dilma também representa, assim, um *acontecimento discursivo*, como ponderado por Pêcheux (2015, p. 19): um "fato novo (...) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar". Ao reorganizar o discurso; ao reorganizar os dizeres; ao desestabilizar o que estava posto e ao provocar um novo vir a ser, "impeachment", tantas vezes ensaiado, sem sucesso, contra FHC e Lula[36], ganha lastro no linguajar corriqueiro e na mobilização de seus

[36] É interessante destacar que os únicos *impeachments* ocorridos na história brasileira foram o de Collor e o de Dilma, apesar de Itamar ter tido 4 pedidos de *impeachment*; FHC, 17; e Lula, 34. Sobre o assunto,

sentidos, *discursiviza-se*, entra no discurso (portanto, na história): hoje, como desdobramento desse *acontecimento discursivo*, reclamam-se sentidos de *impeachment* como forma de retaliação, de ferramenta política de oposição, à direita e à esquerda, contra presidentes, prefeitos, governadores, ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal. O *impeachment*, antes excepcional, tornou-se hegemônico, banalizado, cuja onipresença semântica e discursiva representa uma ameaça constante a quaisquer atores envolvidos na luta política, ou, como posto por Pêcheux (2015, p. 21), estabilizado na ordem do discurso, "repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento" de 17 de abril de 2016.

2.4 A mobilização da memória discursiva para a construção do discurso do *impeachment* em 2016

Uma vez que discutimos inicialmente o papel da memória e os acontecimentos que nos propomos a analisar, intentaremos fazer a articulação dessa memória já constituída sobre o *impeachment* com o âmbito do que trabalha a Análise do Discurso. Courtine (2016) compreende o *domínio da memória* como

> **um conjunto de sequência discursivas que pré-existem à sequência discursiva de referência no seio de um processo**; **é a partir do domínio da memória que será caracterizada a formação dos enunciados e que serão analisados os efeitos que produz**, dentro de um processo discursivo, a enunciação de uma sequência discursiva determinada (efeitos de recordação, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de negação do já-dito). (p. 26). *Grifo nosso*.

Em consonância ao postulado acima por Courtine, uma vez que tomamos a materialidade discursiva "impeachment" como sequência discursiva de referência (SDr), assunto de análise também no item 3.4 deste trabalho, nosso intuito é o de investigar quais outras sequências discursivas, pré-existentes à que tomamos como referencial, são mobilizadas pelo acionamento da memória. O "IMPEACHMENT" de *Veja* em 2016, nossa SDr e enunciado matricial de sentidos, retoma o "CAIU!" da mesma revista, como noticiado em 1992 para tratar do impedimento de Collor, sendo-lhe, assim, um enunciado pré-existente, mas que organiza um mesmo saber – com o *impeachment*, cai o governo de um presidente. Por isso que, quando falamos do processo de *impeachment* de presidentes no Brasil, e ao analisarmos como se manifesta

---

sugere-se a leitura da matéria do portal *UOL*: "De 132 pedidos de *impeachment* desde Collor, ação contra Dilma é 2ª a ser aceita". Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contra-dilma-e-2-aceita.htm.

a memória neste discurso, viemos nos ancorando na história recente brasileira, que é marcada por corrupção e rupturas democráticas de toda sorte – dos eventos que desencadearam o suicídio de Getúlio, passando pelo golpe em Jango aos *impeachments* na assim chamada "Nova República".

Passados vinte e quatro anos entre o *impeachment* de Collor e o *impeachment* de Dilma, as muitas semelhanças entre as imagens e os textos acionam o papel da memória no discurso sobre o impedimento do(a) presidente. Elementos de saber das *formações discursivas* que orientam a política brasileira, na forma textual linguística e imagética, são identificados nos dois acontecimentos. Observa-se a predominância das cores verde e amarela nos protestos, o uso de símbolos nacionais, os jovens de caras pintadas ocupando o centro das fotografias na cobertura jornalística, as massas reunidas com cartazes e faixas na Avenida Paulista pedindo a saída do(a) presidente(a) (que se ponham para *fora* do Planalto e da presidência do Brasil); todos esses são elementos de saber que sustentam a formação discursiva da política brasileira nos acontecimentos dos dois *impeachments*, o que produz um *efeito de similitude* (ALMEIDA; AMARAL, 2020) entre tais acontecimentos ao serem retratados pela mídia.

Sequências discursivas inteiras retornam no movimento pró-*impeachment* da presidenta Dilma, num processo de atualidade da memória discursiva pró-*impeachment* do presidente Collor. A figura 18, a seguir, mostra bem esse funcionamento de reverberação e atualidade da memória discursiva.

Figura 18. Lê-se: "FORA DILMA, FORA PT, FORA CORRUPÇÃO"; "Anos Rebeldes. Próximo capítulo: FORA DILLMA! Impeachment Já! Ass: Povo brasileiro". *Fabio Gois, Congresso em Foco, 2016*.

"FORA DI**LL**MA" produz um sentido de aproximação entre um e outro acontecimento – retomando parafrasticaente o "FORA COLLOR" –, com o uso de dois eles (LL) no prenome da ex-presidenta, sugerindo a incorrência em práticas corruptas,

assim como o ex-presidente. Ao mesmo tempo em que aproxima os discursos que clamam pelo impedimento dos presidentes, tem-se um processo de negação da base política que elegeu Dilma Rousseff, explicitado pelo enunciado "FORA PT".

A simetria e o efeito de similitude entre Dilma e Collor produzida no discurso do segundo *impeachment* conduz a uma questão inusitada na circulação do discurso, proposta por Almeida e Amaral (2020): qual a posição discursiva do sujeito que clama o impedimento da presidenta Dilma? Seria a mesma posição do sujeito dito de esquerda que, em 1992, requisitou o impedimento do presidente Collor? Seria o sujeito dito de direita, que, em 2016, produzia um discurso de rejeição à Dilma e ao PT, mesmo quando a memória discursiva aproximava os dois acontecimentos, aproximando, logo, esquerda e direita? Diante das supostas evidências e dicotomias entre sujeitos "de esquerda" e "de direita", há quem considere que o sujeito do discurso do primeiro *impeachment* seria um e o do segundo seria outro, em posições discursivas diferentes. Mas, ao se constatar o efeito de aproximação de Dilma e de Collor produzido pelas letras **LL** marcadas como duas faixas verde e amarela, símbolo do ex-presidente Collor, Almeida e Amaral (*idem*) entendem que ocorre um deslocamento do lugar de Dilma para o lugar de Collor, e vice-versa. Assim também ocorre o deslocamento do sujeito do discurso que clama pelos *impeachments*; reconhece-se, então, que *o sujeito se desloca entre uma formação discursiva e outra*, ora política de esquerda, ora política de direita, e, nesse deslocamento, os sujeitos se confundem em termos de identidade discursiva.

Apesar de o "fora" ser uma superfície linguística parafrástica, em que apenas o vocativo muda (Collor – Dilma – PT) no encaixe sintagmático após o advérbio de lugar, *o sentido discursivo indica polissemia*: antes, defenestrava-se a política neoliberal que, entre outras coisas, confiscava a caderneta de poupança dos brasileiros; agora, a memória, no ponto de encontro daquela atualidade, pede o oposto – que se defenestre o projeto de centro-esquerda.

Nesse resquício de memória trazida pela imagem, nessas reminiscências do que foi o *impeachment*, constituem-se, também, supostos *apagamentos*: o "FORA COLLOR e o FMI", dito em 1992, como verificaremos no item 2.2, é esquecido em 2016, por exemplo: o Fundo Monetário Internacional, um dos principais órgãos do capitalismo financeiro mundial, é *silenciado* (não apagado) no retorno dessa memória. Ainda sobre a figura acima, nota-se o caráter majoritariamente branco da multidão retratada, uma tentativa de "apagamento" da participação negra que se fotografou no quadro similar de 1992. Também se apagam as cores das bandeiras vermelhas dos partidos e dos

movimentos sociais que despontavam nas imagens de antes, predominando apenas a homogênea paleta verde e amarela que compunha o ano de 2016. Há, por isso, uma estranheza nesses ecos do passado, tendo em vista que, ao mesmo tempo que recorrem a uma memória discursiva, há novos atores envolvidos, outras práticas, diferentes posições políticas em jogo. Os possíveis novos sujeitos, contudo, repetem dominações seculares do Brasil, porque se filiam aos sentidos hegemônicos de outrora e, por isso, reclamam seu retorno aos locais de poder.

> Todos têm lidado com um fenômeno que dá ao passado das sociedades um ar estranho de *déjà vu*, de algo que retorna, pelo menos aparentemente, que age como uma força subterrânea, uma repetição. **Repetição de situações, repetição de argumentos, de *slogans*, de retóricas, de citações presas em um imenso intertexto memorial de acontecimentos**: repetições de cenas, resultados, repetição das derrotas dos oprimidos, dos humilhados e dos ultrajados, **repetição de dominações**. (ROBIN, 2016, p. 41). *Grifos nossos*.

Dessa maneira, ainda que o discurso pelo *impeachment* tenha se dado em bases linguísticas e estéticas equivalentes, as histórias que nos contam estes episódios são profundamente distintas. Acionar a memória discursiva, reavivando-a na superfície da língua e do fenômeno político, funciona até determinado ponto, pois este discurso também apaga a essência do projeto que dali viria: Michel Temer não foi Itamar Franco, na mesma medida em que Dilma não foi Collor, nem o início da década de 90, quando o neoliberalismo se apresentava como solução para o Brasil, pode se equiparar ao final da década de 2010, quando do esgotamento (e, contraditoriamente, de seu posterior aprofundamento) da solução neoliberal em nosso país. Os dois processos de *impeachment* pelos quais passou o Brasil, assim, ainda que guardem algo de semelhante nas lacunas da memória, mostram-se diametralmente opostos se observadas as raízes de suas realizações. Como nos aponta Marx (2014, p. 25) em seu clássico comentário a Hegel no *18 Brumário de Luís Bonaparte*: "[...] todos os grandes fatos e todos os grandes personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes: [...] a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa".

A análise do passado e da memória histórica do Brasil aponta para um fato importante: a de que a história, sendo ela dialética, é capaz de reverberar com força no presente. Algumas coisas pareceram imutáveis em 2016, quando do golpe-*impeachmen*t de Dilma: não apenas o alto grau de polarização política, mas também os escândalos que envolvem o manejo do Estado, que só se equiparam em número com a gana da imprensa em encurralá-lo. Os discursos se modificam nas formas em que se dão, na maneira como se processam, nos nomes que recebem e com os quais se apresentam,

conforme os eventos noticiados; mas a memória discursiva que constitui, pelo interdiscurso, os dizeres da imprensa hegemônica sobre projetos potencialmente transformadores da sociedade, essa memória que reaviva a corrupção como característica do trabalhismo (e de suas variações e expressões, como o foi a era petista), e que periodicamente susta a democracia, parece permanecer intacta até hoje.

CAPÍTULO III – O GOLPE-*IMPEACHMENT* DE 2016

Neste capítulo, faremos a análise do segundo acontecimento histórico apontado em nossa pesquisa, que também representa, como sustentamos anteriormente, um *acontecimento discursivo*. O golpe-*impeachment*[37] de Dilma Rousseff, ocorrido no ano de 2016, representa uma mudança de paradigmas políticos e discursivos colocados no país desde a redemocratização, cujos desdobramentos ainda não são de todo conhecidos, por ainda estarmos vivendo sob efeito de suas consequências. Demonstraremos, ao longo deste capítulo, que os sentidos mobilizados para a ocorrência deste *impeachment* reacendem a disputa acirrada de 1992 entre os campos políticos da direita, agora na oposição, e da esquerda, tornada situação. Como consequência, os sentidos de "impeachment" passam a exibir valores desta direita: reclamam menos Estado e gastos públicos – porque o Estado, uma vez não controlado pela burguesia de sempre (nela incluída a imprensa hegemônica brasileira), passa a ser cada vez mais traduzido ao público-leitor como sinônimo de corrupção, decorrente da cobertura extensiva de escândalos das más práticas políticas que ganharam mais as manchetes na imprensa hegemônica do que as conquistas sociais do período, tornadas um assunto menor. Assim, os sentidos de "impeachment" veicularam uma carga fortemente pró-mercado e anti-Estado, uma vez que havia um entendimento de que a coisa pública era um antro de corrupção que se tornava um óbice ao desenvolvimento do país.

Para que fossem eficazmente mobilizados, estes sentidos precisaram interpelar os sujeitos a todo instante, na imprensa, a ponto, também, de interditar o contraditório – de censurar as denúncias do campo governista, o qual intentava demonstrar que, ao tentar impedir Dilma, estava-se, em verdade, impedindo-se a própria democracia através de um golpe, não mais do tipo militar, mas midiático-parlamentar. Golpe porque não havia robusta razão para o afastamento, tipificado em lei própria, mas um pretexto, verdadeira manobra constitucional para distorcer o espírito da Lei de Responsabilidade

[37] No processo de escrita dessa dissertação, o termo "golpe-*impeachment*" surgiu como que inédito. Contudo, após revisões e releituras, deparamo-nos com o termo "*Impeachment/Golpe*" como colocado por Sobrinho (2018, p. 596), cujas reflexões realizadas, tanto em sala de aula quanto textualmente, certamente ocuparam espaços de memória e cujo retorno nos influenciou, ainda que inconscientemente, a optar pelo termo aqui adotado: "Entre a disputa de sentidos *Impeachment/Golpe*, optamos, nessas redes de sentidos discrepantes e contraditórios, por denominá-lo de Golpe, ou ainda, o Golpe que foi discursivizado como *impeachment*. [...] Estamos aqui trabalhando na contradição do discurso. Não se trata de um processo lógico-linguístico (ou *impeachment* ou Golpe), mas sim das determinações históricas dos sentidos e dos sujeitos em suas condições materiais de reprodução/transformação". Grifos do autor.

Fiscal (LRF), aplicada retroativamente, o que não faz sentido. Na verdade, nenhum aspecto técnico fazia sentido: o sentido de "impeachment" e seus efeitos eram incitados não por técnica, mas por expurgo e por mobilização das massas. E isso tornou a cena confusa inclusive para os próprios meios de comunicação pouco simpáticos ao governo petista, como a *Folha de S. Paulo*, que, em editorial de três de abril de 2016, a apenas duas semanas do golpe-*impeachment*, reconheceu a debilidade do processo e a falta de evidência de crime de responsabilidade, exigida pela Constituição para decretar o impedimento:

> Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que faltem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva. (*Folha de S. Paulo*, 2016).

Ao não dar espaço para a tese governista, a imprensa ganha a batalha discursiva, mas não sem contestação: a tensão constante entre "golpe" e "impeachment" se fazia sentir pela polarização política do país, disputa que ocorria no próprio discurso – tanto na língua, que não conseguia estabilizar totalmente "impeachment", deixando "golpe" escapar, ainda que sob aspas, quanto nas práticas sociais que a língua ensejava: a população, agora acrescida de uma "nova classe média" que aspirava valores da classe dominante, constantemente interpelada pela mídia, aprendia também a ir à rua como forma de luta política. Demandava-se, em grandes contingentes, o *impeachment*, havendo também uma parcela aguerrida da sociedade civil e da classe política que não deixava de ocupar as ruas para evidenciar o caráter de ruptura democrática que se vivia. Ao reclamar os sentidos de "impeachment" e de "golpe", entendemos, consoante Perini (2019), que houve uma batalha por sentidos, localizados no que o autor denomina de "sítio bélico de significância" no próprio discurso jornalístico, materializado, por fim, na votação do golpe-*impeachment* e nas manifestações que se deram na frente do Congresso Nacional.

As bases nas quais se dão os acontecimentos históricos dos *impeachments* brasileiros, assim, são muito distintas: no primeiro, houve maior consenso social em torno da validade da questão e participação ativa da imprensa *durante* o processo; no segundo, procura-se construir o consenso social *a priori*, com a participação da imprensa hegemônica atuando previamente pelos sentidos de *impeachment* – ou, ao menos, contra o governo petista –, através da exposição seletiva e/ou panfletária de casos de corrupção de um partido, à revelia das conquistas sociais obtidas no período.

Se Collor inaugurou o uso do expediente legal do *impeachment* no Brasil, foi com Dilma que este artifício passou a ser intensamente mobilizado na imprensa como prenhe de sentidos desestabilizadores da democracia, uma vez que, diferentemente de Collor, eleito com um programa neoliberal forte, Dilma foi apeada do poder justamente por não implementar radicalmente o ideário neoliberal, que previa, por exemplo, a drástica redução de direitos trabalhistas que ora se vivencia. Em substituição ao golpe clássico de tipo militar, o *impeachment* se constitui como um novo tipo de instabilidade (SINGER, 2018), caracterizando-se como um mecanismo semiparlamentarista de derrubada de governos de cunho progressista usado pelas elites, dentre as quais as mídias, para exercer pressão em relação a estes governos. Este é um dos novos sentidos adquiridos por "impeachment". A democracia, ainda que sob ameaça, não se dissolveu por completo, como nos anos 1960 e 1970. Mas com a emergência de sentidos punitivistas nascidos, também, neste *impeachment*; com a vitória da extrema direita em 2018; com as sucessivas tentativas de recrudescimento de direitos sociais – trabalhistas, previdenciários, ambientais; com o mercado regendo todas as orientações de Estado num país carente de tudo, terá as instituições, construídas no pacto social de 1988, substância e solidez suficientes para evitar que a democracia seja impedida?

3.1 O impedimento como expediente jurídico, político e midiático

A lei 1.079/1950, conhecida como lei do *impeachment*, "define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento", conforme sua ementa. Esta lei é respaldada pelo artigo 85 da Constituição Federal de 1988, que traz basicamente o mesmo texto do artigo 4º da lei 1.079, com a adição de um parágrafo único que lhe faz referência: "Esses crimes [de responsabilidade] serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento". Publicada em 10 de abril de 1950, pode-se dizer que a lei do *impeachment* se encontra obsoleta para a complexa realidade do Brasil hodierno. Na leitura de seu quarto artigo, são elencados os crimes de responsabilidade na seguinte ordem:

> Art. 4º: São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:
> I - A existência da União;
> II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;
> III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
> IV - A segurança interna do país;
> V - A probidade na administração;

> **VI - A lei orçamentária**;
> VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;
> VIII - O cumprimento das decisões judiciárias (Constituição, artigo 89).
> *Grifo nosso*.

Em se tratando do inciso VI, há um capítulo, também de número VI, intitulado "Dos crimes contra a lei orçamentária", em que se lê:

> Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:
> 1 - Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da República dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa;
> 2 - Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;
> 3 - Realizar o estorno de verbas;
> 4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da Lei orçamentária.

Afora as polêmicas envoltas no período que precedeu, transcorreu e sucedeu o golpe-*impeachment* de Dilma, o processo como um todo tornou-se ainda mais nebuloso por não encontrar, explicitamente, nesta legislação específica que trata do impedimento e do que o configura, o crime de responsabilidade fiscal no qual a ex-presidenta havia supostamente incorrido, havendo a necessidade jurídica de se recorrer às leis orçamentárias apensas para justificar seu afastamento (LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual), dispositivos jurídicos que mudam a cada ano através dos avais dos tribunais de contas e do Congresso. O discurso favorável ao *impeachment* recorria menos à Constituição e à lei especial do caso (basicamente utilizadas para garantir um verniz ritualístico formal no âmbito jurídico) e mais às hermenêuticas jurídicas diversas, não pacificadas, saliente-se, sobre tal remédio legal. Ademais, a comissão de *impeachment*, os senadores, as testemunhas, os pareceres de técnicos, os ministros do Tribunal de Contas da União, os advogados de defesa e de acusação – todos os envolvidos neste longo e complexo processo recorriam em demasia a exercícios retóricos, na tentativa de construção de efeitos de sentido, usando as leis como coadjuvantes na empreitada. A aplicação *ipsis litteris* delas, desejável para garantir a segurança jurídica da questão, passou a ser esvaziada por fatores políticos externos à própria legislação.

O afastamento da presidenta teve como base denúncias na imprensa hegemônica, iniciadas por reportagens de *O Estado de S. Paulo*, envolvendo as chamadas "pedaladas fiscais", estratagemas contábeis utilizados no governo Dilma, e em demais governos, anteriores e atuais, em âmbito federal e estadual, para manter um superávit (diferença positiva entre receitas e despesas) nas contas do governo. Trataram-se, grosso modo, da edição de decretos de créditos suplementares assinados pela

presidenta, fundos que partiram de bancos públicos como BNDES e Caixa Econômica, com o intuito de garantir a continuidade de aporte financeiro que concediam créditos a programas sociais do governo de então, como o Bolsa Família, o Abono Salarial e o Seguro-Desemprego. Foi objeto de análise no caso das "pedaladas", também, os atrasos no pagamento do Tesouro ao Banco do Brasil, não assinados por Dilma. No entendimento de *O Estado de S. Paulo* (que enfatiza como o mercado financeiro, e não o povo, estava "ludibriado" pelas práticas das "pedaladas"), assim se explicava esta prática:

> A "pedalada fiscal" foi o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o INSS. O objetivo do Tesouro e do Ministério da Fazenda era melhorar artificialmente as contas federais. Ao deixar de transferir o dinheiro, o governo apresentava todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática e, assim, **ludibriava o mercado financeiro** e especialistas em contas públicas. [...] a discussão já deixou o campo econômico e foi para o campo político e judicial, nos **quais as pedaladas são vistas como um possível crime de responsabilidade fiscal**. (2015). *Grifos nossos*.

Em 7 de outubro de 2015, o Tribunal de Contas da União (TCU) reprovou, por unanimidade, as contas do governo referentes a 2014, abrindo caminho para a embalagem definitiva do *impeachment* do ponto de vista jurídico. Os juristas Hélio Bicudo, um ex-petista, Miguel Reale Jr., que participou do processo que afastou Collor, e a professora Janaina Paschoal reapresentam, uma semana depois da decisão do TCU, um novo pedido de impedimento (este, o acolhido para a abertura do processo) referente a eventos de 2015 equiparados com a contabilidade de 2014, reprovada pelo TCU. A defesa presidencial argumentaria, sem sucesso, que o TCU criminalizava práticas antes aceitas e, por isso, não seria legal aplicá-las retroativamente, por entender que se condenaria a mandatária por ações que, a seu tempo, estavam de acordo com a lei. A oposição argumentava que os atos reprovados pelo TCU atentavam contra o art. 85, inciso VI, da Constituição, visto mais acima nesta seção, segundo o qual "são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária" (BRASIL, 1988). Tinha-se uma controvérsia técnico-contábil que remetia, assim, à auditoria do TCU, a qual havia concluído que "o que se observou foi uma política expansiva de gastos sem sustentabilidade fiscal e sem a devida transparência", nas palavras do ministro do TCU Augusto Nardes, relator do processo.

Os advogados que protocolaram o pedido definitivo de *impeachment* alegavam que as "pedaladas", ou seja, os atrasos nos repasses do Tesouro aos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social), seriam o "maior dos crimes" cometidos por Dilma: aos quase dois bilhões de reais (R$1740,5 milhões em valores a receber do Governo Federal) alocados nos programas sociais do governo, devidos pelo Tesouro a esses bancos, já que estavam atrasados para que não constassem da dívida pública, somar-se-ia 1,8 bilhão de reais através da edição de quatro decretos de créditos suplementares no segundo semestre de 2015, supostamente ilegais por não terem sido aprovados pelo Congresso (SINGER, 2018). 70% dos recursos dos créditos foram destinados a gastos do Ministério da Educação, verbas encaminhadas a pedido de "mais de cem universidades, institutos, hospitais universitários e outros órgãos" (*ibidem*, p. 225). O discurso jurídico e técnico, que apenas focava nos decretos e nas pedaladas que atentaram contra prazos e limites até então aceitos pelos próprios tribunais, deixava de lado o caráter da alocação desses recursos, silenciando o fato de que os recursos financeiros estavam sendo dirigidos aos programas sociais existentes, que contemplavam direta ou indiretamente o trabalhador; o foco, contudo, era na irregularidade do que a imprensa hegemônica apelidou de "contabilidade criativa", esta, sim, passível de crime de responsabilidade.

Acuado, o governo petista, que havia se aliado com partidos os mais espúrios na prática política brasileira para se manter no poder, corroía-se perante a opinião pública e com a própria base que lhe permitia governar. Havia rompido com Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara, apesar da tentativa do ex-presidente Lula de não tocar a investigação contra o deputado no Conselho de Ética, por ocasião da descoberta de contas secretas na Suíça em seu nome. O vice-presidente, Michel Temer, também do então PMDB, é tornado articulador político do governo – posição que, de fato, faz com competência, mas *contra* o governo do qual fazia parte e em favor de seu próprio projeto e sobrevivência política. Aproximando-se de José Serra (PSDB), um dos principais oposicionistas históricos do PT, e dos partidos clientelistas de centro do Congresso Nacional, em 29 de outubro de 2015 o vice-presidente lança um programa intitulado "Uma Ponte para o Futuro", o qual diz, basicamente, que a Constituição de 1988 força gastos sociais com os quais o país não tem como arcar, sobretudo em momentos de crise e de recessão – "em outras palavras, a ideia de que a Constituição não cabe no orçamento" (SINGER, 2018, p. 175).

Em consonância com a austeridade neoliberal do PSDB, a "Ponte" defendia mudança de regras constitucionais que acabassem com a vinculação obrigatória de despesas, impondo-lhes limites (o que viria a se concretizar com a aprovação da "PEC da morte", a Emenda Constitucional 95/2016, que impôs um teto de despesas e

congelou os gastos com saúde e educação por vinte anos). Além disso, a "Ponte" defendia uma Reforma da Previdência (concluída já no governo de extrema direita eleito em 2018) que aprovasse idade mínima para a aposentadoria e desindexação dos benefícios em relação ao salário mínimo e uma "reforma" trabalhista que propusesse a "flexibilização" da CLT e aumentasse as categorias que poderiam ser terceirizadas (até então, apenas atividades-meio poderiam ser alvo da terceirização). Este receituário conquistaria os empresários: apesar de Dilma ter recuperado parte do diálogo com o capital ao nomear Joaquim Levy como seu Ministro da Fazenda, promovendo um ajuste fiscal, o apoio empresarial ao *impeachment* só crescia, dadas as vantagens que a "Ponte" apontava para esta classe, em detrimento dos trabalhadores.

Sob o pretexto das "pedaladas", Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados e a quem o PT terminou por não oferecer apoio contra a cassação de seu mandato no Comitê de Ética da Câmara (o que lhe custaria o cargo apenas no pós-*impeachment*), dá abertura ao processo em dois de dezembro de 2015. Em 14 de dezembro, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) foi a primeira entidade empresarial relevante a declarar publicamente o apoio ao *impeachment* (SINGER, 2018). Somando-se a ela, paulatinamente a maioria do empresariado nacional iria se posicionar publicamente pelo impedimento. Estas forças políticas e econômicas se somam, nas ruas e nas redes, no domingo, 13 de março de 2016, quando ocorria a maior manifestação pró-*impeachment*, amplamente divulgada na imprensa.

Após a votação favorável ao prosseguimento do processo ao Senado, realizada pela Câmara em 17 de abril de 2016, a presidenta é temporariamente afastada de suas funções até o julgamento político oficial realizado pela segunda casa legislativa federal, em agosto do mesmo ano. Neste ínterim, instaurou-se uma comissão de *impeachment* com o intuito de que oferecesse laudos técnicos sobre o imbróglio que envolvia as "pedaladas". O *Jornal Nacional* noticiou as conclusões a que chegaram os membros da comissão em 27 de junho de 2016, quando o processo de *impeachment* já transcorria seu terceiro mês. Na matéria, transcrita no portal *G1*, informava-se que

> A comissão do *impeachment* recebeu nesta segunda-feira (27) o resultado da perícia nos documentos do processo. **Os técnicos concluíram que as chamadas pedaladas fiscais não tiveram a participação da presidente afastada**, mas foram ilegais, e que os decretos suplementares foram resultado de ação direta de Dilma Rousseff. [...] Na operação, o governo teve que pagar R$ 450 milhões de juros para o Banco do Brasil pelos atrasos nos repasses do Plano Safra. **Mas, no caso das pedaladas, os técnicos não identificaram participação direta ou indireta da presidente afastada nos atrasos dos pagamentos**. (G1, 2016). *Grifos nossos.*

Mesmo inocentada no quesito das "pedaladas", a presidenta foi processada sob esse pretexto, do ponto de vista meramente jurídico. Contudo, no campo retórico do direito, da política e do discurso, encontraram-se outras explicações para afastá-la que não as "pedaladas", razões que, mui frequentemente, fugiram à órbita do objeto jurídico em questão, abrangendo desde a conjuntura total do governo que emanava má gestão e falta de apoio, aos escândalos de corrupção em que o partido e o governo se encontravam envolvidos, à assinatura da presidenta em decretos que concediam créditos a bancos públicos (que não configuravam tecnicamente as famigeradas "pedaladas"), prática corriqueira também entre seus antecessores. Fica claro que a "pedalada fiscal" não encontra, explicitamente, suporte jurídico na referida lei, necessitando de referência à lei orçamentária, ela mesma dúbia. A materialidade linguística "pedalada", porém, ganhou dimensão discursiva maior do que apresentava, englobando uma série de fatores outros que justificavam o afastamento da mandatária, menos a natureza própria da ilegalidade da "pedalada" (não) cometida pela presidenta, conforme oficialmente atestado.

A leitura do artigo 52 da Constituição Federal de 1988 faz com que mais dúvidas sejam suscitadas a respeito da natureza idônea e republicana que levou a cabo o *impeachment*. Em seu *caput* e respectivo inciso 1º, o referido artigo entende que "compete privativamente ao Senado Federal processar o Presidente e o Vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade", destituindo-os do cargo e/ou perdendo seus direitos políticos para exercer cargos futuros. A leitura de seu parágrafo único dirá:

> Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará [no processo de *impeachment*] como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, **à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública**, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis. *Grifo nosso*.

Todos os ritos jurídicos foram exemplarmente atendidos no processo de 2016. De modo absolutamente kafkiano[38], contudo, apesar da perda do cargo, a ex-presidenta Dilma não foi inabilitada politicamente, conforme nos orienta as sanções previstas pelo referido artigo, diferentemente do que ocorreu com Collor, que perdeu seus direitos políticos por oito anos. Um dos parlamentares que votou pelo impedimento, Acir Gurgacz (PDT), senador por Rondônia, inclusive, protagonizou um momento de muito

[38] Fazemos aqui referência à obra de Franz Kafka, "O processo", na qual o protagonista, Josef K., é alvo de um processo judicial longo, incompreensível e cujo crime não é especificado.

estranhamento a respeito deste processo[39], afirmando, em rede nacional de televisão, que havia certeza que Dilma precisava ser destituída do cargo por "falta de governabilidade", apesar da "convicção de que não há crime de responsabilidade neste processo". O verdadeiro caráter do *impeachment*, nesta afirmação, não poderia ser mais claro, ao contrário da turbidez que sacramentou todo o longo processo de impedimento em 2016.

A questão das "pedaladas fiscais", assim como todo o processo de *impeachment*, caminhou por sobre um terreno pantanoso, pois este quesito não encontrou unanimidade entre os juristas e em outros setores da sociedade, como observamos antes. Cabe salientar, ademais, que, tão logo Michel Temer, vice da presidenta impedida, assumiu o poder, o mesmo Senado que a julgou por conta das "pedaladas" as tornou permitidas. É o que se constata, por exemplo, da leitura da matéria do portal *IG*, de dois de setembro de 2016: "Dois dias após *impeachment*, Senado aprova lei que permite pedaladas fiscais", em cujo subtexto, lê-se: "Senadores votaram a favor da flexibilização de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional, principal argumento para o *impeachment*".

Compreendido o viés jurídico-político do *impeachment* de Dilma, precisamos retomar o olhar da imprensa hegemônica sobre ele. Nela, o impedimento de Dilma se deu muito antes do processo em si – deu-se na cobertura das manifestações, que demonstravam falta de apoio popular, nas entrevistas com os empresários, que não viam ambiente econômico possível com Dilma no poder, no estado de urgência comunicacional, que cobria delações premiadas da Lava Jato, incriminando petistas e aliados do governo, a semi-prisão de Lula em março de 2016, os erros táticos do governo (como na tentativa frustrada de Dilma de nomear Lula como seu Ministro da Casa Civil).

A imprensa hegemônica, em verdade, vinha construindo um *impeachment* como um impedimento do projeto político de esquerda, desde o primeiro malfeito em que se via envolvido o PT, com o "mensalão", em 2005. Ele mesmo uma materialidade muito significativa – um escândalo de corrupção tão grande que precisa de um aumentativo para dar dimensão de seu efeito –, este episódio talvez tenha sido o início do

[39] Gurgacz (PDT-RO) foi entrevistado pela TV Senado logo após o término do processo de *impeachment*, afirmando: "Olha, não foi fácil, porque é uma decisão que impacta no nosso país. **Nós temos a convicção [de] que não há crime de responsabilidade fiscal nesse processo**, mas falta governabilidade. **E a volta da presidenta nesse momento poderia causar um transtorno ainda maior na economia brasileira**". *Grifos nossos*.

impedimento tecido pela imprensa ao petismo. Singer (2018, p. 232) atesta que "a ética republicana não é monopólio de nenhuma corrente ideológica, porém na esquerda se associa ao princípio da luta contra os privilégios. Ao surgirem evidências do envolvimento da esquerda com a corrupção, os partidos são atingidos por uma contradição interna insanável". A repulsa pelo PT, especialmente por parte da classe média tradicional, de quem era eleitora, inicia-se aí, com uma decepção ética com o partido. A imprensa iria explorar esse sentimento, exaustivamente: em 2005 com o "mensalão"; em 2006, contra a reeleição de Lula; em 2010, na campanha de Dilma; em 2012, quando do julgamento do "mensalão"; nos protestos de junho de 2013; e novamente em 2014, na reeleição de Dilma, já no contexto da Lava Jato. Finalmente, o *impeachment* se colocava como uma realidade, pois havia um braço no Judiciário (quem controla os processos de denúncia, investigação e punição) que retroalimentaria o discurso da imprensa.

Singer (2018) assevera que o Paraná, berço do lavajatismo, "é uma das unidades da federação onde há maior influência da classe média" do tipo tradicional, aquela em que a classe operária não se via tão presente, como em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Formada na pequena propriedade privada e na maciça presença de imigrantes estrangeiros, a classe média paranaense constituía-se com "um éthos particular" (*ibidem*, p. 241). Os agentes da Lava Jato têm uma trajetória típica desta classe média, estabelecidos desde a geração anterior. Sérgio Moro, por exemplo, é filho de um casal de professores e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); o procurador Dallagnol, também filho de procurador, fez mestrado em Harvard. Este conjunto de razões leva o cientista político a levantar a seguinte questão:

> Observado o perfil, faz sentido pensar que se trata de um "tenentismo togado" – ou seja, um movimento de jovens, com nível técnico-profissional destacado do resto da sociedade, e que se mobiliza em favor da moralização dos costumes políticos, intervindo sobre a política a partir de uma corporação externa a ela. [...] O combate ao lulismo, identificado como centro da corrupção, foi o âmago. A tendência ao choque entre corporações de classe média e as formações populares é conhecida [...]. A partir daí [da decepção com o PT em 2005, pela cobertura do mensalão], da mesma maneira como o tenentismo esteve na base da formação da UDN, são nítidas as afinidades eletivas entre os "tenentes togados" de 2005-15 e o PSDB. (SINGER, 2018, p. 242).

Já havíamos explicitado, no início de nosso trabalho, no item 1.3.1, que trata das condições de produção amplas do discurso, como a formação de *O Globo* já nascia em contraponto ao governo de Artur Bernardes, colocando-se a favor dos movimentos tenentistas que eclodiram no Brasil desde 1922. Parece-nos natural que este

alinhamento com posições conservadoras da sociedade, ainda que esclarecidas, de alto nível técnico, seja a posição deste veículo de imprensa também no contexto da construção do impedimento das conquistas da era petista.

Os efeitos políticos da judicialização das questões políticas – logo, das questões em jogo no discurso, das questões das práticas sociais – se realizaram, em grande medida, por meio da mídia, resultando em escândalos político-midiáticos. Se com Collor a imprensa agiu mais tardiamente, com Dilma ela já vinha agindo antes, aprofundando-se ainda mais a partir do consórcio com esse segmento do judiciário brasileiro. "Desde o início, a Lava Jato estabeleceu uma potente aliança com setores da mídia, os quais em diversas oportunidades deram apoio explícito à investigação", assevera Singer (2018, p. 232). Se a Lava Jato se apresentava como um projeto político incipiente aplaudido pela mídia, em contrapartida, a imprensa tinha material suficiente para alimentar o noticiário, vendê-los, ao mesmo tempo em que intentavam pautar, uma vez mais, os destinos da condução política e econômica nacional.

A difusão massiva de que havia um esquema "lulopetista" de poder, de corrupção e de ameaças ao bem-estar da população teriam efeitos de sentido importantes na classe média, que se sentia prejudicada pelas conquistas sociais que chegavam à base da pirâmide social, mas nunca a ela. Essa ameaça era tanto mais forte no Brasil de 2015, que apresentava, como já dissemos, o que alguns chamavam de "nova classe média" – na verdade, uma nova classe trabalhadora tirada da pobreza, que ascendia pela via do consumo e de programas sociais, passando a ocupar espaços dos quais, historicamente, estava alijada de participar. Esta "nova classe" não estava obrigada a aderir às propostas da esquerda: "Como grupo em transição, tanto poderia aderir ao campo popular, de onde vem, como desviar-se dele, optando pela direção da classe média tradicional, em sua versão mais à direita e ao centro" (SINGER, 2018, p. 124).

No momento crucial do *impeachment* das eras Lula/Dilma, a nova classe trabalhadora não foi mobilizada – nem havia meios de isso acontecer, pois não houve um trabalho de mobilização cultural e comunicacional da esquerda para isso, apenas uma elevação material temporária por meio do consumo. É possível que, sendo constantemente interpelados pela imprensa na direção à direita, com suas propostas neoliberalizantes, os indivíduos (sendo interpelados em sujeitos, lembremo-nos) tenham aventado o universo da classe média como objeto de desejo, movendo-se por meio da elevação educacional e de renda, valores da classe média tradicional. É preciso

observar, também, que esta nova classe trabalhadora ocupava mais as cidades, locais onde se concentram mais postos de trabalho no setor de serviços (atendimento ao cliente, comércio, recepção, ensino, estética etc.), e não nas indústrias, onde se formaram as classes operárias do trabalhismo petista. Colocados em contato com as classes médias tradicionais e altas, as principais consumidoras destes serviços, não descartamos a hipótese de que "os indivíduos podem desenvolver identificações com o lugar social para o qual querem ir, e não com o terreno de onde provêm" (SINGER, 2018, p. 125).

O *impeachment*, assim, apresentava-se como um teatro midiático indiferente às ambições e aos horizontes da maioria dos brasileiros. Aqueles tradicionalmente à direita teriam razões a comemorar; à parte majoritária da população, restava ocupar o espaço de massa amorfa a ser mobilizada ao sabor dos ventos políticos e do discurso dominante. Era o fim do protagonismo do discurso de fortalecimento do trabalho no poder.

3.2 Política de silêncio e tensão discursiva entre as materialidades "golpe" e "impeachment"

No dispositivo teórico até aqui apresentado, vimos que a formação discursiva define, conforme uma vez mais a lição de Pêcheux (2014a), "o que pode e deve ser dito", determinando, assim, o próprio dizer. Contudo, ao estabelecer o dito, também se observa um vínculo com o não-dito: para dizer "x" não se diz "y", ou seja, para que o sentido de "x" se estabeleça, é necessário não informar o sentido de "y", que lhe tomaria espaço de significação. Esta é uma relação constitutiva do sentido no ato de dizer, que guarda nexo com um não-dizer necessário para significar. Conforme a teoria de Orlandi (2020b), uma das formas de se trabalhar o não-dito em Análise do Discurso é através da compreensão do silêncio, entendido não como *falta* de sentido, mas, antes, como *horizonte* dos sentidos, como o indício de uma instância significativa, a iminência mesma do dizer: ele é a "matéria significante por excelência". Diz a referida autora (*idem*, ibidem, p. 31): "Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio *é*. Ele *significa*. Ou melhor, no silêncio, o sentido *é*".

Eni Orlandi (2020b, p. 23) não define o silêncio negativamente em relação à linguagem (o que ele *não* é), uma vez que o toma como constitutivo da significação (o que ele *é*): "[...] o silêncio não é mero complemento de linguagem. Ele tem significação

própria. [...] o silêncio é garantia do movimento dos sentidos". Dizer e silenciar caminham juntos, seja na iminência do dizer, seja no próprio ato de dizer (ao dizer, algo não se diz). Pensando nesta complexa relação, Orlandi (2020b, p. 24) distingue o silêncio entre: a) o silêncio fundador, "aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar"; e b) a política do silêncio, que se subdivide em silêncio constitutivo (uma palavra apaga necessariamente outras palavras no ato de dizer – para dizer "x" não digo "y") e silêncio local, que se refere à censura propriamente dita – o *impedimento* de um dizer em uma conjuntura dada. Trataremos, nesta seção, sobre este último tipo de silêncio.

O silêncio local é a manifestação mais visível da política do silêncio, pois promove a interdição consciente do dizer. Uma de suas formas é a censura, "uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos" (ORLANDI, 2020b, p. 75). Produz-se, assim, o interdito, o proibido. Não é o caso de se pensar a censura apenas em suas marcas linguísticas, mas enquanto fato discursivo, enquanto política pública de fala e de silêncio, enquanto materialidade linguística e histórica que produz efeitos de sentidos, ou melhor, *que procura disciplinar e controlar a produção de sentidos*. A censura funciona, assim, do lado da opressão: ao se proibir certas palavras, intenta-se proibir a circulação e a elaboração histórica de certos sentidos.

O funcionamento do silêncio local, entretanto, mostra-se ambíguo, uma vez que, ao censurar um sentido, através da força e da opressão, já há ali um outro sentido – o da resistência. Isso se dá exatamente porque a censura, ao promover um simulacro de silêncio fundador, age na identidade do sujeito, tentando a aniquilar; contudo, o processo de identificação não é estável, exatamente porque, nas fronteiras instáveis entre as formações discursivas, encontra-se o silêncio como "tecido intersticial" que as une. É ele quem permite, como horizonte e como matriz fundadora da multiplicidade dos sentidos, que o sujeito, uma vez obrigado a se silenciar, depare-se com este silêncio fundador, com esta iminência do dizer, e passe, assim, a se identificar com outros sentidos que não os ditados pela proibição: a própria censura o empurra à condição de, em silêncio, observar outros sentidos, produzir outros sentidos. Como asseverado por Orlandi (2020b, p. 118): "Na proibição está o 'outro' sentido. Na censura está a resistência. E isso porque [...] a censura atinge a constituição da identidade do sujeito. A identidade, por seu lado, sempre em movimento, encontra suas formas de manifestação, não importa em que situação particular de opressão".

Nessa perspectiva, todo autoritarismo procura impor um só sentido para toda a sociedade. É o impedimento em sua forma mais clara, visível, manifesta: sem sutilezas, é a feição da política do silêncio que não tem como intuito apagar um não-dito como forma de se constituir um dito; não se trata, então, do silêncio constitutivo, em que se diz "x" e não se diz "y"; mas do silêncio local, aquele que *obriga* o sujeito "a dizer 'x' para não deixar dizer 'y'" (ORLANDI, 2020b, p. 81). Para diferenciar estes dois modos de política do silêncio sobre os quais estamos tratando, a autora nos oferece um exemplo do que seria um silêncio constitutivo: ao falar em "Nova República", apaga-se o fato de que, antes deste regime, tínhamos uma ditadura. Diz-se "Nova República" para não dizer "ditadura", tomadas respectivamente como o "x" e o "y" com os quais vínhamos ilustrando nossa argumentação. Não se obriga a apenas dizer "Nova República" ou a não dizer "ditadura" – apenas se silencia o temeroso período em que a república era uma ditadura, e dela surgiu algo novo, uma república nova. O sentido de "x" – de que algo novo surgiu e se constituiu como república – se dá, assim, no silenciamento de "y".

Apesar de Orlandi (2020b) tratar de um silenciamento constitutivo para diferi-lo do silêncio local, entendemos que é problemático ter-se a necessidade de silenciar a ditadura para designar a "Nova República", pois, ao silenciarmos a memória da ditadura, silenciam-se, também, os sentidos perversos que a constituíram – e que não deveriam ser esquecidos, uma vez que se corre o risco de, em não os conhecendo, serem repetidos. Por isso, procuramos equivocar este dizer, este silenciamento constitutivo, buscando sempre colocar a designação "Nova República" entre aspas ao longo deste trabalho, numa tentativa de marcar nosso distanciamento com a naturalização deste termo. Passaremos a analisar este assunto sob outro prisma, a fim de apontar a posição tomada pela imprensa hegemônica ao se referir ao golpe de 2016. As aspas, no caso em tela, vão servir como mecanismo silenciador; contudo, diferentemente de "Nova República", servirão mais ao silêncio local que ao constitutivo. Senão, vejamos.

O silêncio local (a censura) atua de modo distinto do constitutivo: o regime ditatorial militar inaugurado em 1964, ao insistir em chamar aquele movimento de "revolução", interditava, assim, o sentido de "golpe" – obrigava-se a dizer "revolução" para não dizer "golpe". Fato discursivo similar retorna, pela via da memória, em 2016, quando da discussão do *impeachment* da presidenta Dilma: a imprensa hegemônica, mesmo em face das muitas irregularidades que viciaram aquele processo, opta por chamá-lo de "impeachment", *censurando* a circulação de "golpe" nas manchetes e nos

textos que observaremos. Esta tensão discursiva representa um silenciamento dos sentidos que "golpe" poderia produzir se tal discurso circulasse, o que ia de encontro aos interesses corporativos do segmento midiático naquele momento.

A *Folha/UOL*, alinhada ideológica e discursivamente a demais meios de comunicação hegemônicos, como *Globo* e *Veja*, põe em circulação discursos que apontam que a saída para a crise político-econômica instalada no governo Dilma desde o ano de 2014 seria a própria saída da presidenta via *impeachment*. A falsa premissa desse discurso passa a ser normalizada e não questionada. Inclusive, quando forças democráticas apontam que, sem crime de responsabilidade fiscal o que ocorre é, em verdade, um golpe, a mídia opta por colocar este termo sempre entre aspas, não o adotando oficialmente. É o que ocorre, por exemplo, no editorial de 1º de setembro de 2016, um dia após a formalização do afastamento de Dilma da presidência, em que a *Folha* diz:

> O processo decorreu em estrita obediência à Constituição, assegurado amplo direito de defesa e sob supervisão de suprema corte insuspeita. As acusações de fraude orçamentária, porém, embora pertinentes enquanto motivo para *impeachment*, nunca se mostraram irrefutáveis e soaram, para a maioria leiga, como tecnicalidade obscura – e, para uma minoria expressiva, como pretexto de um **"*golpe parlamentar*"**. *Grifo nosso.*

Recorremos uma vez mais à Orlandi (2001a, p. 112-116) para pensarmos nas aspas como mecanismos de pontuação significantes no discurso, especialmente no contexto da divisão de sentidos que aqui estamos discutindo:

> [...] a pontuação atesta um duplo trabalho do simbólico: se, de um lado, ela é marca – traços empíricos, signos diacríticos – de outro, ela indica a textualização do discurso, sendo assim índice de sua materialidade, ligando o real ao imaginário [...]. **A pontuação serve para marcar divisões, serve para separar sentidos, formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual**. *Grifo nosso*.

No caso em análise, temos a divisão de dois sentidos: o de "impeachment", adotado pela imprensa hegemônica; e o de "golpe", que revela, no próprio discurso jornalístico, a presença de outros sujeitos desse dizer, i.e., Dilma e seu governo, o Partido dos Trabalhadores, os eleitores do projeto político de esquerda etc. Para distinguir-se deste outro sujeito, da *formação discursiva* em que se inscreve e do sentido que reclamava, a mídia opta por colocar o termo entre aspas, marcando, assim, seu distanciamento desse sentido, buscando isolá-lo, torná-lo impreciso, ruidoso, ou, como dito no editorial acima transcrito, pretexto "[...] para uma minoria expressiva [...] de um 'golpe parlamentar'" (FOLHA de S. Paulo, 2016).

Para Jaqueline Authier-Revuz (1990, p. 28) o discurso é heterogêneo, pois "sempre sob as palavras, 'outras palavras' são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia (discursiva), se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso". Em sua teoria, a presença do *Outro* (o inconsciente, local da linguagem e dos significantes) e do *outro* (correspondente ao interlocutor, à alteridade) no próprio discurso marca uma heterogeneidade tomada como fundante. Esta heterogeneidade pode ser mostrada e marcada – tal é o caso das aspas, uma heterogeneidade marcada explicitamente no fio do discurso.

As aspas desenvolvem um importante papel na marcação do discurso do outro com diferentes funções no plano enunciativo. A partir do que Authier-Revuz propõe, Koch (2003, p. 69) faz a seguinte síntese:

> Authier distingue diversas funções das aspas nessa operação de distanciamento: ***aspas de diferenciação*** **(para mostrar que nos distinguimos daquele(s) que usa(m) a palavra, que somos "irredutíveis" à palavras mencionadas)**; *aspas de condescendência* (para assinalar uma palavra que se incorpora 'paternalisticamente' para saber o que o interlocutor faria assim); ***aspas pedagógicas*** **(no discurso de vulgarização científica que assinalam frequentemente o uso de termos ou expressões vulgares como um passo intermediário para permitir o emprego posterior da palavra "verdadeira", correta à qual o locutor adere)**; *aspas de proteção* (para mostrar que palavras ou expressões usadas não são plenamente apropriadas, que estão sendo empregadas no lugar de outras, construindo, muitas vezes, metáforas banais; *aspas de ênfase ou insistência*; ***aspas de questionamento ofensivo ou irônico*** **(quanto à propriedade de palavra ou expressão empregada pelo interlocutor por prudência ou por imposição à situação)**. *Grifos nossos*.

Percebemos que as aspas usadas para marcar a posição da imprensa hegemônica sobre o golpe de 2016 se enquadram no que Authier-Revuz e Koch (1990;2003) categorizam como *aspas de diferenciação*, *aspas pedagógicas*, e *aspas de questionamento ofensivo ou irônico*. Há uma não hierarquia na utilização destas categorias de aspas, que concorrem em funcionamento para que sejam, por fim, o que propomos chamar de *aspas silenciadoras*.

Primeiramente, compreendemo-las como *aspas de diferenciação* porque marcam a distinção entre uma formação discursiva e outra – a da imprensa hegemônica, alinhada à *formação ideológica do capital*, aceita "impeachment", mas precisa distinguir-se da FD do discurso de fortalecimento do trabalho, que é marcadamente distinta em **"**golpe**"**. O discurso jornalístico tem um "tom didático", "pedagógico", que passa a ilusão do jornalismo-verdade (MARIANI, 1998); por isso, também compreendemos que são *aspas pedagógicas*, já que a imprensa está assim corrigindo o "verdadeiro" sentido de

"golpe", tal qual um professor corrige um aluno. Finalmente, são também elas *aspas de questionamento ofensivo ou irônico*, como demonstrado pela *Folha de S. Paulo* em seu editorial.

Nesta tensão discursiva entre as materialidades "golpe" e "impeachment", prioriza-se o discurso jurídico, que é da ordem do direito burguês, chamando o evento de 2016 de "impeachment". A construção do consenso na mídia se dá em torno da nomeação do processo em curso como de ordem meramente burocrática e formal, não o nomeando como uma ruptura democrática; "impeachment", embora reconhecido como um remédio amargo pela própria *Folha de S. Paulo*, parece atender mais aos requisitos técnico-jurídicos que sustentam a matriz de sentidos estruturantes da Formação Discursiva do Capital. E, em assim marcando a materialidade "golpe" com aspas, opera-se um silenciamento do sentido que ele pode tomar – as *aspas* são *silenciadoras* exatamente porque buscam silenciar, *com intencionalidade* (e, portanto, sustentamos ser este um silêncio local), o sentido de um golpe de Estado em curso, um golpe de Estado que serviria ao projeto do capital. Portanto, este sentido não pode ser desvelado; precisa ser silenciado, para que "impeachment" se torne o sentido naturalizado e hegemônico.

Ao questionar a validade do termo "golpe", assim, recorre-se não só à ironia, mas também ao marcador de diferença (de sujeitos e de classes) e à "voz de autoridade pedagógica" da imprensa, que, como vimos anteriormente, tende a ser uma voz de autoridade tal qual o discurso jurídico, que lhe permitiu sua existência institucional, que lhe deu permissão de ser "porta-voz", já que o discurso jornalístico, ao se calcar pelo jurídico e ao simulá-lo, traduz a legalidade e o ordenamento jurídico burguês. Logo, ao 1) *diferenciar-se* de quem enuncia "golpe"; 2) *ensinar* o termo "correto", aspeando o impreciso; e 3) *questionar, ironicamente, a utilização/legitimação do uso do termo aspeado*, dá-se um caráter impróprio ao sentido veiculado por "golpe", um sentido tão impreciso e errôneo quanto o utilizado por aquele governo que precisava ser impedido. Essa marca de pontuação funciona, assim, como um marcador da heterogeneidade discursiva no próprio discurso jornalístico. Uma voz que precisava de ser marcada como diferente. Essa distinção marginaliza o sentido – e, ao marginalizá-lo, silencia-o, como tudo que é deixado à margem. O golpe expressou-se, também, na língua, mediante *aspas silenciadoras*, que "enclausuraram" o verdadeiro sentido do que estava acontecendo no Brasil.

Dessa forma, é possível sustentar a hipótese de que o silenciamento de "golpe" atinge o sentido pleno de "impeachment", tanto no sentido lexical de impedimento

quanto nos efeitos de sentido que produz no processo discursivo jurídico. O sentido de impedimento no discurso jurídico está conectado ao de instrumento jurídico e político pelo qual os regimes liberais desenham a limitação dos poderes de membros do Executivo. Mas o que se impede não é exatamente o exercício de uma pessoa no poder; antes, impede-se o exercício deste poder de forma que possa vir a comprometer o próprio arranjo burguês de Estado e de sociedade.

O "impeachment" se veicula na imprensa a partir de uma posição que o significa como impedimento pessoal ou de uma prática ilícita, apontando apenas para o sintoma, o patógeno ou o malfeito, mas não para a moléstia: o modo de produção capitalista, a primazia do mercado e da acumulação de bens sobre a vida e a sociedade. Impedia-se Collor, impedia-se Dilma – mas não se impedia a estrutura profunda, a essência de uma sociedade que se organiza a partir do capital, da produção, da acumulação e de sua reprodução – do confronto fundamental existente entre capitalistas e trabalhadores, ou seja, entre quem detém a posse dos meios de produção e quem não as detém. Por isso, compreende-se por que uma imprensa intimamente associada às engrenagens de funcionamento do capitalismo (que, para existir e sobreviver financeiramente como mercadoria *precisa fazer do jornalismo um produto*) precisou enunciar um discurso jornalístico que apresentasse o sentido de *golpe* como aspeado, como dito-por-outro, não como um fato.

"Golpe", assim entre aspas, embora simule a obediência à gramática normativa que as prescreve na citação de discurso direto, deslegitima a posição da formação ideológica do trabalho, também a isolando, sem encontrar lastro em outras vozes da sociedade; confere, ademais, um caráter irônico e impreciso à palavra, que a imprensa, uma voz de autoridade na explicação e na veracidade dos fatos, trata de corrigir e chamar pelo nome "certo": *impeachment*.

Silencia-se "golpe" para legitimar e consolidar o "impeachment": silencia-se quem denuncia o golpe – as esquerdas, os sindicatos, os intelectuais, os estudantes – enquanto se discursiviza *impeachment* da forma como entendem a direita, os altos funcionários do Judiciário, os empresários e os industriais. Silenciam-se os sentidos de "golpe" que denunciavam os reais motivos para a tomada de poder – a implantação de uma agenda econômica de diminuição de direitos sociais em um contexto de crise do capital. Silenciam-se os sentidos que partiam em direção antagônica à hegemonia dos sentidos midiáticos e políticos que normalizaram o *impeachment*; as aspas da imprensa

hegemônica em “golpe” e o pouco espaço para debatê-lo foram formas de engendrar o impedimento da produção de todos estes sentidos, de *censurá-los*.

Em assim fazendo, também se impedia a posição de reformismo fraco das eras Lula e Dilma, o qual “tem conteúdo perigoso, uma vez que tende a diminuir lentamente o limbo [a pobreza]” (SINGER, 2018, p. 24). Ainda que não houvessem provocado uma mudança de base nessa sociedade e em seu modo de produção, os sentidos das eras Lula/Dilma, ao promover a inclusão dos pobres na agenda do país (mediante bolsas, cotas, crédito e consumo,) provocaram cisões no modo de reprodução do capital – e isto, por si só, acende um sinal de alarme no sistema, que age para retirar de cena quaisquer ameaças que criem condições objetivas para o fortalecimento dos trabalhadores e dos laços sociais, obstáculos para a própria reprodução capitalista.

3.3 Do que se pôde e deveu dizer sobre as manifestações pró-*impeachment* na imprensa

Não se nega a atuação da imprensa nas situações em que ocorre a tomada de decisões políticas. Através de sua cobertura e editorais, os grandes jornais têm o poder de influenciar não só as deliberações na agenda econômica do país, por serem os porta-vozes dos que possuem o poder econômico de fato, mas também de influenciar a conformação do político, na medida em que ele não se adéqua aos interesses da imprensa – que, em muitas vezes, também é o interesse do próprio capital. A maneira como a atividade jornalística hegemônica se dá no mundo, portanto, está atrelada ao funcionamento do capitalismo. Como a imprensa brasileira reflete práticas empresariais, patrimoniais e familiares, com interesses econômicos em jogo, percebe-se que a própria atividade jornalística se insere em práticas históricas e sociais que delineiam o seu discurso: ele “não está dissociado da processualidade histórica e, por isso, é também espaço de luta de classes” (FLORÊNCIO *et al*, 2016, p. 104).

Já expusemos que a imprensa detém o poder simbólico de influenciar a formação da opinião pública e de orientar as decisões políticas. Para tanto, os jornais precisam cristalizar certos sentidos, operar no convencimento do leitor, ser didático e, ao mesmo tempo, colocar-se como uma voz de autoridade, trazendo argumentos irrefutáveis. Para operar seu discurso, traz outras vozes, de autoridades, cientistas, políticos, artistas, assim como dados, imagens, gráficos. Mas os sentidos não podem escapar da política do próprio veículo de imprensa nem mesmo de sua própria forma-

sujeito apresentada perante o público. O jornal é uma voz de autoridade, ainda que sob constante questionamento e ataque em tempos de redes sociais e *fake news*.

O discurso jornalístico, para atingir seus efeitos de sentido ao interpelar seu público, "nomeia, produz explicações, enfim, 'digere' para os leitores aquilo sobre o que se fala" (MARIANI, 1998, p. 60). Criando-se a ilusão de causas e consequências, ordenando o mundo e os sentidos dos fatos ocorridos, este funcionamento do discurso jornalístico interpela os indivíduos a ponto de persuadi-los, de mantê-los fiéis à linha política dominante do jornal, que pode ou não estar em consonância com a linha dominante dos ditames políticos da nação. O papel da imprensa, assim, consolida-se como importante para a democracia, para o debate plural e dissonante do dominante. No Brasil, no entanto, a imprensa tem a tendência de estar alinhada com o dominante, que é o poder econômico, e que, não raro, também está ocupando o poder político.

Como vimos no item 1.4.1 deste trabalho, a imprensa se origina no Brasil em uma época em que as estruturas coloniais ainda não haviam saído completamente de cena. O texto jornalístico tinha um tom político de contestação, de caráter opinativo, mas ainda surge de forma desorganizada, inconstante e irregular. Aos poucos, vai se conformado com a burocracia estatal da Impressão Régia e com as legislações que tratam da imprensa como uma instituição, ao longo do Império. Com a ruptura promovida com a República e com as transformações sociais pelos quais passava o país, a imprensa se rearranja para ser menos opinativa e mais objetiva, aproximando-se, assim, do discurso jurídico que lhe assegurou como instituição, adotando um modo de dizer sobre as coisas que privilegia a tipologia textual referencial[40] que é marca, também, do Direito.

Dessa maneira, os sujeitos à frente dos grupos midiáticos apresentam suas convicções denotando sobriedade e afastamento ideológico, de maneira "isenta" e "imparcial", fazendo-nos crer que os fatos noticiados não têm marcas de interpretação, de subjetividade, são apenas os fatos tais como se apresentam e assim relatados pelo jornal. Neste diapasão, Mariani (1998) entende que o discurso jornalístico é, assim, semelhante ao discurso pedagógico autoritário: o professor é quem faz a mediação entre um saber científico e um aluno que, como *tabula rasa*, sempre carece de explicações, não podendo opinar, duvidar, debater, pois o que se coloca é uma verdade

[40] A tipologia textual referencial prioriza o referente, ou seja, centra-se no contexto; o compromisso com o caráter de objetividade e de informatividade é sua principal característica, na clássica definição proposta por Jakobson (1974) sobre as funções da linguagem.

incontornável. No professor, está a verdade; na imprensa, não é diferente: os fatos falam por si, e os sujeitos midiáticos, tais quais professores, apresentam esses fatos de maneira didática para o leitor-aluno, dizendo-lhe o que é, usando-se do didatismo e de sua voz de autoridade, ensinando-lhe como pensar e interpretar o mundo, portanto. Não há um processo dialético entre leitor-imprensa, pois a imprensa coloca um sentido já-dado, já-interpretado, falando com o mundo como uma autoridade nos assuntos através do efeito ilusório da verdade e da informação.

> Em outras palavras, a instituição jornalística 'esquece' que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo previamente assegurada. [...] O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos. (MARIANI, 1998, p. 81).

Por ser ela própria uma instituição social, o discurso da imprensa tem como característica atuar na institucionalização social dos sentidos (MARIANI, 1998), contribuindo na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, mas também na construção de uma memória para o futuro. Como instituição, a imprensa se aproxima, assim, do Direito, tendendo a seguir os sentidos que também dali se institucionalizam. Também é a partir do Direito que se compõe a matéria jornalística: as grandes decisões que impactam a vida da sociedade passam pela seara jurídica em sua formatação em documentos, decretos, leis, súmulas. Normal, logo, que os sentidos jurídicos sejam acompanhados dos sentidos postos pelo jornalismo.

Nada de normal, porém, acontecia no Brasil de 2016, à beira de uma ruptura democrática. A pretensa neutralidade e imparcialidade dos meios de comunicação, nunca tangíveis, foram em grande parte postas de lado no frenético desenrolar dos acontecimentos de março de 2016. Para que fossem institucionalizados os efeitos de sentido de seu discurso sobre o *impeachment*, a imprensa continuou a adotar, na *forma* de veiculação da notícia, o tom sóbrio que lhe é característico, simulando a objetividade do Direito, trazendo "verdades inquestionáveis" sobre aquele acontecimento. Contudo, o *conteúdo* era unívoco, posto em circulação de maneira massiva, através da repetição/paráfrase e da circulação dos sentidos sobre o que se entendia pelo *impeachment* de Dilma com base no aspecto técnico-contábil da infração da lei orçamentária. O contraponto praticamente inexistia na imprensa de referência: não havendo lugar para o discurso do governo ou daqueles que entendiam haver um golpe em curso, ou seja, *em seu silenciamento*, os sentidos da formação discursiva que se

tornava dominante se instalaram e se disseminaram com maior facilidade, tornando-se, assim, de fato os sentidos hegemônicos.

Passaremos agora a analisar sequências discursivas (SDs) do *UOL* e do *G1* a respeito do *impeachment*, quando da manifestação de 13 de março de 2016, que culminou, pouco mais de um mês depois, no processo validado no Congresso nacional. As sequências discursivas em questão, quando tomadas em paralelo, revelar-se-ão como paráfrases diretas uma da outra, o que desvela o consenso midiático sobre a questão.

Lembremo-nos que o portal *UOL* é controlado pelo Grupo Folha, que também detém o periódico *Folha de S. Paulo*. Foi pormenorizado anteriormente neste trabalho que, apesar de em momentos pontuais ter agido fora do eixo ideológico de direita, a *Folha* ladeou-se fartas vezes ao espectro conservador da vida política, mormente por suas práticas patrimonialistas. A FD na qual se inscreve, portanto, está circunscrita àquelas frases e textos permitidos de serem ditos por essa posição ideológica por ela ocupada. Analisemos os elementos discursivos da matéria que cobriu os protestos do 13 de março contra o governo Dilma, a começar pelo título:

SD 1 – Brasil tem maior manifestação contra Dilma

Figura 19. Reprodução da chamada do *UOL*.

A manchete consegue epitomizar o fato de que houve protestos em todos as unidades federativas do país através do uso de “Brasil”. Ao usar este signo linguístico, um substantivo próprio, reforça-se o simbolismo de que havia uma espécie de disputa histórica entre a nação e uma presidenta que não largava o poder, dando ideia de união e totalidade de vários setores da sociedade contra a ocupante do cargo. O patriotismo, uma das marcas simbólicas dos protestos, é recuperado na manchete através deste substantivo. O texto que acompanha a manchete tem um tom comedido, mas algumas

marcas da ideologia discursiva podem ser observadas ao longo de sua leitura. Observe-se o período inicial, que diz:

SD 2 – O Brasil teve, neste domingo (13), a maior manifestação contra **a presidente** Dilma Rousseff, seu governo e o seu partido, o PT.

O texto retoma a questão de que a nação se uniu pelo *impeachment* – não só contra a presidenta, mas "seu governo e o seu partido, o PT", i.e., contra todo o projeto que estes sujeitos representavam. Perceba-se, ademais, a inflexão de gênero no vocábulo "presidente", o que demonstra a resiliência discursiva de dirigir-se a Dilma como *presidenta* – uma das marcas da imprensa hegemônica no período, que entendia o uso da palavra "presidenta" como uma forma de se inclinar à formação discursiva na qual o PT se inscrevia. No entanto, entendemos que o uso de "presidenta" – algo que fizemos ao longo de todo este trabalho – não incorre em desvios: primeiramente, porque o termo já é dicionarizado[41], portanto estabilizado, do ponto de vista normativo e prescritivo, para o uso no discurso jornalístico; em segundo plano, porque é uma maneira de invisibilizar, na língua, o papel social das mulheres na política brasileira, ainda dominada por homens.

A matéria conta com 11 parágrafos iniciais que discutem os protestos a favor do *impeachment*, intercalados com fotos que mostram pessoas protestando, com balões, cartazes e faixas, numa espécie de celebração. Predominam o *zoom*[42] de câmera, fechando a imagem e compactando a massa de manifestantes, o que transmite a ideia da grande dimensão do protesto. A memória do *impeachment* de Collor é acionada: lá, a "irreverência" das manifestações, com a presença das massas na Avenida Paulista, em frente ao prédio da FIESP, é eco da celebração em que se soltam balões durante o protesto.

[41] "Presidenta" está presente nos principais dicionários de referência do português brasileiro: Aurélio, Houaiss e Michaelis.
[42] Refere-se ao movimento de aproximação de um objeto ou pessoa (*zoom in*) ou de afastamento de um objeto ou pessoa (*zoom out*). Neste caso, o *zoom in* predomina para compactar a multidão protestante.

Marlene Bergamo/Folhapress

Manifestantes soltam balões durante protesto na avenida Paulista, em São Paulo

Figura 20. Manifestantes em frente à FIESP, Avenida Paulista. Lê-se: "Manifestantes soltam balões durante protesto na Avenida Paulista, em São Paulo"; "FORA PT". *Marlene Bergamo, Folhapress, UOL/Folha de São Paulo, 2016*.

O texto do *UOL* oferece apenas três curtos parágrafos como contraditório às manifestações, notadamente tímidas, contra o *impeachment*. O subtítulo que abre essa seção, contudo, informa que estas manifestações tratavam-se de "Atos pró-PT", reduzindo os atos em defesa da manutenção democrática à militância do Partido dos Trabalhadores. Nesta seção da matéria, o ex-presidente Lula figura em uma foto que sugere balbúrdia, em contraste com as fotos festivas e ordeiras que permearam o texto anteriormente.

Atos pró-PT

Neste domingo também foram realizados atos em apoio ao PT e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em São Bernardo do Campo (SP), um grupo com faixas e bandeiras se reuniu na porta do prédio onde mora o ex-presidente. Lula chegou a sair de seu apartamento para **encontrar** os militantes.

Nelson Almeida/AFP

O ex-presidente Lula se encontra com manifestantes que fazem ato de apoio ao PT

Figura 21. Reprodução de foto e texto do *UOL* na cobertura dos protestos de 13 de março de 2016.

A matéria é arrematada com uma compilação de 82 fotos, dentre as quais a selecionada como capa de álbum, de número 44, que mostra uma criança branca, loira e sorridente, abraçada à bandeira do Brasil, no colo de um policial que lhe faz um gesto fraternal, de "camaradagem". O texto que acompanha a foto diz que a manifestação se dá na região central de São Paulo (distante das periferias, portanto), na Avenida Paulista, um dos endereços mais caros do Brasil e sede de diversos bancos e demais empresas do capital financeiro. É o discurso de dois brasis: o que denota o caos do Brasil real, corrupto, miscigenado, negro e pobre; e o que irradia ordem e comunhão, de traços europeus e à sombra da boina militar.

Figura 22. Reprodução de fotografia na cobertura do *UOL* nos atos contra o governo Dilma.

Também tratando do grande protesto de 13 de março de 2016, o portal de notícias das Organizações Globo, o *G1*, trouxe a seguinte manchete, que nos servirá de sequência discursiva em análise:

SD 3 – Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma

Figura 23. Reprodução da chamada do *G1* na cobertura dos protestos de 13 de março de 2016.

Primeiramente, falemos da explícita paráfrase entre a **SD 1** (manchete da *UOL*) e a **SD 3** (manchete do *G1*). Orlandi (2020a, p. 35) observa que, no processo de produção de sentidos, há uma "reiteração de processos já cristalizados", ou seja, os processos parafrásticos produzem diferentes formulações de um mesmo dizer sedimentado, regendo a produtividade em oposição à criatividade (aquilo que produz o novo, que inaugura novos sentidos, o polissêmico). A autora continua: "O que vemos com mais frequência – *por exemplo, se observamos a mídia* – é a produtividade e não a criatividade" (grifo nosso).

Comecemos por analisar as materialidades que se repetem *ipsis litteris* nas formulações: o adjetivo "maior" aparece em ambas as sequências, além da preposição "contra" e do substantivo próprio "Dilma":

SD 1 – Brasil tem **maior** manifestação contra *Dilma*
SD 3 – Manifestantes fazem **maior** protesto nacional contra o governo *Dilma*

Outros arranjos sintáticos, contudo, são similares: em "contra Dilma", observa-se uma elipse que é explicitada na **SD 3**: "contra **o governo** Dilma". O efeito de sentido é bastante similar, mas, no discurso do *UOL*, a elipse abre a possibilidade de interpretamos esta lacuna como uma ambiguidade linguística: manifesta-se contra Dilma, a pessoa, ou contra o governo e suas práticas? Ou contra ambos?

O uso de sinônimos nos arranjos sintático-lexicais também se observa nas distintas formulações sobre o mesmo evento: o caráter patriótico de "Brasil" se retoma em "protesto nacional"; a expressão "maior manifestação" é repetida em "maior protesto". Note-se, contudo, que o substantivo "manifestantes" é utilizado na **SD 3**, constituindo sujeito ativo da oração: "**Manifestantes** fazem maior protesto nacional". O que é ligeiramente diferenciado da **SD 1**, que diz "Brasil tem maior manifestação"; o sujeito, ainda que ativo do ponto de vista gramatical, é menos determinado, semanticamente, do que "manifestantes", um grupo muito específico de pessoas que se manifestam. Ademais, o uso dos verbos denota o caráter participativo desses agentes nas manifestações: enquanto o verbo na **SD 1** aponta para o mero registro de um evento ("Brasil tem"), a **SD 3** indica que os sujeitos manifestantes "fazem maior protesto", i.e., eles agiram no sentido de que o protesto de fato acontecesse como o maior já realizado contra o governo.

As interpretações sobre o acontecimento histórico, logo tornado discursivo, tanto pelo *UOL/Folha* quanto pelo *G1/Globo*, vão atribuindo-lhe sentido, sentido este que, já vimos, vai se cristalizar, tornar-se dominante, pois institucionalizado no seio social. Para ir-se discursivizando, tornando-se uma evidência, uma obviedade, (pois, na linguagem, apresenta-se o *impeachment* – e as manifestações que o pediam – como algo neutro e transparente, com um sentido já-naturalizado), foi preciso silenciar outros sentidos – o de golpe. Vejamos como isso se dá na matéria.

O texto conta com elementos verbais e não verbais, com textos, gráficos, fotos e vídeos detalhando como ocorreram os protestos em todas as unidades da federação, em ordem alfabética delas. No total, contabilizam-se 79 parágrafos, dentre os quais 73 tratam sobre as manifestações de apoio ao *impeachment*, ao passo que somente 6 relatam os protestos em defesa da permanência do governo. A falta de proporção também é iterada na exposição das imagens selecionadas para compor o texto: 25 delas retratam os protestos verde-amarelos pelo impedimento, enquanto apenas 1 tem as tintas vermelhas simpáticas ao petismo. 5 vídeos são apresentados, todos mostrando apenas trechos das passeatas pró-*impeachment*.

Figura 24. Reprodução de foto do *G1* na cobertura dos protestos de 13 de março de 2016 contra o governo Dilma. Note-se a flâmula nacional em destaque no Farol da Barra, em Salvador.

O uso excessivo e repetitivo das informações que veicularam e/ou fortaleceram a ideia de esgotamento e esvaziamento do apoio ao governo constituído, sem conceder espaço para o contraditório, abre, assim, a via pela qual o sentido hegemônico de *impeachment* tomou na imprensa. Veja-se que a proporção do espaço tomado pelo sentido já-dado de *impeachment* tem o fito de reforçar a ideia de que o lastro popular de sustentação do governo esvaiu-se, pois ambas as reportagens detalham o que as pessoas que se manifestavam pediam, numa argumentação circular: o fim da corrupção, o afastamento de Dilma, a prisão de Lula, o apoio à Lava Jato. Os detalhes modificados entre uma e outra eram, basicamente, relacionados à localidade, percurso e hora de início e encerramento dos atos. O discurso pró-*impeachment* é constantemente retomado, ainda que por via indireta.

Pode-se concluir, destarte, que a superexposição dos protestos foi a forma pela qual tanto a *Folha* quanto a *Globo*, através de seus portais de notícias online, o *UOL* e o *G1*, consolidaram seu posicionamento na questão do *impeachment* de Dilma Rousseff – prevalecendo o sentido jurídico formal de impedimento e silenciando-se o sentido de golpe. Auxiliaram, assim, na construção do discurso pró-impedimento que viria a se assentar na sociedade, profundamente dividida e polarizada. Não há como se eximir da responsabilidade midiática na circulação deste discurso, ainda mais em se tratando de plataformas que têm a dimensão e a capilaridade das que analisamos. O discurso pró-*impeachment*, afetado pelos conflitos e interesses de classes, tomou a posição dos dominantes economicamente, representado por estas grandes empresas da informação, que, pelo viés da "imparcialidade", da "isenção" e da "neutralidade" na transmissão das informações, colocaram-se como simples mediadoras entre os fatos e o público, não como agentes de mobilização do acontecimento, como fomentadoras dele. Aparecendo como parte da opinião pública, apagando-se sua constituição e suas práticas históricas que remontam às suas posições e a seus interesses de classe, a notícia construída pela imprensa serviu, assim, como um agente de impedimento da própria democracia, impedindo um debate mais plural sobre o acontecimento que se desenrolava em 2016. O *impeachment* foi o sentido dominante, logo aceito e reproduzido pela sociedade constantemente interpelada por esse sentido posto em circulação pela mídia.

Pela sua repetição/paráfrase, produz-se o efeito de evidência que torna o *impeachment* uma realidade pedida, sem contraponto, por toda a sociedade. Contudo, isso não foi de todo verdade. Diferentemente de Collor, o *impeachment* de Dilma foi

inicialmente gestado pela classe política (Aécio Neves e o PSDB) e pela imprensa que lhe faziam oposição (*Globo*, *Folha*, *Veja*), que já agiam contra o projeto petista de governo, para, depois, ganhar a mobilização das ruas – mobilizações que juntaram, é válido salientar, grande parte da classe média tradicional e aquela que aludimos como "nova", e não das classes populares de fato. Diferentemente de Collor, em que as ruas não se moveram a seu favor, houve protestos contra o *impeachment* de Dilma, especialmente em seus momentos finais. Não havia, portanto, um único sentido, um único consenso social sobre o tema *que a mídia dava como único*, ou minoritário, em suas matérias. Havia uma "batalha do impeachment/golpe", que se materializava tanto na língua, na disputa entre os sentidos de cada termo, num "sítio bélico de significância" (PERINI, 2019), quanto nas ruas, que se moviam contra e a favor do impedimento.

Figura 25. 17 de abril de 2016, Congresso Nacional. Reprodução de Singer (2018).

Perceba-se a imagem trazida acima, em que uma muralha separava as manifestações populares contrárias ao golpe-*impeachment*, literalmente colocadas (e significadas) à esquerda do gramado em frente ao Congresso Nacional, e as

manifestações favoráveis ao acontecimento, postas à direita. Sobrinho (2019, p. 58) descreve a cena vista acima da seguinte maneira:

> Do lado de fora da Câmara, paredões separavam sujeitos no espaço público da cidade; esquemas de "segurança" em ação, nos quais policiais cercavam manifestantes em seus posicionamentos pró e/ou contra o *Impeachment*/Golpe. Bandeiras distintas tremulavam, o verde e o amarelo se chocavam com o vermelho, demarcando diferenças e conflitos; bonecos infláveis (pixulecos) e o pato de borracha da Fiesp não faltaram. Grupos como o MBL (Movimento Brasil Livre), militantes de partidos políticos, movimentos sociais e sindicalistas estavam também presentes. Víamos dispersão e aglutinação de sentidos e sujeitos. A "grande" imprensa fez-se presente e dava o tom do "espetáculo", enquanto as diversas mídias que, em rede, se diziam sem/com partidos, acompanhavam e se manifestavam, disputando sentidos.

Como anunciamos, estes sentidos em disputa constituem um *sítio bélico de significância*. Primeiramente, a respeito dos sentidos em disputa (na "guerra" pelo sentido), Perini (2019) optará, similarmente ao que fizemos em nosso trabalho ao adotarmos a materialidade "golpe-*impeachment*", pelo termo "impeachment/golpe", entendendo que este se trata de "um referente discursivo dividido (por isso a barra) que traduz a significação do acontecimento por posições discursivas opostas, [...] por uma cisão de sentidos, por uma disputa ideológica" (*idem*, p. 14). A partir disso, o autor desenvolverá o seguinte conceito:

> [...] a noção de *sítio de significância* [...] é entendida como uma rede relacional de sentidos ligados entre si e a um sentido central, sendo os limites desta rede (ou teia) definidos pelo gesto de análise. [...] construímos um sítio de significância que se configura como bélico devido à formação de uma teia relacional de sentidos que atualizam uma memória de guerra; são sentidos materializados em palavras que comparecem, tal como *guerra*, *batalha*, *vitória*, *derrota*, *luta*. [Constatou-se] a existência, enquanto regularidade em comum aos jornais, de um sítio bélico de significância constituindo o referente discursivo impeachment/golpe. (PERINI, 2019, p. 70).

As disputas por sentido engendradas por este sítio bélico, materializadas no discurso, também se concretizaram ali, em frente ao Congresso Nacional. A imagem remete àquelas de "zona de guerra", de trincheiras em que lados opostos duelam. O belicismo discursivo e ideológico, ao disputar o "impeachment" e/ou o "golpe", denuncia as relações das forças em jogo na tensão entre FD antagônicas. Esse sítio nocional (bélico de significância) e aquele sítio físico (o gramado do Congresso), em verdade, nada mais eram do que a expressão e a concretude da verdadeira guerra travada em 17 de abril de 2016 no Brasil: a *luta de classes*.

3.4 O golpe-*impeachment* de 2016 e seu efeito metafórico na manifestação do político

Tomamos o enunciado “IMPEACHMENT” como nossa *sequência discursiva de referência* (SDr), como explicado no item 1.3 deste trabalho, por entender que, além de organizar em seu entorno os dizeres anteriormente enunciados sobre o *impeachment*, esta sequência estabiliza os sentidos hegemônicos que se estabelecem a partir do *acontecimento discursivo* que levou ao golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff, sintetizando, também, o processo discursivo que normaliza as rupturas políticas sistemáticas no Brasil.

Figura 26. Capa de *Veja* , edição extra 2.474, abril de 2016.

Mais do que noticiar o golpe-*impeachment* de Dilma, a capa de *Veja* traz a consolidação de uma nova hegemonia de sentidos para a tomada do poder no Brasil: o “impeachment” se discursiviza, sendo colocado como um elemento da disputa política hodierna, não mais um expediente extraordinário. Há resquícios do discurso jornalístico sobre o processo de *impeachment* de Collor, trazidos à tona pelo viés da memória discursiva. Mas os elementos discursivos no suporte imagético que acompanham a SDr resgatam, pelo interdiscurso, não apenas os ecos de um patriotismo discursivo pró-*impeachment* de Collor, como também aquele que moveu o discurso da ditadura: há uma lembrança tanto da luta política da direita que a instaurou quanto da esquerda que

buscou afastar o ex-presidente. Desses deslocamentos de sentido, algo de novo surge: o *impeachment*, com seu efeito de sentido de patriotismo, que lembra a ditadura e os caras-pintadas ao mesmo tempo e que promove a falsa injunção de direita e de esquerda em torno da união nacional, é, em verdade, apenas nova expressão da extrema direita brasileira, atualizada ao século XXI.

Para analisarmos esta SDr, é importante observamos toda a cena enunciativa, ainda mais do que nas sequências discursivas que analisamos anteriormente, visto que os elementos simbólicos e visuais convergem na exígua materialidade linguística trazida. Há muitos não-ditos que precisam ser desvelados através de um só dito. A capa da *Veja* de 2016, como se verá a seguir, faz eco com outra de 1992, já referida anteriormente neste trabalho. O enunciado "IMPEACHMENT", tendo como referência a presidenta Dilma, retoma, parafrasticamente, o "CAIU!" que se referiu ao presidente Collor. Os dois enunciados, embora ditos em momentos históricos diferentes, organizam-se em torno de um só elemento de saber – com o *impeachment*, cai o governo de um presidente.

Na edição extra de abril de 2016, *Veja* trazia uma capa que noticiava o *acontecimento discursivo* imediatamente ao pós-*impeachment*, com emblemáticos elementos linguísticos e visuais. O termo "IMPEACHMENT" ocupa a capa de maneira centralizada, em caixa alta. Porém, a SDr é acompanhada por outras sequências que a orbitam, como o placar trazido logo abaixo, referente ao número de votos que permitiu o prosseguimento do processo ("SIM 367") e os contrários ("146 NÃO"). O uso do SIM x NÃO remete às dualidades promovidas pelos efeitos de sentidos que permearam o processo de impedimento, efeitos que buscavam sua afirmação ou negação, sua aprovação ou desaprovação, o acordo ou o desacordo sobre o que se entendia por *impeachment* em 2016; efeitos que buscavam, enfim, fazer vitorioso ou derrotado o discurso pelo *impeachment*. Esses efeitos de sentido duais, contraditórios, próprios do processo discursivo do *impeachment*, expressam a contradição capital X trabalho.

A partir do exposto, é possível indagar: quem "ganhava" com o *impeachment*? A oposição política ao PT? A imprensa, que também lhe fazia oposição? O conjunto da sociedade? Os grandes financiadores do impedimento de 2016 – os empresários da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e demais colegas de classe, que pediram pelo afastamento da presidenta? Pode-se responder, *post festum*: com a retração nos direitos trabalhistas e previdenciários, com o "teto de gastos" e com as reformas neoliberais, quem ganha com o *impeachment*, certamente, é o capitalismo.

Esse jogo de ganha-perde é inclusive remetido, no enunciado do SIM x NÃO, aos placares esportivos, e produz um efeito metafórico (PÊCHEUX, 2015), um deslocamento do discurso esportivo no discurso político. A deriva de elementos de saber do esporte para o político é produzida na metáfora do *jogo democrático*, o que configura um *efeito metafórico*, assim como entende Pêcheux (1993, p. 96): "o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse 'deslizamento de sentido' entre x e y é constitutivo do 'sentido' designado por x e y". Nesta "partida esportiva", diferentemente das massas francesas que celebraram a vitória da esquerda em 1981 com a eleição de François Mitterand, eram os donos do capital que agora cantavam a vitória que acabavam de conquistar: *On a gagné!*[43].

O enunciado da capa de *Veja* aciona uma memória referente ao discurso político, composto em um cenário dominado pelas cores verde e amarela, as quais predominaram durante os protestos de rua contra o governo recém deposto. A bandeira do Brasil figura ao alto, como que sugerindo uma vitória da nação por sobre um sujeito, representante de uma posição de poder no cenário da política brasileira. Além dessas marcas simbolicamente instituídas, o cenário em que o enunciado produz sentido aciona elementos da subjetividade, sobretudo da conduta emotiva que toma conta do povo nos movimentos políticos: vê-se uma jovem branca, com o rosto pintado com as cores nacionais, gritando, como se em comemoração, em misto de êxtase com alívio. O momento é de catarse. O texto nos apresenta a esta neófita guerreira da democracia à brasileira: "Isabella Marquezine, 13 anos, na segunda manifestação popular de sua vida" (VEJA, edição extra de 21 de abril de 2016).

As materialidades trazidas por *Veja* não apenas noticiam o acontecimento discursivo do *impeachment* de Dilma Rousseff, em que a Câmara dos Deputados votou pelo afastamento da Presidenta da República: atravessada pelo interdiscurso, entendido como "o todo complexo com dominante" de discursos (PÊCHEUX, 2014), e pelo acionamento da memória, a materialidade analisada remete ao processo político de 1992 na era Collor, resgatando elementos como os caras-pintadas, a bandeira brasileira e a predominância das cores verde e amarela. Há também o resgate, com sinais trocados, do protagonismo da luta estudantil que caracterizou o *impeachment* de Collor em 92, ao trazer uma jovem à frente de capa. Entendemos que os sinais estão trocados visto que a participação de organizações populares, como a UNE, não ocorreu da mesma maneira

[43] Em francês, "ganhamos". A partir desta materialidade discursiva, Pêcheux (2015) elabora a concepção que entende o discurso como a articulação entre estrutura e acontecimento.

em 1992 e em 2016, já que a organização se posicionou contrariamente ao golpe-*impeachment* chancelado pela mídia neste último evento. Vê-se que os sujeitos discursivos são outros nestes dois acontecimentos. Importa à matéria midiática, no entanto, emular que um *novo* Brasil, representado pela figura da adolescente, nascia a partir daquele momento; para isso, foi necessário recorrer ao acionamento da memória discursiva.

Também incidem sobre a SDr em análise e as sequências a ela associadas o antipetismo que a revista veiculou desde a primeira disputa eleitoral da qual o PT participou, como vimos ao tratar da maneira como Collor foi recepcionado pela imprensa hegemônica no item 2.2 desta dissertação. Antipetismo este que, em verdade, opunha-se a qualquer projeto mais popular de governo. O semanário do Grupo Abril se dirige, predominantemente, às classes média e alta[44], majoritariamente brancas no Brasil, representadas a contento pela presença da jovem. Projeta-se imaginariamente, dessa maneira, nas capas e páginas da revista, esse tipo de leitor/a, pertencente às classes A e B. Discursivamente, essa projeção tem relação com as formações imaginárias e posições-sujeito com quem a revista tenta dialogar. A posição-sujeito da revista é a de quem se identifica com e se dirige à classe dominante – uma classe que se ressente das conquistas sociais dos governos Lula e Dilma, que por isso mesmo fomentou o antipetismo, ao entender que as conquistas sociais destes governos, como a regulamentação formal do trabalho das domésticas (das quais se servem as elites), a distribuição de renda (que dirime desigualdades sociais e previne a exploração ainda maior de mão de obra) e o ingresso de pobres em espaços antes inacessíveis (aeroportos, universidades), eram ações que privilegiavam os desvalidos, quando não percebem (ou não querem perceber) que, historicamente, é esta mesma classe dominante que dos miseráveis se serve para que possam manter seus privilégios.

Há um recorte, assim, de classe e de raça no efeito de sentido que "impeachment" produz quando trazido pela revista. Historicamente, as classes supracitadas são as que mais se opuseram a projetos progressistas e, sistematicamente,

[44] Segundo Queiroz (2003), *Veja* tinha cerca de 4.800.000 leitores há quase duas décadas. Dentre eles, por volta de 70% pertenciam às classes A e B, dos quais 53% eram mulheres, com faixa etária entre 20 e 39 anos. Ainda sobre os leitores, notava-se uma grande capacidade de consumo e alta formação acadêmica: 33% tinham nível superior, 81% tinham casa própria, 65% tinham automóvel e 34% tinham TV a cabo. Em um número mais atual, no contexto de digitalização da revista, a própria divulgou que atingiu recorde de interações com o público, com 1 milhão de downloads de suas edições digitais nas Olimpíadas de 2016: "3,3 milhões de pessoas foram impactadas pelo conteúdo, o que gerou quase 50 mil interações e 16 mil cliques no link que redirecionava para os downloads" (VEJA, 2016). Isso demonstra a presença de *Veja* em ambientes leitores, com acesso à internet, características de classes média e alta no Brasil.

votaram contra o PT nos últimos pleitos. Após anos de capas e textos produzidos contra os governos petistas, o grito incontido da vitória que a garota retratada parece emular é o grito mesmo de toda a classe social que consome a revista. No processo de luta de classes, o *impeachment* foi uma considerável vitória para o estrato social a quem a publicação se dirigia – representava um revés político que retirava o exercício do poder de um governo que, ainda que tenha intentado, erroneamente, uma conciliação inconciliável de classes, acenava com medidas que beneficiavam as camadas hipossuficientes da população.

Postos em circulação pela mídia empresarial para construção do consenso do *impeachment*, as características deste discurso podem ser segmentadas em: 1) espetacularização dos acontecimentos políticos, acompanhada da necessidade de se manifestar contra os políticos corruptos, *mas também* contra toda a política; 2) consequentemente, massivo apoio à ampliação do punitivismo penal e à judicialização da democracia; e 3) a representação de um patriotismo nostálgico, salvador, misturando-se ao messianismo da fé cristã, redentor, portanto, dos problemas "insolúveis" do Estado brasileiro, acionando a memória discursiva da polarização política e do discurso militar do período pré-golpe de 1964.

Na falta de representatividade e no caos deixados pelo golpe-*impeachment*, ocorre um ponto de inflexão da predominância do discurso da centro-direita, representada pelo transitório governo Temer/PSDB; sob a influência de novas formas de comunicação digitais, saturadas dos erros apontados da centro-esquerda petista e do vácuo deixado pelo breve governo Temer, o eleitorado brasileiro, em 2018, vê-se representado na figura carismática de um pretenso *outsider*[45] que "não controla" seu discurso, inaugurando uma "nova" forma de fazer política diferente daquela orientada desde a reabertura democrática, interpretada pela população como "autêntica" e "honesta" – valores há muito perdidos desde a avalanche midiática que noticiava casos de corrupção que pareciam ser as causas de todas as carências da sociedade. A extrema direita brasileira encontra espaço para não só absorver todos os componentes acima colocados (ser contra a corrupção espetacularizada no noticiário; ser a favor da punição dos bandidos e dos corruptos; assumir este papel político por amor ao país), apropriando-se deles e os amalgamando, como também avança na radicalidade

[45] Literalmente, "um indivíduo que não pertence a um grupo determinado", "alguém de fora" de um segmento social, no caso, da classe política. "Pretenso", aqui, precisa ser lido com ironia, porque não há como ser um "outsider" estando há 28 anos no sistema político brasileiro, tal é o caso do presidente eleito em 2018.

discursiva ao adicionar outro elemento pretensamente ordenador desta caótica sociedade: o discurso religioso.

A narrativa midiática pelo *impeachment* forneceu, desta maneira, os alicerces simbólicos e discursivos que viriam a convergir no fenômeno do bolsonarismo, que estabiliza os novos sentidos hegemônicos advindos do sentido que "impeachment" passa a tomar – o sentido de que é preciso interditar a classe política, pois é toda ela corrupta; o do punitivismo, que é o único capaz de resgatar algum senso de ordem no Brasil, ainda que se dê de forma arbitrária e em desrespeito aos direitos humanos; o do messianismo, que reflete a profunda religiosidade cristã que vigora no Brasil, crescentemente evangélico; o de impedimento de projetos políticos calcados na inclusão social, ainda que mínima, e na solidariedade como valor para nortear as políticas públicas, abrindo uma avenida para o retorno de um ensaio neoliberal ainda maior do que aquele experimentado ao longo da década de 1990; o do próprio *impeachment* como um pressuposto, e não como uma excepcionalidade, do que resta da democracia burguesa brasileira.

É possível dizer que o discurso da imprensa hegemônica, assim, serviu de sustentáculo ideológico para permitir a ascensão do discurso da extrema direita brasileira e de seus representantes ao coração do Estado brasileiro, grupo que, desde a redemocratização, estava restrito politicamente a bancadas minoritárias no Congresso Nacional. Não mais. Os novos sentidos de *impeachment*, inicialmente cobertos com o comprazimento da imprensa nacional, estabeleceram estes novos sujeitos históricos como os hegemônicos no centro do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explicitar a relação entre o discurso da imprensa e os sentidos por ela mobilizados para que se influenciem (como em 1992) ou se concretizem a necessidade ideologicamente construída (como em 2016) de um *impeachment* no Brasil: eis a principal contribuição desta dissertação. Fizemos isso a partir de uma contextualização histórica da vida nacional, especialmente nos dois momentos políticos que desaguariam nos processos de afastamento dos ex-presidentes Collor e Dilma. Em ambos, observamos que a imprensa foi um dos elementos centrais para mobilizar e/ou validar a insatisfação social na política, especialmente aquela advinda das camadas médias brasileiras, consumidoras diretas dos produtos jornalísticos, aos quais os jornais e as revistas, que tomei como referência para análise, dirigem-se e com quem dialogam.

Procuramos demonstrar, baseando-nos especialmente nas contribuições de Caio Prado Jr. (2011) e Singer (2018), que o Brasil se formou como nação, desde seu início colonial, já inserido num contexto de capitalismo, ainda que mercantil, bastante diferenciado do capitalismo de cunho financeiro que ora se vive. Também procuramos dar conta da processualidade histórica de nosso sujeito de análise, a imprensa, surgida com a chegada da Corte portuguesa em 1808, institucionalizando-se de fato a partir de então e ao longo do Brasil Império, conforme nos diz Mariani (1998). É a autora quem nos dirá que o discurso da imprensa "funciona construindo modelos de explicação/compreensão da realidade, instituindo uma ordem e fazendo circular os sentidos que interessam às instâncias que os dominam" (MARIANI, 1999, p. 60).

É durante a monarquia e no alvorecer da República, quando várias leis passam a regular a atuação jornalística, que o discurso da imprensa começa a se identificar e a se conformar com o discurso jurídico. O discurso jornalístico incorpora o texto da lei, como tentamos demonstrar ao longo desta dissertação, equiparando o discurso jurídico da burguesia com o discurso jornalístico produzido por esta mesma burguesia. Destarte, e ainda em conformidade com Mariani (1999),

> [...] a imagem que a instituição jornalística produz de si mesma é a da isenção, fruto da necessidade de preservar a ética. Com isso, ela acredita estar informando, embora o fato de agir dentro da lei nada mais seja do que manter-se ajustado ao modelo de sujeito então predominante. Em outras palavras, a instituição jornalística "esquece" que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada. Ou melhor, que assegura, juridicamente, o que pode e deve ser dito. (p. 59).

Ao adotar uma postura menos opinativa e mais imparcial, o discurso jornalístico pretende se tornar mais objetivo, referencial, isento e didático-coercitivo. A informação ganhava, assim, o *status* de inquestionável, como se ela mesma não fosse interpretada por sujeitos que, como vimos, assim o são porque se constituem pela ideologia. Ao dizer que a informação é isenta, este já é um tratamento ideológico por natureza, um movimento e um gesto interpretativo que pretende simular a esfera do direito para ser validado socialmente, para fazer passar projetos econômicos e políticos, para interpelar e convencer os leitores, ou para não ser questionado – para não desvelar as posições de classe e de dominância que são a base de grande parte dos meios de comunicação, especialmente num país onde poucas famílias (ou melhor, famílias que são grupos capitalistas) controlam grande parte do discurso – do fazer – jornalístico.

Imprensa e direito, assim, caminham juntos em nossa história republicana, e não seria diferente no caso em que o direito, involucrado em embalagem nomeada de *impeachment*, demanda fortemente a atuação da imprensa, uma vez que este não é um processo estabilizado juridicamente. O *impeachment* é um processo que depende de sustentação jurídica, política e social, que depende de um *sentido*, pois sempre fora tratado como um remédio legal amargo e excepcional. Este sentido, que advêm das forças políticas em disputa pelo controle do poder – pelo controle do discurso hegemônico – do país, precisa, hoje, ser respaldado ou dado pela imprensa: a ela cabe fazer circular as demandas da sociedade, as denúncias do crime do/a mandatário/a, os debates contra e a favor do impedimento. Sem o olhar atento e a atuação da imprensa, o processo de *impeachment* nasce natimorto, sem efeito, porque lhe falta sentido a ser-lhe atribuído.

Tanto no impedimento de 1992 como no de 2016, a imprensa foi preponderante para o desenrolar dos acontecimentos. Todavia, marca-se uma distinção importante entre o evento da década de 1990 e o que se deu neste século XXI, por entendermos que, naquele, a imprensa simula estar agindo em comunhão com as demandas ruas, para somente depois avançar contra o presidente; neste, a mídia faz a questão do *impeachment* nascer *antes* das insatisfações sociais terem ganhado corpo nas mobilizações de rua, fomentando-as, portanto. Um novo sentido para "impeachment" era, assim, colocado: o de instrumento político para um presidencialismo fraco, com traços semiparlamentaristas, a todo tempo ameaçado pelo tensionamento das disputas políticas dadas no Congresso nacional. Ao mesmo tempo que este novo sentido se imprime na materialidade "impeachment", a memória discursiva dá cabo de entender

que ao menos dois elementos a atravessavam: o *impeachment* de Collor e as mobilizações contra seu governo, que ganharam as cores e as tintas de mais democracia; e o golpismo que marca nossa história, especialmente aquele que se serviu de um patriotismo ufanista que permitiu a instalação do regime militar no Brasil, profundamente autoritário e antidemocrático. Eis as contradições dos efeitos de sentido que "impeachment" passa a ter a partir de 2016.

A fim de demonstrar os sentidos sobre os quais falamos acima, fizemos uso da teoria e dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso para promover um exame de materialidades que circularam na grande imprensa nos períodos dos *impeachments* de Collor e de Dilma. Através da teoria de Authier-Revuz (1990), Bethania Mariani (1998, 1999), Dela da Silva (2008), Eni Orlandi (1987, 2001, 2020), Freda Indursky (2003, 2016, 2019), Florêncio *et al* (2016), Helson Sobrinho (2018, 2019), Jean-Jacques Courtine (2006, 2009, 2016), Maria Virgínia Amaral (2007, 2016) e Michel Pêcheux (2014, 2015), analistas do discurso do Brasil e alhures, intentamos articular a teoria da AD com os problemas de nossa pesquisa. Procuramos, assim, fazer uma compreensão da historicidade de nosso objeto – o discurso da imprensa sobre o *impeachment* – com os postulados científicos da AD, a fim de explicar como a materialidade histórica se imprime na materialidade da língua.

Deste modo, intentamos deixar manifesto que a imprensa não é uma grande vilã da vida nacional; ao contrário, enaltecemos o papel da imprensa numa sociedade que se pretende democrática. Mas não pudemos deixar de apontar o caráter de suas contradições: fundada numa sociedade profundamente marcada pelas dualidades impostas pelo capitalismo, também na imprensa se desvela a luta de classes que está a constituir esta sociedade. Os veículos de comunicação que aqui analisamos, sob a alcunha de "imprensa hegemônica", gozam de poder e detêm espaço privilegiado para interpelar sujeitos através da circulação de seus discursos pelos jornais, revistas e mesmo pelas novas mídias digitais, produzindo sentidos fortes o suficiente para que, também, orientem a política.

Com o edifício teórico da Análise do Discurso, nosso intuito foi o de demonstrar que a imprensa, por seu caráter patrimonialista e burguês no Brasil, filia-se a redes ideológicas que estão mais em conformidade, desta forma, com o capital. Seus textos e manchetes – seus dizeres, ou seja, aquilo que apontamos, cientificamente, como *formação discursiva* – estão assim marcados por essa filiação ideológica, opondo-se a discursos que fortaleçam o trabalho. Nesse sentido, entendemos que o papel da

imprensa hegemônica em diminuir quaisquer manifestações do discurso do trabalho, mesmo o trabalhismo de bases conciliatórias, como o petismo, faz parte de sua constituição discursiva, alinhada à *formação ideológica do capital* (AMARAL, 2007), em permanente luta com a sua força oposta, pois esta é a base colocada pela formação social capitalista na qual se conformam e operam as relações sócio-históricas.

Aventamos, no capítulo segundo desta dissertação, a hipótese em que sustentamos que o *impeachment* de Collor e o de Dilma, ainda que diferentes, constituíram-se como *acontecimentos discursivos*. Um acontecimento discursivo ocorre, recorrendo uma vez mais a Pêcheux (2015), "no ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória": em 1992, a atualidade do *impeachment* trazia uma memória de resistência dos grupos sociais e políticos que se consolidavam como uma oposição sólida, sujeitos históricos que haviam sido há muito silenciados na longa ditadura militar, e que, naquele momento, assumiam o protagonismo político permitido pela democracia reabilitada para a condução do impedimento, mobilizando sentidos que buscavam o fortalecimento do discurso do trabalho. Assim, tínhamos, em 2016, uma memória discursiva sobre *impeachment* bem delineada; contudo, o evento que retirou Dilma da presidência, em sua atualidade, trazia novos sentidos: o *impeachment* interrompia o ciclo vitorioso, do ponto de vista eleitoral, do trabalhismo no poder político brasileiro, que trouxe algumas benesses para a classe trabalhadora. Contraditoriamente, o que acreditamos ter acelerado para seu fim abrupto, também garantiu vários ganhos para os grandes capitalistas. O *impeachment* de Dilma, ao mobilizar elementos do domínio da memória, direcionou, assim, novos sentidos, inclusive aquele que rompe com o fortalecimento do trabalho e aprofunda a experiência neoliberal no Brasil. É também a partir dele que novos sujeitos históricos surgem, em especial o presidente da extrema direita brasileira, porta-voz de um neoliberalismo radical e da necropolítica, termo cunhado pelo teórico camaronense Achille Mbembe (2018) que diz respeito à política de morte adaptada pelo Estado, ou seja, que retira o sentido de que o Estado deve cuidar das pessoas, devolvendo-lhe um sentido de que a morte – pela violência, pela fome, pela exclusão – é a regra chancelada pelo Estado. Não há sentido mais forte advindo do *impeachment* de 2016 do que a consagração desse projeto político como o vitorioso no processo eleitoral de 2018.

É por isso que entendemos que, ao mobilizar a memória para promover o segundo *impeachment* da vida brasileira, sem crime de responsabilidade fortemente respaldado pelas regras democráticas, sem um consenso social solidamente fundado

para que ocorresse, o segundo *acontecimento discursivo* que analisamos gerou estes novos sentidos que voltam a ecoar as estruturas sociais brasileiras dominantes no que há de pior nelas: violência, autoritarismo, anticientificismo, fundamentalismo religioso. Essas marcas, contudo, não aparecem dominantes sem um contraponto: se temos chefes que se comportam como líderes tribais e se manifestam em crueldade como nossos antigos senhores de engenho, surgem personagens que destoam tanto da política de antes quanto do pós-*impeachment*. Marielle Franco, a progressista vereadora carioca brutalmente assassinada em 14 de março de 2018, ano da vitória eleitoral da necropolítica, não morreu em vão, por exemplo. Ela é uma representante das muitas mulheres e coletivos que adentraram a vida política a partir de 2016, em plena disfunção da institucionalidade brasileira. Áurea Carolina, David Miranda, Fernada Melchionna, Glauber Rocha, Marcelo Freixo, Sâmia Bonfim, todos filiados ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), dentre outros, são alguns dos nomes renovados nas casas legislativas brasileiras que reforçam o protagonismo feminista, que contestam o racismo estrutural e a homofobia, que revigoram o trabalhismo e os valores da formação discursiva do trabalho (reforçando os quadros históricos do PT, agora tornado oposição) – *que reclamam, enfim, por mais democracia*. São nomes da resistência que reverberam o legado de Marielle e que disputam, na política e no discurso, os espaços de dominação da extrema direita brasileira, cujo potencial destrutivo e desagregador é repudiado até mesmo por setores do capital – como a própria imprensa, que, hoje, vê-se às voltas com a sombra da censura a lhe rondar novamente.

À guisa de conclusão, percebemos uma tendência histórica do capitalismo brasileiro que, quando ameaçado em seu funcionamento, incita os sentidos de *impeachment* para derrubar governos que não se adequem às suas necessidades. Através da dimensão política, usam-se artifícios legais para que projetos político-sociais não perdurem no poder, especialmente se estes forem contrários à obtenção de lucro e à acumulação de capital. O jornalismo hegemônico, que se alia ao grande capital em suas inscrições ideológicas e em suas práticas, procura dar vazão a este discurso, traduzindo-o para o público. No entanto, neste momento crucial da vida brasileira, caberia à imprensa hegemônica a autocrítica que tanto demandam dos setores da esquerda brasileira, visibilizando, assim, a real necessidade do *impeachment* – um instrumento jurídico e político que, se bem utilizado, seria de grande valia para impedir a desconstrução das políticas públicas em curso no país.

À imprensa, assim como à academia, cabe a coragem de se renovar, de resistir, de “ousar se revoltar”, de reconhecer o discurso como um campo de concretização da luta de classes, da disputa por uma verdadeira inclusão e participação popular na vida nacional – de não mais permitir que a democracia seja impedida. Não há tempo a ser perdido.

REFERÊNCIAS

ACERVO Folha. **Folha da Manhã**. Edições 01 de jan. 1925-31 de dez. 1959. Disponível em:<http://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=01%2F01%2F1925-+31%2F12%2F1959&por=Por+Per%C3%ADodo&startDate=01%2F01%2F1925&endDate=31%2F12%2F1959&days=&month=&year=&jornais=2>. Acesso em 23 jul. 2020.

_____. **Folha da Noite**. Edições 19 de fev. 1921-31 de dez. 1959. Disponível em:<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=44417&anchor=5749559&origem=busca>. Acesso em 23 jul. 2020.

_____. **Folha de São Paulo**. Disponível em: < http://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=Todo+o+per%C3%ADodo&por=Por+Per%C3%ADodo&startDate=&endDate=&periodo=ALLPERIOD&days=&month=&year=>. Acesso em 23 jul. 2020.

ALMEIDA, J. P. M. de; AMARAL, M. V. B. A relação entre a imprensa, o acontecimento discursivo do golpe-impeachment e o desmonte das políticas públicas. **Revista da Abralin**, v. 19, n. 3, p. 429-454, 2020. DOI: 10.25189/rabralin/v19i3.1734.

_____. O discurso da imprensa sobre o *impeachment* e os efeitos de sentido mobilizados pela memória discursiva. **Revista Leitura**, n. 66, p. 216-228, 2020.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). *In*: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 105-142.

ALVES, G. B. Discurso, reforma do Estado e ideologia neoliberal no governo Collor. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2, 2005, Porto Alegre. **Anais do II SEAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

AMARAL, M. V. B. **Discurso e Relações de Trabalho**. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

_____. **O avesso do discurso:** análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

ANDRADA, A. Porque os bancos lucram enquanto a economia afunda. **The Intercept Brasil**, 26 de set. 2019, São Paulo. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/25/bancos-lucram-enquanto-economia-afunda/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 25–42, 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636824. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824. Acesso em: 09 jan. 2021.

BALLOUSSIER, A. V. Evangélicos podem desbancar católicos no Brasil em pouco mais de uma década. **Folha de São Paulo**, 14 de jan., 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/evangelicos-podem-desbancar-catolicos-no-brasil-em-pouco-mais-de-uma-decada.shtml?origin=uol>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL, IBGE. **Brasil em síntese**, 2015. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, cor ou raça**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

_____. **Séries históricas PIB a preços de mercado**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas >. Acesso em: 19 ago. 2020.

_____, LEI Nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1079-10-abril-1950-363423-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 jul. 2020.

_____. LEI COMPLEMENTAR Nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. TSE. **Resultados das eleições de 2014**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial >. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____, STF. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 85. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%20950>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 52. Disponível em:<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_52_.asp. Acesso em: 29 jul. 2020.

CÂMARA dos Deputados. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. Lei Orçamentária Anual (LOA). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa/lei-orcamentaria-anual-loa>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CAMARGO, C. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. *In*: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 269-284, 2018.

CAMPANERUT, C. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. **UOL**, 19 de mar. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. Avaliação negativa de Dilma vai a 49% e supera positiva, diz CNI/Ibope. **UOL**, 25 de jul. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/07/25/dilma-pesquisa-cniibope.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CAMPANHA da FIESP "Não Vou Pagar o Pato" é contra o aumento e a criação de impostos. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/imprensa/campanha-da-fiesp-nao-vou-pagar-o-pato-e-contra-aumento-e-a-criacao-de-impostos/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira:** do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.

CAVALCANTE, M. do S. A. de O.; MACHADO, F. D. "O rugido das ruas" em 15 de março de 2015, no Brasil: acontecimento, discurso e memória. **Organon – Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 117-135, 2015.

CAZARIN, E. A.; RASIA, G. dos S. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, 2014.

CHOMSKY, N. **Mídia:** propaganda política e manipulação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. **O impeachment de Fernando Collor**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FernandoCollor>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CORRÊA, T. S. A era das revistas de consumo. *In*: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, p. 207-232, 2018.

COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político:** as derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, 2016.

_____. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. À propos du discours communiste adressé aux chrétiens. Langages, Paris, n. 62, p. 9-128, 1981 [Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Superv. trad. P. C. R. Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009].

CRUZ, D.; MATOSO, F. TCU recomenda ao Congresso reprovar contas do governo de 2014. **G1**, 07 de out. 2015, Brasília. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/tcu-recomenda-ao-congresso-reprovar-contas-do-governo-de-2014.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DALLAGNOL, D. Lava Jato e jejum. S.l., 01 abr. 2018. Twitter: @deltanmd. Disponível em: <https://twitter.com/deltanmd/status/980466973917237250>. Acesso em: 18 jul. 2020.

DAMASCENO, M. Mídia no Brasil ainda é controlada por poucos, diz estudo. **Deustche Welle Brasil**, 31 de out. 2017, s.l.. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/m%C3%ADdia-no-brasil-ainda-%C3%A9-controlada-por-poucos-diz-estudo/a-41188603>. Acesso em: 18 jul. 2020.

DELA, S. C da S. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil:** a imprensa na constituição da TV como grande mídia. 2008. 225p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271055>. Acesso em: 30 ago. 2020.

DICIONÁRIO Aurélio. **Presidenta**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/presidenta/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis. **Presidenta**. Disponível em: < https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/presidenta/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DICIONÁRIO do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. **Cláudio Abramo**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/claudio-abramo>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **Impeachment**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/impeachment>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **Veja**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DICIONÁRIO Houaiss. **Presidenta**. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#2>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ERICSON, S. Estado democrático de direito: deslocamentos e ambiguidades na argumentação. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 1, n. 19, p. 103-120, 2019.

FERRARI, M. O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil. **Ponte**, 25 de set. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em 13 ago. 2020.

FOLHA de São Paulo. **Grupo Abril conclui venda para a Calvary Investimentos, de Fábio Carvalho**. São Paulo: Grupo Folha, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/grupo-abril-conclui-venda-para-a-calvary-investimentos-de-fabio-carvalho.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2020.

_____. **Nem Dilma nem Temer**. São Paulo: Grupo Folha, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2020.

FLORÊNCIO, A. M. G. et al. **Análise do Discurso:** fundamentos e práticas. Reimpressão da 1ª edição. Maceió: EDUFAL, 2016.

G1. **Manifestantes fazem o maior protesto nacional contra o governo Dilma**. São Paulo: Grupo Globo, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>. Acesso em: 31 jul. 2020.

_____. **Posse de Dilma**. São Paulo: Grupo Globo, 2011. São Paulo: Grupo Globo, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/posse-de-dilma/noticia/2011/01/veja-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma.html>. Acesso em 18 jul. 2020.

_____. **Senador vota pelo impeachment, mas diz que não há crime de Dilma**. São Paulo: Organizações Globo, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senador-vota-pelo-impeachment-mas-diz-que-nao-ha-crime-de-dilma.html>. Acesso em: 30 jul. 2020.

GABRIEL, R. de S. Deltan diz que fará jejum durante julgamento de HC de Lula. **O Globo**, 2 de abr., 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/deltan-diz-que-fara-jejum-durante-julgamento-de-hc-de-lula-22548453>. Acesso em: 24 jul. 2020.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani... [et al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GRIGOLETO, E.; SOBRINHO, H. F. da S. O imaginário sobre o golpe de 2016: silenciamentos e contradições. *In*: **Imaginário, sujeito, representações** [recurso eletrônico] / [organizadores] Evandra Grigoleto, Fabiele Stokmans De Nardi, Helson Flávio da Silva Sobrinho. – Recife: Ed. UFPE, 2018, p. 37-58.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Argumentatividade e argumentação. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 9, n. 2, p. 271-283, jul/dez. 2013.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HISTÓRIA do Grupo Globo. Disponível em: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.ht>. Acesso em: 30 jul. 2020.

INDURSKY, F. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. *In*: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (org.). **Análise do Discurso e sua história**: avanços e perspectivas. Campinas: Pontes, 2016, p. 65 – 87.

____. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon – Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. DOI: https://doi.org/10.22456/2238-8915.30020.

_____. Que sujeito é este? *In*: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. da S. (org.). **Silêncio, memória, resistência**: a política e o político no discurso. Campinas: Pontes, 2019, p. 79–102.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1974.

JORNAL NACIONAL. **Perícia conclui que Dilma não participou de pedaladas fiscais**. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html>. Acesso em: 30 jul. 2020.

KAFKA, F. **O processo**. Alfragide, Portugal: LeYa, SA, 2009.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [*et al*]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEIA a íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. **Folha de São Paulo**, 24 jun. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2021.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: SINGER, A. & et al. (Org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, p. 149-175, 2018.

MADEIRO, C. De 132 pedidos de impeachment, ação contra Dilma é 2ª aceita. **UOL**, 3 dez. 2015. Disponível em: < https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contra-dilma-e-2-aceita.htm>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 47–62, 2015. DOI: 10.20396/rua.v5i1.8640651. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651. Acesso em: 28 dez. 2020. Original: Rua, Campinas, 5, p. 47-61. 1999.

_____. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R; et al. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital:** crítica da economia política: livro I. Tradução de Regilnado Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEMÓRIA Globo. **Caras-pintadas contra Collor**. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/fotos/caras-pintadas-contra-collor-9430223>. Acesso em 21 jul. 2020.

_____. **O Globo é lançado**. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lanccedilado-9196292>. Acesso em 19 jul. 2020.

MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 5).

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. *In*: **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, p. 23-43, 2018.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

NOBRE, M. **Ponto-final:** a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

O GLOBO. Apoio Editorial ao Golpe de 64 foi um erro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 17 jul. 2020.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2020a.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Contexto, 2020b.

_____. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. **Discurso fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2001b.

PAVEAU, M. A. **Linguagem e moral**: uma ética das virtudes discursivas. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

PARTIDO dos Trabalhadores. Nossa história. Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PEREIRA, J. Dallagnol anuncia jejum por prisão de Lula; juiz da Lava Jato, Bretas apoia: "Acompanhá-lo-ei em oração". **Congresso em Foco**, 2 de abr., 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/dallagnol-anuncia-jejum-por-prisao-de-lula-juiz-da-lava-jato-bretas-apoia-acompanha-lo-ei-em-oracao/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7–24, 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636823. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823. Acesso em: 02 jan. 2021.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. *In*: F. Gadet; T. Hak (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PERINI, R. da C. A batalha do impeachment/golpe: os sentidos de um sítio bélico de significância no discurso jornalístico. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PINTO, A. E. de S. Folhas da Manhã, da Tarde e da Noite se uniram sob um só título, Folha de S. Paulo, há 60 anos. **Folha de São Paulo**, 01 de jan. 2020. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folhas-da-manha-da-tarde-e-da-noite-se-uniram-sob-um-so-titulo-folha-de-spaulo-ha-60-anos.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2020.

POLITIZE!. **Impeachment de Dilma e Collor:** comparação em 5 pontos. Disponível em: <https://www.politize.com.br/impeachment-de-dilma-e-collor-comparacao/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

_____. **Crise financeira de 2008.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PROPRIETÁRIOS da mídia. **Media Ownership Monitor Brasil – Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social**. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

QUEIROZ, A. Eleições presidenciais no Brasil em 2002: uma leitura de propaganda ideológica nas revistas Veja e Isto é. **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom. Belo Horizonte, 2-6 de set. de 2003.

ROBIN, R. **A memória saturada**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SANTOS, T. F. dos. **Cultura política brasileira no telejornalismo do horário nobre**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, W. G. dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. Edição Kindle.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENADO, Agência. Dois dias após impeachment, Senado aprova lei que permite pedaladas fiscais. **Portal IG**. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

SINGER, A. **O lulismo em crise:** um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, C. L. S. da. ***Veja***: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). 2005. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, Rio de Janeiro.

SOBRINHO, H. F. da S. Resistências ao golpe de 2016: universidade, ciência, política e ideologia. *In*: ABRHÃO e SOUSA et al. **Resistirmos, a que será que se destina?** São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2018.

SOBRINHO, H. F. da S. Estado, política e farsa: o golpe de 2016 e o discurso na reprodução do capital. *In*: GRIGOLETO et al. **Silêncio, memória e resistência**: a política e o político no discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

_____. **A classe média no espelho:** sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

VEJA alcança número recorde de leitores com edições diárias sobre a Olimpíada. Disponível em: < https://grupoabril.com.br/veja-alcanca-numero-recorde-de-leitores-com-edicoes-diarias-sobre-a-olimpiada/>. Acesso em: 09 jan. 2021.

VEJA. Bancos lucraram 8 vezes mais no governo de Lula do que no de FHC. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

_____. **Os 50 anos de Veja:** uma linha do tempo. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

_____. **Protestos históricos no Brasil:** Diretas Já, impeachment de Collor e atuais manifestações. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/enem-protestos-historicos-no-brasil-diretas-ja-impeachment-de-collor-e-atuais-manifestacoes/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

VEJA São Paulo. **Manifestações evocam caras-pintadas de 1992**. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/manifestacoes-impeachment-caras-pintada-dilma-collor/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

VOLTA de Dilma ao poder traria transtornos à economia, afirma Acir Gurgacz. **Senado Notícias**, 31 de ago. 2016, Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/08/volta-de-dilma-traria-transtornos-para-a-economia-afirma-acir-gurgacz/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

UMA Ponte para o Futuro. Fundação Ulysses Guimarães – PMDB. Brasília, 29 de out., 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

UOL. **Brasil tem maior manifestação contra Dilma**. São Paulo: Grupo Folha, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/13/brasil-tem-maior-manifestacao-contra-dilma.htm>. Acesso em: 31 jul. 2020.

_____. **Entenda o que causou a crise financeira de 2008**. São Paulo: Grupo Folha, 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/02/27/entenda-o-que-causou-a-crise-financeira-de-2008.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **Para Vargas Llosa, "Regime de Lula é fonte de corrupção sem precedentes"**. São Paulo: Grupo Folha, 2016. Disponível em:

<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/afp/2016/05/05/para-vargas-llosa-regime-de-lula-e-fonte-de-corrupcao-sem-precedentes.htm>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. **'The Economist' compara campanha de Dilma a estelionato eleitoral**. São Paulo: Grupo Folha, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/03/26/the-economist-compara-campanha-de-dilma-a-estelionato-eleitoral.htm>. Acesso em: 24 jul. 2020.

VILLAVERDE, J.; FERNANDES, A. As "pedaladas fiscais" no governo Dilma. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais/>. Acesso em: 02 ago. 2020.